

Políticas de habitação
e a perspectiva do
gênero: limites e
possibilidades a
partir da experiência
do *Habitar en Igualdad*



Universidade de Brasília

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Yuri Nascimento Paes da Costa

Políticas de habitação e a perspectiva do gênero: limites e possibilidades a partir da
experiência do *Habitar en Igualdad*

Brasília, Janeiro de 2025



Universidade de Brasília

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Yuri Nascimento Paes da Costa

**Políticas de habitação e a perspectiva do gênero:
limites e possibilidades a partir da experiência do
*Habitar en Igualdad***

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, como requisito necessário à obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Magalhães de Lima

Área de Concentração: Teoria, História e Crítica da Arquitetura.

Brasília, 2025

Yuri Nascimento Paes da Costa

Políticas de habitação e a perspectiva do gênero: limites e possibilidades a partir da experiência do *Habitar en Igualdad*

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, como requisito necessário à obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Data de aprovação: 09/01/2025.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Carlos Henrique Magalhães de Lima

Orientador (FAU UnB)

Prof. Dr. Eduardo Rocha Lima

Membro Titular Externo (FAU UFBA)

Prof^a. Dr^a. Carolina Pescatori Candido da Silva

Membro Titular Interno (FAU UnB)

Prof. Dr. Leandro de Sousa Cruz

Membro Suplente (FAU UnB)

Políticas
de la
generación de
oportunidades a
partir de la experiencia



A Toni e a Ester,
À Fundación Vamos a Andar.

AGRADECIMENTOS

No começo de 2016, eu não imaginava estudar arquitetura. Havia ingressado na faculdade de Direito em 2005 e me graduado em 2011. Logo após ser aprovado no exame da ordem, comecei a trabalhar em um grande escritório de advocacia na cidade do Recife. Passei, ao todo, quatro anos e meio trabalhando cerca de 12 (às vezes 14) horas por dia, de domingo a domingo. Sem carro próprio e morando a 50km do Recife. Dormia entre 4 e 6 horas por noite. Entre audiências, prazos processuais, 200 e-mails por dia, assédio moral, homofobia, tinha certeza de que eu não sobreviveria.

Das poucas coisas que me lembro após meu pedido de demissão, foi que uma noite Toni (meu marido), me levou para fazer um passeio de catamarã pelo Rio Capibaribe. Existe uma tradição no Recife: se você está atravessando por baixo de uma ponte pela primeira vez, você precisa fazer um pedido. Sem pestanejar, a cada ponte que passei, fiz um pedido: que arrancasse de mim aquela depressão, que eu pudesse estudar e trabalhar com arquitetura e urbanismo, que eu pudesse ganhar o mundo!

Em 2017, eu ingressei na sonhada graduação em arquitetura e urbanismo. Em 2017, 2018 e 2019, tive oportunidade de ganhar o mundo em dois intercâmbios propiciados pelos estudos da arquitetura e urbanismo. Em 2023, finalmente, ingressei no mestrado na Universidade de Brasília, um outro sonho cultivado pelos anos de pesquisas científicas na graduação de arquitetura e urbanismo.

Durante todo esse processo, Toni esteve ao meu lado. Além de marido e companheiro, representou uma grande força que me impulsionou a perseguir aquilo que me fazia feliz. Por tudo isso, jamais terei palavras suficientes para agradecer. Agradeço também a Ester, minha sogra, que sempre se fez presente com conselhos e teve muita paciência, carinho e generosidade durante todo esse meu processo de transição de carreira. Agradeço também à minha mãe, minhas irmãs, meu irmão, meus sobrinhos e sobrinha pelo carinho, pelas palavras de encorajamento, pelo afeto incondicional e por sempre manterem em mim o desejo aceso de ganhar o mundo, de estudar e de perseguir meus objetivos.

Ao meu orientador, Carlos Henrique, também serei especialmente muito grato por todos os conselhos, direcionamentos, por todas as conversas, e por ajudar a focar no caminho da

pesquisa que, muitas vezes, teimava em me levar para vários outros percursos, discussões e possibilidades. Foram direcionamentos cruciais para que eu conseguisse chegar ao fim da pesquisa com leveza e empolgação, sem esmorecer.

Aos professores membros da banca, Carolina Pescatori, Edu Rocha e Leandro Cruz, por todas as importantes contribuições em vários momentos durante esta pesquisa e por toda a disponibilidade. Gostaria de registrar, inclusive, a importante contribuição da professora Carolina enquanto coordenadora extremamente dedicada do nosso programa, com uma gestão humana, próxima dos discentes do PPGFAU-UnB e sempre disponível mesmo diante de inúmeras demandas.

Agradeço ao Edu Rocha por ter aberto as portas do Cartografia Sexuada de Salvador e do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades (NuCus - Linha de pesquisa Corpos, cidades e territorialidades dissidentes). Os encontros, as leituras, as atividades foram uma parte importante da minha formação enquanto pesquisador *queer* e comprometido em retribuir, de alguma forma, com a luta por cidades mais inclusivas e seguras para população LGBTQIA +.

À *Fundación Vamos a Andar* por ter me recebido de braços abertos em La Rioja e ter articulado minha visita às obras do *Renacer* I e II, meu encontro com a deputada nacional Hilda Aguirre no congresso argentino. À Luciana Aguirre que, de forma muito paciente, sempre atendeu às minhas mensagens ansiosas durante o percurso da pesquisa.

Às amigas Sarah Vencio, Luana Figueiredo, Anie Figueira, Luciana Lopes por terem me recebido tão bem em Brasília. Estar longe de Recife não é uma tarefa fácil, mas vocês tornaram tudo melhor e me fizeram ver que é possível criar raízes longe do mar e perto do cerrado.

A toda equipe do PPGFAU-UnB e à Universidade de Brasília por me acolher, por sua excelência e pela formação crítica construída através de temas muitas vezes ignorados em outras instituições. Esse ambiente permitiu meu desenvolvimento enquanto arquiteto, urbanista e pesquisador assumidamente bicha, interessado em fazer uma pesquisa voltada para mulheres e população LGBTQIA+.

Políticas de habitação
e a perspectiva do
gênero: limites e
possibilidades a
partir da experiência
do *Habitar en Igualdad*



Artigo 11:

A sociedade contrassexual estabelecerá os princípios de uma arquitetura contrassexual. A concepção e a criação de espaços contrassexuais serão baseadas na renegociação e na desconstrução das fronteiras entre as esferas pública e privada. Essa tarefa implica desconstruir a casa como espaço privado de produção e reprodução heterocêntrica.

Paul B. Preciado, em *O Manifesto Contrassexual*.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar políticas habitacionais a partir da perspectiva de gênero e sexualidade, com foco em mulheres cisgêneras em situação de vulnerabilidade social e na população LGBTQIA+. Utilizando o programa argentino *Habitar en Igualdad* como caso-referência paradigmático na América Latina, criado em 2021 na província de La Rioja, a pesquisa repensa as políticas públicas de habitação para oferecer moradia digna e inclusiva a sujeitos historicamente invisibilizados e precarizados pela sociedade. A abordagem teórica é fundamentada nas interfaces entre a arquitetura, o urbanismo e os estudos *queer*, destacando autores como Butler (2012,2015), Preciado (2010,2022), Wittig (2022), Cortés (2008) e Colomina (1992, 1994). O trabalho também promove um deslocamento teórico nos estudos de arquitetura e urbanismo, incentivando a reflexão sobre a moradia para mulheres cisgêneras vítimas de violência doméstica e a comunidade sexo-gênero dissidente. Além disso, tensiona conceitos heteronormativos nas políticas habitacionais, buscando desconstruir normas binárias de gênero e estruturas heterocentradas que perpetuam a precarização dessas vidas. Apesar de avanços, especialmente na Argentina, ainda existem barreiras significativas para a implementação de políticas habitacionais inclusivas no Brasil e na América Latina. A conexão entre a teoria *queer* e as políticas habitacionais oferece a possibilidade de expandir os limites dos debates convencionais sobre urbanismo, inspirando novas perspectivas e ampliando o campo de atuação de arquitetos, urbanistas e gestores urbanos diante dos desafios contemporâneos das cidades.

Palavras-chave: Políticas habitacionais, cidades inclusivas, gênero, *Habitar en Igualdad*.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze housing policies from a gender and sexuality perspective, focusing on cisgender women in vulnerable social situations and the LGBTQIA+ population. Using the Argentine program *Habitar en Igualdad* as a paradigmatic case reference in Latin America, created in 2021 in the province of La Rioja, the research rethinks public housing policies to provide dignified and inclusive housing to individuals historically marginalized and precarized by society. The theoretical framework is based on the intersections between architecture, urbanism, and queer studies, highlighting authors such as Butler (2012,2015), Preciado (2010,2022), Wittig (2022), Cortés (2008) and Colomina (1992,1994). The dissertation promotes a theoretical shift in architecture and urbanism studies, encouraging reflection on housing for cisgender women victims of domestic violence and the gender-dissident community. Additionally, it challenges heteronormative concepts within housing policies, seeking to deconstruct binary gender norms and heterocentric structures that perpetuate the precarity of these lives. Despite progress, especially in Argentina, significant barriers remain to the implementation of inclusive housing policies in Brazil and Latin America. The connection between queer theory and housing policies offers the possibility to expand the boundaries of conventional urbanism debates, inspiring new perspectives and broadening the scope of action for architects, urban planners, and urban managers in addressing contemporary urban challenges.

Keywords: Housing policies, inclusive cities, gender, *Habitar en Igualdad*.

Políticas de habitação
e a perspectiva do
gênero: limites e
possibilidades a
partir da experiência
do *Habitar en Igualdad*



PRÓLOGO: AFETAÇÕES DE UM PESQUISADOR *QUEER*.

Em 2022, meu último ano da graduação em arquitetura e urbanismo, passei um tempo refletindo sobre qual seria o tema do meu trabalho final de graduação.

Durante todo meu percurso na universidade, havia participado de projetos de pesquisa sobre direito à cidade e à moradia, muito disso por já possuir uma primeira graduação em Direito. Os anos pgressos da primeira graduação e a vivência com a advocacia me habilitaram para transitar no mundo das leis, das normas e no direito urbanístico. Pensava que a interface entre o Direito e a Arquitetura e Urbanismo seria um espaço em que eu poderia naturalmente me posicionar e me aprofundar após concluir a segunda graduação.

No entanto, antes de me decidir por um tema dentro dessa área de pesquisa já conhecida, decidi me dedicar a olhar com mais atenção para um fato que me marcou desde 2021. Em 11 de junho de 2021, a travesti Roberta Nascimento foi queimada viva no bairro de Santo Antônio (um dos bairros que compõem o Centro Histórico do Recife). O caso ganhou grande repercussão nos meios de comunicação da cidade, mobilizou a comunidade LGBTQIA+, inclusive com forte atuação de figuras políticas como a então deputada estadual Robeyoncé Lima, primeira transsexual a assumir um mandato na Assembleia Legislativa de Pernambuco. O trágico episódio de transfobia escancarou uma realidade já conhecida pelos corpos desobedientes das normas de gênero na cidade do Recife: dados do Dossiê da ANTRA (Associação Nacional de Transsexuais) revelaram que, naquele ano, a cidade foi a capital brasileira com mais mortes de população transsexual no país.

Um outro dado, daquele mesmo ano, também chamou minha atenção. De acordo com o Anuário de Segurança Pública, o Estado de Pernambuco foi o Estado que mais registrou mortes de população LGBTQIA +, e Recife, a capital mais violenta para essa população. O Anuário também revelou que cerca de 53% dos homicídios ocorreram no espaço público e 47% desses ocorreram no espaço doméstico. Os dados só se tornaram públicos após aprovação de uma lei estadual que determinou a publicização pelas secretarias de segurança dos homicídios motivados em razão de identidade de gênero e orientação sexual.

Com essa jornada iniciada a partir da notícia do assassinato de Roberta Nascimento até os dados do Anuário de Segurança Pública, o incômodo interno que tinha cresceu e ganhou espaço. As questões de gênero pareciam não ter a devida importância nos debates sobre produção de espaços urbanos e de moradias. De igual forma, não foram abordadas dentro de minha formação como arquiteto e urbanista. A temática aparece brevemente, em um longo aceno, em algumas questões de urbanismo, de forma rasa, citando Jane Jacobs e sua vizinhança vigilante por aqui e enaltecendo as obras de Lina Bo Bardi acolá, e deixando passar aspectos que pareciam importantes: se o espaço urbano e o espaço privado são hostis às mulheres e população LGBTQIA+, como pensar em cidades e moradias mais acolhedoras? Quantos estudos estão se dedicando às políticas de habitação sob o viés do gênero?

Foi com esse incômodo e essas perguntas na mente que terminei a minha graduação: propondo um projeto de habitação coletiva para famílias LGBTQIA+ no mesmo bairro que Roberta havia sido queimada viva. Foi pensando em como contribuir para o campo de pesquisa em arquitetura e urbanismo que mantive o interesse nos estudos agora nesta dissertação de mestrado. No entanto, a lacuna brasileira sobre políticas de habitação para mulheres e população LGBTQIA+, refletida inclusive nos trabalhos acadêmicos de arquitetos e urbanistas, me levou a procurar ansiosamente por outras realidades sociais que abrigassem políticas públicas de habitação para esses corpos. Vários exemplos surgiram nessa busca: Nova York, Vancouver, Berlim, Provincetown, Barcelona. No entanto, o que me deteve o olhar foi descobrir um programa nacional destinado a criar habitação e espaços comunitários para mulheres e população LGBTQIA+ na Argentina: o programa *Habitar en Igualdad*, que criou o primeiro bairro para mulheres em situação de vulnerabilidade e população LGBTQIA+ do país na província de La Rioja.

A proximidade com o Brasil, a similaridade da trajetória de políticas públicas de habitação (inclusive trajetória política) e o contexto socioeconômico sulamericano, aliados à preocupação em não apenas registrar cientificamente, mas também dentro do discurso das possibilidades e da resistência, a condição precária que corpos desobedientes do gênero são diariamente submetidos e

registrada através de notícias, dossiês e índices me pareceram bons motivos para estudar o cenário. No entanto, outras preocupações surgiram: deveria comparar as realidades (Argentina *versus* Brasil)? Deveria utilizar o programa como estudo de caso ou procurar um outro método? Teria material suficiente para análise, uma vez que o programa foi implementado em 2019 e apenas uma província argentina aderiu? La Rioja poderia me dar alguma resposta a essas inquietações?

É a partir da descoberta desse programa habitacional argentino que reflexões sobre novos caminhos para políticas habitacionais começam a ganhar espaço nesta dissertação. Pensar o fazer-morar de mulheres cis vítimas de violência doméstica, travestis, transexuais, lésbicas, gays, bichas, bissexuais que são, na maioria das vezes, hostilizadas (os) na intimidade da moradia com seus agrupamentos familiares consanguíneos, assim como também hostilizadas (os) nos espaços públicos, onde são perseguidas(os), violentadas(os) e muitas vezes mortas(os). As elucubrações a partir do *Habitar en Igualdad* em La Rioja servirão também como uma forma de imaginar como a teoria *queer*, que de forma habitual e equivocada é classificada como um campo teórico restrito às ideias, pode contribuir, de forma aplicada, às políticas de habitação e de planejamento urbano.

Assim, as afetações que me atravessam enquanto pesquisador *queer* são: como programas habitacionais podem dar conta de atender às especificidades das populações que não podem mais ser lidas apenas a partir da régua binária de homem e mulher cisgêneros? Como é possível pensar que agrupamentos familiares diversos e coletivos, constituídos fora dos laços de sangue, possam ser lidos como grupos prioritários em programas habitacionais? Como novas moradias e novas vizinhanças podem permitir sensação de segurança, acolhimento, pertencimento sem obrigatoriamente separar seus moradores do tecido urbano, criando guetos e/ou condomínios?

Será a partir da teoria *queer* e do *Habitar en Igualdad* em La Rioja que trilharei o caminho desta pesquisa. Observando como um coletivo de mulheres transexuais e profissionais do sexo conseguiram mobilizar governos, terras, investimentos públicos, para construir lares para si e para outros corpos expostos à precariedade por

questões de identidade de gênero e orientação sexual, assim como equipamentos comunitários e ainda a possibilidade de adquirir uma nova formação profissional, apesar de um contexto social conservador e hostil. O desejo é contribuir para novas possibilidades dentro do campo das políticas de habitação para que, ao invés de nossos corpos serem queimados sob a luz do dia, possamos viver o acolhimento dentro de nossas moradias e nos espaços das cidades.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Capa e reportagem da revista O Lampião da Esquina (março 1979).....	48
Figura 02. Compilado de capas do Boletim ChanaComChana.....	49
Figura 03. Dez diretrizes do <i>Housing Plan for LGBTQ+ Communities</i> ..	77
Figura 04. Figura 04: Unidades habitacionais para mulheres inscritas no Housing First for Women.....	85
Figura 05. Conjunto habitacional <i>Lebensort Vielfalt</i> (Berlim).....	87
Figura 06 e 07. Conjunto habitacional <i>LOVO</i> (Berlim).....	88
Figura 08. Conjunto habitacional <i>RuT – Frauen Kultur & Wohnen</i> em Berlim a ser inaugurado em 2024.....	89
Figura 09. Planta baixa dos apartamentos tipo do RuT (Berlim).....	90
Figura 10. Membros da Cooperativa de Vivienda <i>Xochiquetzalli</i> (Cidade do México).....	94
Figura 11. <i>Casa Refugio</i> para mulheres em Bogotá.....	97
Figura 12. <i>Casa Refugio LGBTI</i> em Bogotá.....	98
Figura 13. Inauguração do primeiro conjunto habitacional da <i>Cooperativa 28 de Junio</i>	102
Figura 14. Inauguração do primeiro conjunto habitacional da <i>Cooperativa 28 de Junio</i>	103
Figura 15. Operárias e operários e futuros moradores da cooperativa <i>Basquadé</i>	104
Figura 16. Primeiro mutirão da Prefeitura Municipal de Belém para incluir pessoas LGBTQIA + no Minha Casa Minha Vida em 2023.....	110
Figura 17. Karina Vieira e sua esposa, Francianne Pereira, inscritas como público prioritário no segundo mutirão da Prefeitura Municipal de Belém para incluir pessoas LGBTQIA + no Minha Casa Minha Vida em 2023.....	110
Figura 18. Encontro realizado com integrantes do grupo de extensão Cartografia Sexuada de Salvador da Universidade Federal da Bahia (UFBA) com Indianare Siqueira em Outubro de 2024, na cidade do Rio de Janeiro.....	112
Figura 19. Protestos do Movimento Sem Terra em virtude da crise habitacional no país durante o governo Macri.....	125

Figura 20. Convocação para greve geral em resposta ao Plano Mo-tosserra do governo Milei na Cidade de Buenos Aires.....	127
Figura 21. Diagrama das normas, acordos e pactos internacionais os quais a Argentina é signatária e que influenciaram a construção do programa <i>Habitar en Igualdad</i>	131
Figura 22. Chamada da reportagem do <i>Plan B Noticias</i> sobre a reunião entre Maria Higonet e a Província de La Pampa.....	135
Figura 23. Fala de Jorge Lezcano, representando a Província de La Pampa.....	135
Figura 24. Diagrama do resumo da operação do programa <i>Habitar en Igualdad</i>	138
Figura 25. Mapa de situação dos conjuntos <i>Renacer I e II</i> e seus limites com os bairros Humberto Arturo Illia e Victoria Romero.....	142
Figura 26. Mapa de situação ampliado dos conjuntos <i>Renacer I e II</i> e sua implantação no bairro Victoria Romero.....	143
Figura 27. Construção das primeiras unidades do <i>Renacer I</i> em La Rioja em Janeiro de 2024.....	145
Figura 28. Entrega das primeiras unidades do <i>Renacer I</i> em La Rioja em Abril de 2024.....	145
Figura 29. Lista dos protótipos habitacionais disponibilizados pelo governo federal.....	150
Figura 30. Modalidade A composta por um tipo de protótipo (pas-sível de ampliação).....	152
Figura 31. Modalidade B composta por três tipos de protótipos (pas-síveis de ampliação).....	152
Figura 32. Modalidade C composta por três tipos de protótipos (passíveis de ampliação).....	153
Figura 33. Modalidade D composta por três tipos de protótipos e possibilidade de maior densidade.....	153
Figura 34. Modalidade E composta por três tipos de protótipos com maior diversidade tipológica.....	153
Figura 35. Isométrica da modalidade E.....	154
Figura 36. Perspectiva de uma quadra da modalidade E com diferen-tes tipologias.....	154

Figura 37. Planta baixa do protótipo de habitações individuais entre empenas cegas.....	155
Figura 38. Planta baixa do conjunto de habitações individuais entre empenas cegas com variedades de arranjo.....	156
Figura 39. Implantação geral dos conjuntos <i>Renacer I</i> e <i>Renacer II</i> em La Rioja, de acordo com o memorial descritivo do projeto disponibilizado pela FUNDAVA em 2024.....	156
Figura 40. Planta baixa do conjunto de habitações do <i>Renacer I</i> , disponibilizada pela FUNDAVA em 2024.....	157
Figura 41. Imagem inicial do modelo de casas do <i>Renacer I</i> e II.....	158
Figura 42. Imagem inicial do modelo de casas do <i>Renacer I</i> e II com a pré-estrutura para futuras ampliações.....	158
Figura 43. Imagem inicial com a previsão de praça e hortas comunitárias em <i>Renacer I</i> e II.....	159
Figura 44. Imagem inicial com a previsão de equipamento urbano em <i>Renacer I</i> e II.....	159

LISTA DE QUADROS

Quadro 01. Número de violências e mortes da população LGBTQIA + na América Latina.....	31
Quadro 02. Levantamento do Estado da Arte.....	66
Quadro 03. Levantamento dos atores envolvidos na construção e operacionalização do <i>Habitar en Igualdad</i>	139

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01. Gráfico 01: Local das mortes de mulheres em 2023.....	58
Gráfico 02. Número de feminicídios no Brasil entre os anos de 2000 e 2023.....	59
Gráfico 03. Número de mortes violentas LGBTQIA + no Brasil entre os anos de 2000 e 2023.....	61
Gráfico 04. Local das mortes LGBTQIA + no Brasil em 2023.....	62

LISTA DE SIGLAS

ABE	Administração Nacional de Bens do Estado
AGG	Lei Geral de Igualdade de Tratamento
ANSES	Administração Nacional de Seguridade Social
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
AUE	Agenda Urbana Espanhola
BAG W	Associação Alemã de Assistência aos Desabrigados
BNH	Banco Nacional de Habitação
CDHI	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CHPC	Citizens Housing Planning Council
CONAVI	Comissão Nacional de Moradia
DNU	Decreto de Necessidade de Urgência
FALGBT	Federación Argentina LGBT
FCP	Fundação da Casa Popular
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FJP	Fundação João Pinheiro
FONAVI	Fundo Nacional da Habitação
FOVISSSTE	Fundo de Habitação do Instituto de Segurança e Serviços Sociais dos Trabalhadores do Estado
FUCVAM	Federação Uruguaia de Cooperativas de Moradia por Ajuda Mútua
FUNDAVA	Fundação Vamos a Andar
IAPs	Institutos de Aposentadoria e Pensões
ILGA	Associação Internacional de Lésbicas e Gays
INVIHAB	Instituto de Pesquisa sobre Habitação e Habitat
LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, Intersexo e Outras Orientações e Identidades

LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Intersexuais, Assexuais e Demais Orientações Sexuais
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PFCSyH	Projetos de Fortalecimento do Capital Humano
PFCV	Plano Federal de Construção de Habitação
PIC	Projetos de Iniciativas Comunitárias
PIDESC	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PlanHab	Plano Nacional de Habitação
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PMU	Programa de Melhoria Urbana
PNV	Plano Nacional de Habitação
Pro.Cre.Ar.	Programa Crédito Argentino do Bicentenário para Habitação Única Familiar
PROMEBA	Programa de Melhoramento de Bairros
PROURB	Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro
REBRACA	Rede Brasileira de Casas de Acolhimento LGBTQIA+
SFH	Sistema Brasileiro de Habitação
SISBÉN	Sistema de Identificação de Potenciais Beneficiários de Programas Sociais
SISGEBE	Sistema de Gestão de Beneficiários
SMVyM	Salários Mínimos Vitais e Móveis
UNICAMP	Universidade de Campinas
VIP	Programa de Habitação de Interesse Prioritário
VIS	Programa de Habitação de Interesse Social
WBS	Autorização Nacional de Residência
WoVG Bin	Lei de Fornecimento de Habitação de Berlim

SUMÁRIO

Introdução	26
CAPÍTULO 1: Construção de uma abordagem deslocada: habitação e questões de gênero	38
1.1 Gênero na arquitetura e urbanismo a partir de 1987: contribuições potenciais	
1.2 Estudos de gênero e políticas de habitação	
1.3 Um movimento: do espaço público para o espaço doméstico	
CAPÍTULO 2: Perspectivas contemporâneas de gênero e sexualidade em políticas de habitação	72
2.1 Avanços nas políticas habitacionais em Nova York, Barcelona e Berlim	
2.2 Novas possibilidades nos debates sobre gênero nas políticas habitacionais na América Latina	
2.3 Políticas públicas de habitação no Brasil e as questões de gênero: um novo horizonte a frente?	
CAPÍTULO 3: Habitar a partir da diversidade: limites e possibilidades a partir do caso-referência <i>Habitar en Igualdad</i> em La Rioja (Argentina)	116
3.1 A trajetória das políticas habitacionais na Argentina entre 2003 e 2024	
3.2 O caso-referência: programa Habitar en Igualdad e o primeiro bairro para mulheres e população LGBTQIA+ em La Rioja (Argentina)	
3.3 Reflexões a partir de La Rioja: novas perspectivas em políticas de habitação para a América Latina	
Considerações Finais	166
Referências	172
Anexos	184

Políticas de habitação
e a perspectiva do
gênero: limites e
possibilidades a
partir da experiência
do *Habitar en Igualdad*

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A dissertação correlaciona políticas habitacionais e estudos de gênero. Para isso, parte-se de um caso-referencial: O *Programa Habitar en Igualdad* do governo argentino, que tem como resultado mais expressivo os conjuntos habitacionais *Renacer I e II* em La Rioja. Este estudo tem uma dupla motivação: uma primeira, de caráter político e programático, devido às sucessivas violências sofridas por mulheres e pela população LGBTQIA+ nos espaços domésticos. Há numerosos estudos que tratam a esse respeito com foco no espaço público, mas acreditamos que as questões do habitar podem ser mais exploradas a partir desse viés. O segundo aspecto tem caráter epistemológico, pois os modos de morar podem ser repensados a partir das perspectivas de gênero. Embora esses temas tenham fôlego nos contextos europeu e estadunidense, as iniciativas no contexto latinoamericano, de onde escrevo, são pontuais e escassas.

Ainda, antes de prosseguir, algumas considerações devem ser feitas. A primeira, diz respeito aos estudos de gênero e suas abordagens na arquitetura. O gênero é compreendido aqui como uma construção social, continuamente reproduzida por meio de práticas culturais e linguísticas e, portanto, performada (Butler, 2012) continuamente por sujeitos segundo expectativas sociais reforçadas por estruturas de poder. Na arquitetura, entre as muitas abordagens, priorizaremos as seguintes: a de arquitetura como um mecanismo de imposição de normas sociais e políticas de poder (Cortés, 2016), de como o planejamento das cidades perpetua desigualdades de gênero (Kern, 2021) e de como o espaço doméstico pode ser compreendido como uma ferramenta de controle social e, simultaneamente, de resistência (Colomina, 1994).

Utilizaremos também a sigla LGBTQIA+ para caracterizar um grupo populacional marcado pela diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais. A sigla passou a ser utilizada em meados dos anos 2008 (Borges, 2021) e corresponde a lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros/transsexuais/travestis, *queer*, intersexuais, assexuais e demais identidades e orientações (não-binários, pansexuais, gênero neutro, gênero fluido, etc.). Por fim, o termo dissidências sexuais será empregado aqui para caracterizar as práticas, sexualidades, identidades e subjetividades que desafiam

as normas sexuais hegemônicas e enfrentam estigmatização, marginalização e repressão conforme o pensamento de Rubin (1984).

Dito isso, entendemos que a importância de abordar políticas habitacionais a partir de uma perspectiva de gênero parte de dois cenários específicos: o primeiro, relativo à feminização da pobreza a partir dos estudos de Novellino (2004) e do documento intitulado "*Entender la pobreza desde la perspectiva de género*", da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Godoy, 2004); e o segundo, a partir dos relatórios produzidos pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CDHI) em 2015 e 2018, denominados *Reconocimiento de derechos de personas LGBTI's* e *Violencia contra personas LGBTI*. Também utilizaremos como justificativa do presente trabalho os dados compilados pela rede internacional *Red Sin Violencia LGBTI*, que reúne informações acerca de violências contra a população LGBTQIA+ nos países da América Latina e Caribe entre os anos de 2014 e 2023.

De acordo com Novellino (2004), o conceito de "feminização da pobreza" é cunhado a partir do artigo *Urban and Social Change Review* de autoria de Diane Pearce (1978), cujo objetivo era demonstrar a conexão entre o empobrecimento de mulheres e o aumento de famílias chefiadas por mulheres. No Brasil, Novellino (2004) aponta que os trabalhos começam a ganhar força a partir do estudo realizado por Carmen Barroso (1978) também sobre o aumento de lares chefiados por mulheres e o aumento da pobreza no Brasil. Novellino (2004, p. 04) analisa também a questão da transmissão intergeracional da pobreza entre mulheres e a importância de políticas públicas para mulheres pobres, destacando que estas precisam compreender que "há necessidades e interesses específicos a cada gênero". Os estudos de Novellino (2004) são baseados em relatórios e documentos internacionais e em experiências compartilhadas em conferências nacionais e internacionais – dentre esses documentos, o já citado "*Entender la pobreza desde la perspectiva de género*" produzido pela CEPAL em 2004.

Esse estudo produzido pela CEPAL (2004) destaca que os esforços pela redução de pobreza na América Latina e no Caribe não atingem de forma equilibrada homens e mulheres, uma vez

que os lares mais pobres concentram mais mulheres. Segundo o documento, em 2004, para cada 100 homens habitando lares de baixa renda havia uma proporção de 112,7 mulheres, evidenciando que a questão da insegurança econômica e social atinge mais mulheres do que homens. O estudo também menciona que, na América Latina, mulheres chefes de lar recebem menores salários que homens chefes de lar e que, a partir da década de 1990, a proporção de mulheres chefes de lar em lugares de habitação precária só vem aumentando.

No Brasil, a realidade se aproxima a partir dos dados da Fundação João Pinheiro (FJP) entre os anos de 2016 e 2023. Os dados revelam que a falta de moradia no Brasil atinge sobretudo as mulheres de baixa renda. Considerando que o déficit habitacional brasileiro compreende categorias como domicílios rústicos, improvisados, ônus excessivo com aluguel e a coabitação involuntária, em todas essas categorias as mulheres são o grupo populacional mais atingido, representando 62,6% (FJP, 2023) do total do déficit habitacional brasileiro. Ludermir e Souza (2021) ainda acrescentam o componente da violência doméstica como um fator agravante do déficit habitacional na América Latina como um todo, uma vez que muitas mulheres necessitam sair dos seus lares e buscar condições ainda mais precárias de habitação para poder salvar suas vidas.

Já em relação à comunidade sexo-gênero dissidente, sobretudo aquelas que para vivenciar sua identidade de gênero ou sua orientação sexual são expostas à precariedade e à diversas violências, é necessária a utilização de outros dados. Apesar da dificuldade de encontrar dados históricos sobre violências contra a população LGBTQIA+ na América Latina, a *Red Sin Violencia LGBTI* (2023) registrou que entre 2014 e 2023 ocorreram cerca de 2.841 assassinatos de pessoas LGBTQIA+ na América Latina e Caribe. Os dados da *Red Sin Violencia LGBTI* (2023) são compilados através de uma rede constituída de organizações cívicas dedicadas a garantir direitos da população sexo-gênero dissidente nos países da América Latina e Caribe e são responsáveis por fornecer informações, de uso público, para utilização de governos e organizações internacionais.

É importante, entretanto, destacar que os dados da *Red Sin Violencia LGBTI* (2023) enfrentam desafios na coleta de dados em

alguns países como Haiti, Uruguai, Paraguai, Venezuela e Brasil. Isso dificulta a compreensão do real do cenário, que deve apresentar dados ainda mais preocupantes. A *Red Sin Violencia LGBTI* (2023) destacou que o Brasil é particularmente preocupante porque tem uma população maior que outros países da América Latina e que ONGs e outras organizações não governamentais relataram um aumento significativo de assassinatos e crimes de ódio contra a população sexo-gênero dissidente no país.

Entre as organizações brasileiras que se dedicam a esse diagnóstico está a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e o Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil. A ANTRA, através de seu *Dossiê: Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais* (Benevides, 2023) registrou que o Brasil foi o país onde mais ocorreram relatos de violência e mortes contra a população transsexual e travesti no mundo, pelo 14º ano consecutivo. Já o *Dossiê LGBTIfobia Letal no Brasil* (Acontece, ANTRA, AGBLT, 2024) registrou que no ano de 2023 ocorreram 230 mortes de formas violentas no país de pessoas LGBTQIA+. O documento também relatou que, apesar desse número preocupante, há indícios que presumem uma grande subnotificação no país em virtude da falta de um censo nacional que caracterize o perfil da população no país e pelo desinteresse das secretarias de segurança pública em registrar os crimes contra essa população em virtude da homofobia e transfobia institucional.

Na América Latina, a escalada de violências contra população LGBTQIA+ tem sido mapeada pela Comissão Internacional de Direitos Humanos, através de dois estudos: o relatório *Violencia contra personas LGBT* (CIDH, 2015) e *Avances y desafíos hacia el reconocimiento de los derechos de las personas LGBT en las Américas* (CIDH, 2018). Os estudos do CIDH demonstram os fatores que agravam as condições de vida da comunidade sexo-gênero nesta região, entre eles destacam-se: a) homicídios perpetrados com crueldade e com desejo de castigar/punir corpos e identidades LGBTQIA+; b) a violência praticada pelas próprias instituições de poder; c) apagamento/exclusão e criminalização da população LGBTQIA+ do aparato legal e de políticas públicas de países da América Latina e Caribe; e d) precariedade de acesso à saúde, moradia, trabalho, infraestrutura e saneamento, além da omissão

de prestação de bem-estar social em diversas esferas do poder público (negativa ao nome social, impedimento de acesso à terapias hormonais e falta de reconhecimento em direitos civis, trabalhistas, penais e previdenciários).

País	Número de Violências e Mortes	Ano	Fonte
Argentina	129	2022	Federación Argentina LGBT (FALGBT)
Bolívia	1	2022	Sin Violencia LGBTI+
Brasil	257	2023	Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil
Chile	6	2022	Movimiento de Integración y Liberación Homosexual (Movilh)
Colômbia	148	2022	Sin Violencia LGBTI+
Costa Rica	23	2013	Centro por la Justicia y el Derecho Internacional (CEJIL)
Cuba	s/d	s/d	s/d
El Salvador	1	2022	Sin Violencia LGBTI+
Equador	9	2022	Fundación Pakta
Guatemala	29	2022	Sin Violencia LGBTI+
Haiti	s/d	s/d	s/d
Honduras	43	2022	Sin Violencia LGBTI+
México	85	2022	Sin Violencia LGBTI+
Nicarágua	2	2022	Sin Violencia LGBTI+
Panamá	45	2019/2020	Fundación Iguales
Paraguai	59	2017	Asociación de Travestis, Transexuales y Transgénero
Peru	10	2022	Sin Violencia LGBTI+
República Dominicana	15	2022	Voluntariado GLBT Dominicano; ONG Trans Siempre Amigas
Uruguai	s/d	s/d	s/d
Venezuela	60	2023	Observatorio Venezolano de Violencia LGBTIQ+
Total			922

Obs.: s/d (sem dados)

Na Argentina, nosso recorte de interesse, os últimos anos têm sido de aumento dos casos de violências e mortes contra mulheres e a população LGBTQIA+. O *Observatorio de Femicidios (Defensoría del Pueblo, 2023)* registrou em 2023 um total de 322 casos de feminicídios, um aumento de 33% em relação aos anos anteriores. Já em relação à população LGBTQIA+, de acordo com a *Federación Argentina LGBT (FALGBT)*, em 2022 foram registrados 129 casos. A FALGBT (2022) ressalta, entretanto, que esses dados foram compilados através de casos noticiados pelos meios de

Quadro 1: Número de violências e mortes da população LGBTQIA+ na América Latina. Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

comunicação e que há, a exemplo do Brasil, uma subnotificação dos crimes, sendo o número real maior e não conhecido. Os dois grupos populacionais possuem dificuldades em encontrar números precisos em relação às violências e mortes pela subnotificação, mas também no desinteresse de órgãos oficiais em disponibilizar informações ao público, considerando o recorte do gênero e da orientação sexual.

Outro ponto que chama atenção aos dois grupos populacionais na Argentina diz respeito ao local de consumação dos crimes. Nos casos dos feminicídios, os dados da *Defensoría del Pueblo na Argentina* (2023) apontam que 60% dos crimes ocorreram no próprio lar ou no trabalho da vítima. Infelizmente, não há dados oficiais da Argentina que apontem os percentuais em relação ao local dos crimes contra a população LGBTQIA+. Contudo, dados da *Red Sin Violencia LGBTI+* (2023) registram que cerca de 31% dos crimes na América Latina ocorreram em espaços privados, contra 42,6% de crimes em espaços públicos e 26,4% em lugares desconhecidos. Nesse sentido, esses dados demarcam um dos caminhos cruciais para o desenvolvimento desta pesquisa: que é preciso ampliar a discussão sobre políticas públicas de habitação para mulheres e população LGBTQIA+, uma vez que esses espaços também são espaços marcados por relações assimétricas e violentas de poder que subjugam essas existências e perpetuam um sistema social hegemônico (masculino, branco e cisheterossexual).

No entanto, ao contrário do cenário geral de escassez de políticas de habitação sob uma perspectiva inclusiva do gênero no Brasil e na América Latina, observamos algumas experiências internacionais que parecem indicar um progresso no campo. Podemos citar, dentre estas as experiências das cooperativas habitacionais para mulheres e população LGBTQIA+ no México e no Uruguai, que desafiam um quadro de violências e de falta de investimento público, o *Housing Plan For LGBTQ Communities* em Nova York apoiado pelo *Citizens Housing Planning Council* (CHPC), um dos muitos estudos feitos pela organização sem fins lucrativos com intuito de promover equidade habitacional na cidade a partir do ponto de vista do gênero. Também, podemos encontrar avanços no cenário na Espanha com a Agenda Urbana Espanhola (AUE) e *Plan por el Derecho a la Vivienda de Barcelona 2019-2025* e na Alemanha que tem como

objetivo garantir a função social da habitação, prevenir e atender emergências habitacionais, expandir o estoque imobiliário existente, sobretudo aquele dedicado à população de baixa renda, e reabilitar áreas da cidade a partir de perspectivas urbanas contemporâneas com abordagens específicas para mulheres, LGBTQIA+, idosos e crianças.

Desta forma, fica claro que para pensar em políticas habitacionais a partir de uma perspectiva crítica do gênero, precisaremos tensionar conceitos consolidados dentro das estruturas governamentais - como, por exemplo, de grupos prioritários, família e comunidade - uma vez que todo esse aparato institucional, assim como a atuação de arquitetos e urbanistas ainda refletem concepções binárias do gênero e sexualidade. Essas provocações e tensionamentos se fazem necessários uma vez que o planejamento das cidades não se dá em um cenário neutro (Muxí; Montaner, 2019), na verdade, as políticas públicas cotidianas fazem parte de um sistema maior, cisheterossexual, dominante e opressivo, que totaliza as vidas, os corpos e órgãos sexuais (Preciado, 2022) a partir do seu ponto de vista com intuito de erradicar dissidências que desafiem a sua lógica.

Nesta dissertação tais premissas serão validadas através de um estudo aprofundado de um caso-referência concreto, o Programa *Habitar en Igualdad* na Argentina, que reporta a experiência de novas possibilidades dentro do campo de formação de novas políticas de habitação para países da América Latina, que tenha como foco mulheres e população LGBTQIA+. Para tanto, realizamos uma viagem para a Argentina em janeiro de 2024 para analisar a construção das primeiras unidades habitacionais destinadas a mulheres e pessoas LGBTQIA+ na Província de La Rioja. Também foi possível, nesta viagem, dialogar com a deputada nacional Hilda Aguirre e a equipe da sua ONG (*Fundación Vamos a Andar*), atores fundamentais na articulação do programa de habitação, sobretudo perante o público beneficiado, o governo local de La Rioja e o Governo Federal da Argentina.

É preciso esclarecer também que a escolha do termo caso-referência se deu em virtude da natureza do objeto de aprofundamento e análise: um caso único e de referência na América Latina. A terminologia "caso-referência" foi criada pela

pesquisadora Rosângela Cavallazzi na sua tese de doutoramento em 1993 e vem sendo utilizada por seu grupo de pesquisa em Direito Urbanístico no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROURB) até os dias atuais e diz respeito ao estudo de um caso exemplar, presente na realidade e que se torna referência para a construção de um objeto concreto do conhecimento.

Cavallazzi (2007) afirma que o caso-referência é diferente do estudo de caso porque o segundo examina uma hipótese em um universo de objetos com semelhanças e problemas que podem ser analisados para criar uma regra geral. O caso-referência, por outro lado, é um exemplo e pode servir como um paradigma para uma melhor compreensão de premissas teóricas, mas não dará origem a uma regra geral.

Ainda, com o intuito de identificar as perspectivas de gênero em políticas de habitação, é importante ter em mente que tanto a pesquisa quanto o pesquisador estão marcados pela realidade social. Assim sendo, as análises, reflexões e coletas da pesquisa não escapam a uma posição no contexto político, ainda que se relacionem com o aparato teórico. Da mesma forma, a objetividade da presente pesquisa está delimitada pelo comprometimento do autor com a realidade que o atravessa.

Como procedimentos da pesquisa, teremos como fontes de dados: visita de campo em Buenos Aires e La Rioja (Argentina), levantamento bibliográfico sobre os temas de arquitetura, urbanismo e gênero e sobre a habitação e gênero; também serão fonte de dados políticas habitacionais dedicadas às mulheres em situação de vulnerabilidade e à população LGBTQIA+ no contexto contemporâneo. A coleta de dados obedeceu, ainda, às seguintes etapas:

1. Levantamento bibliográfico acerca da arquitetura, urbanismo, habitação e gênero. O intuito foi demarcar um deslocamento teórico, uma vez que o foco mais habitual dos estudos sobre arquitetura, urbanismo e gênero abordam, em sua grande totalidade, pesquisas sobre as contribuições de figuras femininas emblemáticas e de seu legado para o campo. Neste trabalho, o que se propõe é um recorte mais ampliado quando se fala nas questões de gênero para que se

possa incluir a comunidade sexo-gênero dissidente.

2. Análise da trajetória das políticas habitacionais da Argentina entre os anos de 2003 e 2023. Foram analisados os seguintes programas nacionais da Argentina: *Fondo Nacional de la Vivienda* (FONAVI), Programa Federal de Emergência Habitacional, Plano Federal de Construção de Habitação (PFCV), Programa de Melhoramento de Habitações (Mejor Vivir) e Programa Crédito Argentino do Bicentenário para Habitação Única Familiar (Pro.Cre.Ar.) O intuito é verificar como estes programas abordam as necessidades habitacionais a partir de uma perspectiva de gênero.

3. Análise do programa interministerial denominado *Habitar en Igualdad* a partir de seus documentos oficiais e também a partir de visita e observação de campo realizados nas cidades de La Rioja e Buenos Aires na Argentina em Janeiro de 2024.

4. Registro e análise de dados a partir da transcrição de trechos dos textos, dos documentos, e das anotações de pesquisa para análise dos cenários abordados. Entendemos como documentos planos nacionais de habitação, planos locais, estudos e diagnósticos oficiais e demais aparatos legislativos.

A dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro, abordaremos as principais questões de gênero que emergiram a partir de 1987 e que movimentam este estudo, para em seguida tecer correlações com a habitação, particularmente, com a realidade latinoamericana. No segundo capítulo, o objetivo é promover um debate diversificado sobre políticas habitacionais específicas para mulheres e população LGBTQIA+, grupos historicamente marginalizados em políticas públicas, a partir de experiências de cidades como Nova York, Barcelona, Berlim, passando ainda por contribuições encontradas em países da América Latina como México, Colômbia, Uruguai e Brasil. No terceiro capítulo, a dissertação se dedicará ao caso referencial do nosso problema de pesquisa. Utilizando entrevistas, leituras de documentos e visitas ao local, o intuito é refletir uma dupla perspectiva: uma primeira sobre quais os passos envolvidos na construção dessa experiência e as questões que particularizam a criação das moradias; e uma segunda sobre como se deu a apropriação, por parte dos grupos sociais, os limites e possibilidades desta realização neste cenário

específico. Por fim, como possíveis resultados, esperamos que essa dissertação contribua para um avanço na inclusão de grupos minorizados por questões de gênero e orientação sexual, sobretudo mulheres cisgêneras em situação de vulnerabilidade doméstica, mulheres transsexuais, travestis, pessoas intersexo e demais desobedientes das normas de gênero e da sexualidade. Também se espera contribuir para que os estudos *queer* avancem dentro do debate da arquitetura e do urbanismo, sobretudo nas questões relacionadas à habitação, formas de viver e de planejar cidades mais inclusivas e democráticas.

Construção de uma abordagem deslocada: habitação e questões de gênero

 O foco deste capítulo é debater a emergência, desde os anos 1980, dos estudos de gênero na arquitetura. Considerando que são muitas as abordagens, tentaremos focalizar as autoras e autores que focalizam as tensões existentes entre a formação de um espaço em uma perspectiva heteropatriarcal e aquelas relacionadas aos grupos LGBTQIA +. Embora boa parte dessa literatura seja estadunidense e europeia, propomos enredar aspectos que dizem respeito ao contexto latinoamericano, em que as opressões de gênero se somam à desigualdades sociais aviltantes e que, por isso, suscitam temáticas particulares.

Escolhemos o ano de 1987 como marco nos estudos de gênero e sexualidade devido à publicação de *A Tecnologia do Gênero*, de Teresa de Lauretis. Neste ensaio, partindo de uma “visão teórica foucaultiana, que vê a sexualidade como uma tecnologia sexual” (Lauretis, 1987, p. 05), Lauretis explora a ideia de que o gênero é construído através de dispositivos culturais, discursos sociais e práticas que o consolidam de forma persistente e reiterada. Seu estudo teve grande impacto porque elabora uma crítica ao discurso dominante da época do discurso da diferenciação sexual como base para os estudos feministas, sobretudo porque reconhece que esse discurso sempre recairá na diferença com base no homem (ou no binário homem *versus* mulher). Dessa forma, para Lauretis (1987), o discurso da diferença sexual natural/biológica é responsável por confinar o pensamento crítico feminista e dos estudos de gênero porque parte de uma base com ambos os sexos universalizados.

Suas proposições de gênero como uma representação social e que questionam o discurso da diferenciação sexual e dos papéis de gênero, influenciaram estudos subsequentes sobre gênero e sexualidade, como a teoria da performatividade do gênero de Butler (2022) e a contrassexualidade de Preciado (2022). Em *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*, Butler (2012), por exemplo, desafiou concepções tradicionais de gênero,

afirmando que o gênero não é uma expressão natural de uma identidade fixa, mas sim uma performance contínua, construída e reiterada por práticas sociais. O texto de Butler (2012) promoveu uma desestabilização das categorias do gênero e do sexo, categorias comumente discutidas por estudos feministas a partir da segunda onda do movimento feminista, contudo, para Butler (2012) era necessário elaborar uma crítica à ideia de que o sexo (feminino/masculino) é natural e pré-social, enquanto o gênero (feminino/masculino) é culturalmente construído, já que nem mesmo a biologia seria mais capaz de dar conta de sexos naturais e binários¹. Assim, para Butler (2012), não é possível falar em uma natureza essencial humana, a própria biologia e o "sexo biológico" são categorias construídas através de discursos e normas sociais. Dessa forma, no pensamento butleriano, as categorias de gênero (homem e mulher) também são igualmente produtos culturais, não entidades fixas ou universais.

A crítica ao discurso de uma natureza biológica essencial e da diferenciação sexual também está presente no pensamento de Paul B. Preciado. Para Preciado (2008), essa epistemologia binária e hierárquica entra em crise a partir de 1940², não somente por causa da resposta exercida pelos movimentos políticos de minorias dissidentes, mas também pela aparição de novos dados morfológicos, cromossômicos e bioquímicos que tornaram a atribuição sexual binária impossível. Dessa maneira, em *O Manifesto Contrassexual*, Preciado (2022) afirma que é preciso uma radicalização da crítica à normatividade sexual e de gênero, a partir de práticas contrassexuais que subvertam e desafiem a estrutura patriarcal e heteronormativa, sugerindo uma "contraidentidade" baseada em escolhas e práticas individuais. As ideias de Lauretis (1987), Butler (2012) e Preciado (2008; 2022) são fundamentais, portanto, para a inauguração dos estudos *queer*, cada um contribuindo com conceitos que expandem a compreensão de gênero, sexualidade e poder, questionando normas que influenciam desde os comportamentos sociais até as estruturas espaciais e arquitetônicas.

1 Butler (2012) menciona que a existência de pessoas intersexos, que possuem variações nos cromossomos definidoras de categorias "homem" e "mulher" são a prova de que não há uma verdade universal sobre o sexo biológico.

2 O ano de 1940 ficou marcado pela observação dos componentes do DNA, das mutações genéticas e das variações cromossômicas.

Contudo, ciente da complexidade dessa abordagem epistemológica iniciada a partir de 1987 e longe do intuito de propor uma linha do tempo para os estudos sobre a história da sexualidade humana, este capítulo propõe situar o leitor da dissertação nas interfaces entre as questões de gênero e sexualidade com o campo da arquitetura e do urbanismo. Isso por conta das características do fenômeno com o qual estamos lidando, conforme apresentado na introdução. Assim, inicialmente, o capítulo estabelecerá um recorte temporal para iniciar o diálogo sobre a teoria *queer* e sua contribuição para o campo da arquitetura e do urbanismo, após familiarizar o leitor com a trajetória dos estudos *queer* na arquitetura e urbanismo a partir de 1987 e já tendo construído algumas bases argumentativas para ampliar o léxico das questões de gênero e sexualidade dentro da arquitetura e do urbanismo, centraremos na necessidade de abordar especificidades de mulheres cisgêneras³ e população LGBTQIA + no processo de possíveis desenhos para políticas de habitação.

O próximo passo que pretendemos atingir é mostrar que, apesar de potente, a discussão sobre gênero e sexualidade dentro do ambiente doméstico – elemento importante na constituição das subjetividades e identidades – parece ter sofrido com um arrefecimento do seu debate, sobretudo na América Latina. É a partir dessa constatação que prepararemos o caminho para abordagem no capítulo seguinte: um giro entre incursões mais recentes em políticas habitacionais mais inclusivas e abrangentes para mulheres e comunidade sexo-gênero dissidente⁴.

3 O termo "cisgênero" é usado para definir pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascer, que está associado socialmente ao sexo biológico.

4 O termo "dissidências sexuais" foi empregado pela primeira vez por Gayle Rubin em 1984 e se refere às práticas, sexualidades, identidades e subjetividades que desafiam as normas sexuais hegemônicas e enfrentam estigmatização, marginalização e repressão. O termo vem sendo apropriado nos últimos anos pela população LGBTQIA + em resposta a termos mais institucionalizados e neutros como "diversidade", com intuito de incluir corpos desobedientes, de afronta, de desconstrução do homem branco ocidental cisheterossexual. Nesta dissertação utilizaremos o termo e suas variações como comunidade sexo-gênero dissidente, corpos dissidentes, gêneros e sexualidades dissidentes.

1.1 Gênero na arquitetura e urbanismo a partir de 1987: contribuições potenciais

Em relação ao campo da arquitetura e urbanismo, Carmona (2020) destaca que a partir da década de 1990 houve um esvaziamento do sistema binário de representações do gênero (homem e mulher) no campo da arquitetura e urbanismo", se antes, nos anos 1970 e 1980 a questão de gênero na arquitetura era vista como discussões sobre diferenciação entre o feminino e o masculino, a partir de 1990 houve uma ampliação das interpretações sobre o gênero e a sexualidade na arquitetura e urbanismo. Os motivos para isso, segundo Carmona (2020), é o advento da própria teoria *queer* e da sua relação direta com o feminismo da terceira onda que, com suas pautas interseccionais como raça, classe, orientação sexual, identidade, gênero, passam a produzir um campo mais rico de ideias dentro dos estudos da arquitetura e urbanismo.

Carmona (2020) mapeia em sua dissertação de mestrado os primeiros trabalhos influenciados por esse grande panorama de novos estudos de gênero e sexualidade, sobretudo na América do Norte. Dentre eles, o autor destaca a obra *Architecture from without* que contém o ensaio intitulado *Body, Logic and Sex* da autora Diana Agrest (1991) como um dos primeiros desse período a ter grande relevância. Nele, Agrest (1991) como a exclusão ocorre na arquitetura, observando que essa exclusão envolve uma dualidade entre o interior (entidade definida) e o exterior, resultando na marginalização do corpo feminino no contexto arquitetônico. Agrest (1991) utiliza de textos de importantes tratadistas como Vitruvius, Alberti e Filarete para ilustrar como a forma masculina dominou esse campo. Para Agrest (1991), no entanto, as mulheres por terem sido excluídas desse sistema são capazes de desenvolver uma visão crítica privilegiada, permitindo-lhes perceber e questionar o que foi excluído ou reprimido na arquitetura.

Outra contribuição muito importante para o campo da arquitetura e do urbanismo durante esse período – e igualmente identificada por Carmona (2020) – foram os primeiros livros de Beatriz Colomina que foram lançados a partir de 1992. O primeiro deles, a obra *Sexuality and Space* (Colomina, 1992), Colomina reúne uma série de textos que investigam o tema da domesticidade,

do gênero, da sexualidade e das representações de poder e as dinâmicas entre espaço público e privado. Entre estes, podemos destacar o seu texto *The split wall: domestic voyeurism* (Colomina, 1992) onde ela explora a ideia de que a arquitetura não é um simples pano de fundo para o observador, mas um mecanismo que molda a maneira como os habitantes experimentam e percebem o espaço. Partindo de uma análise profunda de obras, projetos, desenhos e produções intelectuais de arquitetos modernos como Adolf Loos e Le Corbusier, Colomina (1992) investiga como a casa pode atuar como um dispositivo que modifica e que é modificado pelo usuário do espaço.

Colomina (1992) sugere que, nas casas projetadas por Adolf Loos, o ocupante é ao mesmo tempo espectador e ator do palco (Colomina, 1982, p. 102), numa relação tensa e marcada por relações de poder (por exemplo, a sala, a cozinha, a mobília são espaços e lugares femininos, enquanto as bibliotecas, salas de reunião, escritórios, espaços masculinos). É observado por Colomina (1992) que há uma estratégia comum no desenho de Adolf Loos que o corpo feminino e o espaço doméstico seja objeto de voyeurismo, controle espacial e de desmaterialização em detrimento de um controle masculino. Já nas casas de Le Corbusier, Colomina (1992) sugere que há um olhar cinematográfico, onde o edifício se transforma em uma câmera e seus ocupantes são voyeurs do espaço exterior. Há uma obsessão, de acordo com Colomina (1992, p. 105) de Le Corbusier em emoldurar aquilo que ele quer que os ocupantes vejam, seus ocupantes, no entanto, é o sujeito humanista universal tradicional (o arquiteto, homem, branco, atlético) que define não só o que deseja ver de dentro de seu espaço, quanto também pode redesenhar o espaço exterior. Já o lugar da mulher na obra de Le Corbusier, como pontua Colomina (1992, p.106), se restringe a olhar a parede, ou ser mal enquadrada em planos como uma mera distração ou uma fragilidade comparada a um adorno. A obra de Colomina (1992) ressalta, portanto, como arquitetos e urbanistas podem alienar o corpo da mulher, transformando-o em um objeto de desejo voyeurístico dos homens.

Já em *Privacy and Publicity*, Colomina (1994), também partindo da análise do movimento moderno e das obras de Adolf Loos e Le Corbusier sugere que o pensamento moderno foi um

dos responsáveis por reforçar estruturas assimétricas nos espaços, onde se concebe o espaço doméstico como ambiente de domínio feminino e o espaço público como ambiente de domínio masculino, uma lógica que precisava ser subvertida e desafiada. Nesta obra, Colomina (1994) observa que a arquitetura só se torna moderna ao se envolver com os meios de comunicação de massa, e que, ao fazer isso, desloca radicalmente o sentido tradicional de espaço e subjetividade. No entanto, Colomina (1994) não abandona em *Privacy and Publicity* o objeto arquitetônico, mas passa a observá-lo de uma forma diferente: não apenas o espaço construído é valorado, mas também as suas formas de representação através dos meios de comunicação, com a utilização de imagens, filmes e publicidade, que passam a ser essenciais no impacto destes edifícios. Colomina (1994) acaba solidificando suas hipóteses anteriores de que o movimento moderno reforça estruturas assimétricas de poder entre homens e mulheres: a mulher vista como sujeito circunscrito ao espaço doméstico ou como objeto de contemplação (decorativo), e o homem como sujeito do espaço público, que comanda o automóvel e que planeja a própria cidade. Paulatinamente, Colomina (1994) esvazia em seu debate o voyeurismo de Adolf Loos e as dimensões hipermasculinizadas de Le Corbusier de *promenade arquitetônica* e sua ênfase exagerada no devir masculino perante a cidade. Dessa forma, além de contribuir com a luta feminista, suas palavras também abriram caminho para a teoria *queer* dentro da arquitetura e do urbanismo ao passo que permitiu que outros teóricos e teóricas do campo fossem capazes de questionar padrões estabelecidos pelo movimento moderno de cidades funcionais e de sujeito universal.

O debate sobre como a arquitetura em espaços públicos e domésticos podem ser perpetuadores de um sistema social de hegemonia masculina e cisheterossexual também passa a pautar outros trabalhos de arquitetos e urbanistas durante a década de 1990. Neste sentido, destacamos a obra "*Stud: Architectures of Masculinity*" (Sanders, 1996), como outra contribuição importante para os estudos do gênero e sexualidade na arquitetura e urbanismo. O trabalho de Sanders (1996) foi diretamente influenciado pela teoria da performatividade de gênero de Butler (2012) e analisou como convenções, regras, e o próprio desenho da arquitetura presentes em espaços privados e públicos são responsáveis por

induzir corpos e subjetividades a se enquadrarem em um sistema social predominantemente masculino. Sanders (1996) destaca que espaços corporativos, arranha-céus, edifícios públicos e militares, espaços comerciais são arquiteturas que desempenham um papel fundamental na construção da masculinidade: são espaços que garantem a hegemonia do homem branco e cisheterossexual dentro da política, da economia e da cultura. De outro lado, Sanders (1996) também observa como a masculinidade é performada, sobretudo observando o comportamento e as formas engenhosas que homossexuais masculinos se apropriam e reordenam espaços de domínio público cotidiano, desde bares, clubes de sexo, até ruas e becos.

A ideia de masculinidade foi desenvolvida por Connell (1982, 1983 e 1987) de forma inicial dentro de um contexto de estudos sobre desigualdade social na Austrália, onde seus estudos conjecturaram sobre o papel de homens na de classes (sobretudo do ponto de vista do movimento sindicalista australiano), na luta feminista e na luta antirracista. Entretanto, o termo só viria a se popularizar em sua obra *Masculinities* (1995), onde Connell (1995) define a masculinidade hegemônica como um conjunto de práticas e normas que conferem poder e prestígio a certas expressões de masculinidade, subordinando e marginalizando outras masculinidades e feminilidades.

Os estudos sobre masculinidades de Connell (1995) e a teoria da performatividade do gênero de Butler (2012) assim como inspiraram os estudos de Sanders (1996), também influenciará a obra de outro arquiteto homossexual neste mesmo período: Aaron Betsky. Em 1997, Aaron Betsky lançou a obra *Queer Space: Architecture and Same-Sex Desire* e introduziu o conceito de espaço *queer*. Partindo do conceito de espaços heterotópicos de Foucault (2013), Betsky (1997) acaba definindo o espaço *queer* como aquele fora das normas e das convenções sociais e como um espaço construído através de práticas e desejos de pessoas *queer*. A obra de Betsky (1997) foi responsável por trazer ao debate da arquitetura a importância de espaços de subversão, erotismo, de encontros e reuniões da comunidade LGBTQIA+ como forma de resistência perante normas sociais heterocompulsórias⁵. A temática dos espaços

5 O termo "heterocompulsório" ou "heterossexualidade compulsória" foi

queer também é abordada por Laurent Berlant e Michael Werner em 1998 na obra *Sex in Public*, nela os autores exploram o conceito de contrapúblicos subalternos de Nancy Fraser (1990) para analisar e descrever espaços e práticas que emergem como alternativas e desafios às normas e valores dominantes do espaço público hegemônico, frequentemente alinhado à heteronormatividade.

No entanto, os estudos de Sanders (1996), Betsky (1997), Laurent e Berlant (1998) apesar de alicerçados na teoria da performatividade de Butler (2012) e de contrapúblicos de Fraser (1990) ainda esbarram em uma concepção binária redutora e ultrapassada do gênero. Entretanto, isso não quer dizer que os trabalhos perderam fôlego. Pelo contrário, pois vem sendo objeto de novas investigações e suscitando inquietações por novos autores *queer*. Um destes exemplos é que em 2021, no marco do vigésimo quinto ano de aniversário de lançamento da sua obra, Sanders (2021) criou um novo prefácio para *Stud: Architectures of Masculinity*, reconhecendo a necessidade de expandir o seu ponto de vista inicial, pontuando que a luta das últimas décadas pela expansão de um sentido maior de inclusão dentro da própria comunidade LGBTQIA+, sobretudo a partir do ponto de vista das travestis, transsexuais, bissexuais, não-binários e intersexos alterou seu próprio pensamento e sua própria obra.

Importante mencionar que na América Latina também existiram importantes contribuições para os estudos de gênero na arquitetura e urbanismo. Um dos textos produzidos e que reverbera até os dias de hoje é a dissertação de mestrado do antropólogo argentino Néstor Perlongher, que foi defendida no campo de estudos da antropologia social na Universidade de Campinas (UNICAMP) em 1986, publicado em forma de livro em 1987 e intitulado: *O negócio do Michê*. Em seu trabalho, Perlongher (1986) abre um leque de possibilidades tanto para o campo da antropologia urbana como para os estudos urbanos ao se debruçar sobre conceitos de

cunhado pela teórica feminista Adrienne Rich em seu ensaio de 1980, *Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence*. Rich usa o termo para descrever a forma como a sociedade impõe a heterossexualidade como norma obrigatória, apresentando-a como o único modo aceitável e natural de se viver. Segundo Rich, essa imposição marginaliza outras orientações sexuais, particularmente o lesbianismo, que é visto como uma ameaça ao patriarcado e às estruturas de poder tradicionais.

territorialidade⁶ e devir⁷ a partir de referenciais e “lógicas marginais” (Puccinelli; Simões, 2022).

O trabalho de Perlongher (1986), contudo, é um ponto fora da curva dentro dos trabalhos brasileiros relacionados ao gênero naquele período. Os textos e publicações referentes às questões de gênero e sexualidade no Brasil durante os anos 1980 e 1990 são em sua grande maioria restritos ao campo de mulheres cisgêneras e heterossexuais. Nas margens dos discursos acadêmicos brasileiros, entretanto, surgiram outras importantes contribuições para os saberes *queer* como o jornal *O Lampião da Esquina* e o boletim *ChanaComChana*. O primeiro, foi um importante veículo de imprensa declaradamente homossexual e que esteve em circulação entre os anos de 1978 e 1981. De acordo com Araújo (2023) *O Lampião da Esquina* foi responsável por “traçar roteiros para diversas cidades brasileiras, anunciar estabelecimentos, festas, eventos e ajudou a criar uma rede de conexões entre entendidos de todo o país” (Araújo, 2023, p. 37).

6 O debate sobre o conceito de território e territorialidade é polissêmico e amplo dentro do campo das ciências sociais aplicadas, em especial a geografia política. No trabalho de Perlongher (1986), o território é entendido a partir de uma concepção geográfica e política (Haesbaert, 1997), onde este pode ser traduzido uma porção de uma dada área delimitada por fronteiras e limites, ou seja, delimitada por uma base física (no caso do estudo de Perlongher, o território se refere pela área de atuação de michês na cidade de São Paulo). Já a territorialidade, por outro lado, refere-se ao conjunto de práticas, comportamentos, relações e significados simbólicos que um grupo ou indivíduo estabelece sobre um território. Segundo Haesbaert (2004), a territorialidade também inclui sentimentos de pertencimento, identidade e poder sobre o espaço, além de estratégias para marcar e controlar o acesso ao território.

7 O termo “devir” foi criado na antiguidade grega por Heráclito de Éfeso, para falar sobre constantes transformações e fluxos contínuos na realidade. Para Heráclito, o devir é algo oposto à estabilidade, sugerindo que nada no universo permanece idêntico a si mesmo, nem mesmo por um instante. Ao passar do tempo, outros filósofos se debruçaram sobre o tema do “devir”, entre eles destacamos Nietzsche (1883), que o define como sinônimo de “tornar-se” ou, ainda, “vir-a-ser” do homem. Para Nietzsche (1883), o devir pode ser traduzido como uma força criativa e destrutiva ao mesmo tempo, onde cada momento é uma oportunidade para a superação e a afirmação de si mesmo. Na arquitetura e no urbanismo, um dos textos de maior influência é a obra *Mil Platôs* (Deleuze, Guattari, 1990), onde o devir é explorado para falar sobre o caráter não fixo e mutável do espaço. O conceito de Deleuze e Guattari (1990) desafia, portanto, uma visão até então hegemônica de que a arquitetura e o urbanismo era algo estático e finalizado, propondo, em vez disso, que o espaço arquitetônicos e urbanos estão em constante processo de transformação e adaptação. Perlongher explora a deriva a partir da perspectiva homossexual subversiva, ou seja, de homens que saem e vagam às ruas em busca de contato sexual, recuperando sentidos perdidos de “rua” como espaço de encontro e de desejo.

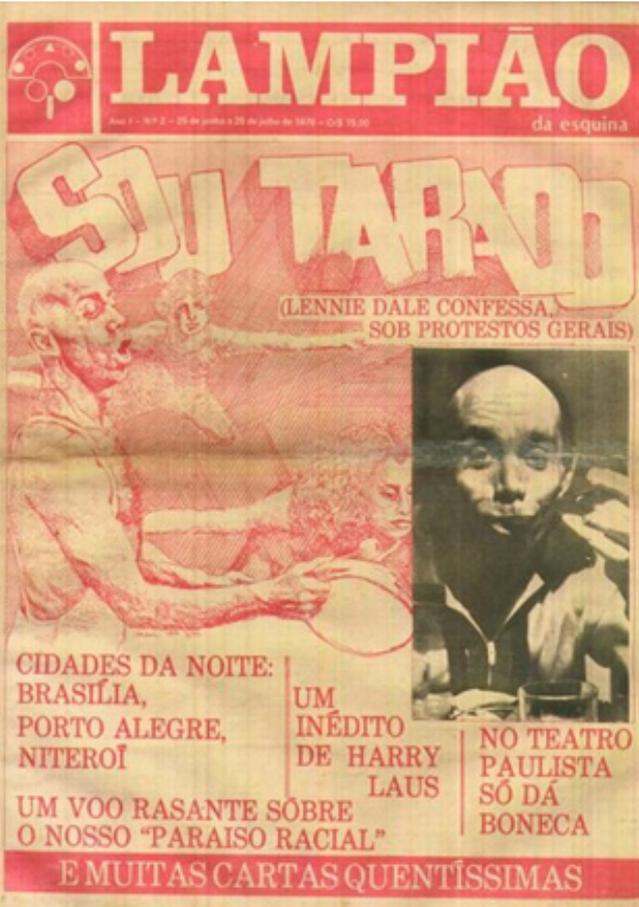


Figura 01: Capa e reportagem da revista O Lampião da Esquina (março 1979). Fonte: Acervo digital Grupo Dignidade, 2024.

Já o *ChanaComChana*, circulou entre 1981 e 1987 em formato de boletim ou zine independente, produzido pelos coletivos paulistas Lésbico-Feminista (LF) e Grupo Ação Lésbica-Feminina, em seu conteúdo, o boletim questionava o lugar das lésbicas na sociedade e nos espaços da cidade, com uma série de entrevistas buscando amplificar a voz e o direito de existir e de serem vistas das lésbicas no Brasil. À sua maneira rebelde e provocadora, ambas as publicações conseguiram chamar atenção para camadas até então ocultas das cidades brasileiras, como os espaços de expressão, subversão, de erotismo e de coletividades homossexual, transsexual e lésbica, além de problematizar as violências sofridas pela população LGBTQIA+ nos espaços públicos através de repressão policial. Não obstante a isto, apesar da importante contribuição do *Lampião da Esquina* e do *ChanaComChana*, o primeiro maior impacto da teoria queer no Brasil só ocorrerá, segundo Miskolci (2011) a partir de 2001 com o texto de Guacira Lopes intitulado *Teoria Queer: uma política pós-identitária para a Educação*, ainda que na UNICAMP (através dos Cadernos Pagu) já estivesse desde a década de 1990 circulando os textos de Butler (2012).



Já a trajetória mais recente dos estudos *queer* na arquitetura e urbanismo, segundo Carmona (2020) conta com uma importante inclusão: a da categoria “corpo”. Para Carmona (2020) é a partir da categoria corpo que o campo do planejamento urbano, por exemplo, passa a incluir as dissidências sexuais a partir de uma perspectiva desterritorializada⁸. Para o autor, é a partir das possibilidades que

Figura 02: Compilado de capas do Boletim ChanaComChana. Fonte: Acervo digital Grupo Dignidade, 2024.

⁸ De acordo com Haesbaert (2003) os estudos sobre territórios e territorialidades passaram a ser questionados a partir da década de 1990. A globalização, os novos dados econômicos, o fim das fronteiras físicas e virtuais, o multiculturalismo foram elementos, segundo Haesbaert (2003) que obrigaram os estudos sobre territórios e territorialidades a repensarem suas posições. Neste sentido, a desterritorialização emergiu como conceito capaz de superar entraves locais, perspectivas geográficas e econômicas limitantes, mas também surgiu como uma perspectiva crítica para explicar fenômenos migratórios e novos cenários urbanos (cenários de resistência, ocupação, ativismo e crítica ao planejamento urbano). Neste sentido, uma perspectiva desterritorializada e dissidente pode ser entendida como uma forma de resistência de sujeitos e corpos dissidentes contra espaços de poder hegemônico da cultura heterossexual e masculina. Para Carmona (2020), portanto, incluir a categoria “corpo *queer*”, ou “corpo dissidente” nos estudos sobre desterritorialização foi um avanço fundamental para o campo do planejamento urbano.

o corpo queer possui que discursos essencialistas – notadamente presentes nos estudos urbanos feministas – são dissolvidos. Assim, Carmona (2020) destaca a tese de doutorado de Diana Helene Ramos, *Preta, Pobre e Puta?* no ano de 2015 e a tese de doutorado de Ramon Reis, *Cidades e Subjetividades Homossexuais: cruzando marcadores da diferença em bares nas periferias de São Paulo e Belém* de 2016 como pesquisas importantes deste novo cenário. Nos últimos anos, também novos trabalhos tem surgido no Brasil complementando essa retomada dos estudos do gênero e da arquitetura a partir das dissidências, destacamos, por exemplo, o artigo *Vaga-Lumes: a cidade noturna e os corpos dissidentes* (Pina, 2023) que mapeia e analisa a pegação LGBTQIA+ no Aterro do Flamengo (Cidade do Rio de Janeiro), a dissertação de mestrado *Espaço Urbano e subversão pela experiência corporificada queer em Uberlândia/MG* (Mota, 2019) que a partir da análise espacial e registro etnográfico de algumas espacialidades na região ao redor da Praça do Rosário na cidade de Uberlândia, reflete sobre relações de poder e de gênero em espaços urbanos e como a presença de corpos negros, homossexuais, travestis e de trabalhadores sexuais nestes espaços tensionam e subvertem o planejamento urbano predominantemente branco, masculino e cisheterossexual. Também podemos citar, mais recentemente, a dissertação de mestrado de Neves (2024) intitulada *Territorialidades Queer: experiências urbanas de corpos dissidentes na área central de João Pessoa, Paraíba*, que tem como objetivo contribuir com novas formas de ler, compreender e representar espaços urbanos e suas interfaces com gênero, sobretudo a partir de um olhar de sujeitos dissidentes na cidade contemporânea.

Esta pesquisa, contudo, diverge parcialmente do argumento de Carmona (2020). Entende-se que a categoria corpo já estava posta anos antes pelos textos homossexuais e lésbicos. As pesquisas de Sanders (1996), Betsky (1997), Laurent e Berlant (1998) trabalham justamente com esse corpo desejante, ainda que sob o ponto de vista do homem gay cisgênero. A possibilidade de os espaços serem transformados a partir de práticas subversivas, eróticas, de resistência, estão em claro diálogo com corpos que transitam nestes espaços. Entretanto, a partir de 2000, há inclusão de diversas categorias como corpo, órgãos sexuais, desejo, pluralidades e

transidentidades, trazidas à luz graças ao *Manifiesto Contrassexual* do filósofo espanhol Paul Preciado (2022).

Para Preciado, "os órgãos sexuais, as práticas sexuais e também os códigos de masculinidade e feminilidade e outras identidades desviantes entram no cálculo do poder do Estado" (Preciado, 2022, p. 21). Sexualidade e gênero, para além das regulações de mercado, integram disputas de territórios entre nações, reservas de bens naturais e acúmulo de capital. Por isso, também estão entre os objetivos de controle do Estado, funcionando como um verdadeiro sistema heterocêntrico⁹ (Preciado, 2022). No pensamento de Preciado (2022), esse regime homogeneizante (nomeado como diferença sexual) que impede corpos e subjetividades subalternos (transexuais, homossexuais, lésbicas, não-binários, intersexos) de serem reconhecidos como sujeitos políticos vem dando claros sinais de colapso e de que uma nova epistemologia está a surgir.

Essa temática da mutação das epistemologias sobre saberes do gênero, sexualidade, segundo Preciado (2010) também atravessa a arquitetura e os espaços domésticos. Em sua tese de doutorado transformada em livro *Pornotopía: arquitectura y sexualidad en Playboy durante la guerra fría* (Preciado, 2010), ele observa que esse fenômeno se deu após a segunda-guerra mundial, quando um novo modelo de sociedade capitalista e norte-americano, com apoio de mídias, discursos e marketing começa a provocar alterações na visão da sociedade com a arquitetura, entre os próprios arquitetos e também nos espaços domésticos.

Através de uma análise profunda e detalhada da vida de Hugh Hefner¹⁰ e da relação entre arquitetura, sexualidade e cultura visual nos Estados Unidos, especialmente no contexto da revista *Playboy*, durante o período da Guerra Fria. Preciado (2010) argumentou que a revista *Playboy* não se limitou a ser uma publicação erótica ou a promover uma visão sexualmente liberal para os homens, mas que

⁹ O termo "sistema heterocêntrico" aparece pela primeira vez na obra *Testo Junkie: Sexo, Drogas e Biopolítica* (2008), onde Paul B. Preciado o define como uma estrutura social que centraliza e privilegia a heterossexualidade como norma dominante. O sistema heterocêntrico, de acordo com Preciado (2008), é responsável por sustentar discursos de que as relações heterossexuais são as únicas naturais e legítimas e que todas as outras devem ser marginalizadas, controladas e patologizadas.

¹⁰ Hugh Hefner foi um empresário norte-americano, fundador e editor-chefe da mais famosa revista erótica do mundo, a *Playboy*, lançada em dezembro de 1953.

atuou como um verdadeiro projeto de reestruturação dos valores domésticos e culturais, propondo uma forma de vida masculina altamente performática e que desafiava os papéis tradicionais de gênero e o modelo familiar nuclear. Em *Pornotopia*, Preciado (2010) ilustrou como o espaço, a arquitetura e a mídia são capazes de influenciar identidades de gênero e dinâmicas de poder, ao mesmo tempo, comprovou que a ideologia até então dominante de família heterossexual sagrada já estava em desuso através dessa nova masculinidade performática do homem de negócios, solteiro, masculino e heterossexual em oposição ao pai de família vinculado à mulher suburbana e à vida doméstica.

As reflexões de Preciado (2010) sobre como as mídias e o ambiente construído são capazes de moldar e reforçar normas sexuais e de gênero passam a criar uma atmosfera propícia para que jovens arquitetos e urbanistas passem a questionar como os ambientes podem tanto reforçar quanto subverter normas sociais, assim, nos últimos anos, é possível identificar estudos e iniciativas que desafiam o campo a repensar o espaço como elemento ativo na construção e imposição de normas de gênero e sexualidade, impulsionando práticas arquitetônicas mais inclusivas e críticas sobre como o design pode perpetuar ou contestar desigualdades.

Pesquisas mais recentes nos estudos da arquitetura e do urbanismo, por exemplo, passam a dialogar com o campo dos estudos do gênero e da sexualidade como espaço para debate crítico da sociedade, onde se aponta, inclusive, para lacunas dentro das universidades de arquitetura e urbanismo a respeito de temas como gênero, sexualidade, raça e classe. Um texto que teve grande repercussão ao revelar essa lacuna dentro do campo teórico da arquitetura e do urbanismo nos últimos anos foi o *Olhares queer sobre a arquitetura* (Vallerand, 2021) que foi traduzido pelo coletivo brasileiro Arquitetura Bicha¹¹. O texto de Vallerand (2021) aponta para a importância de lugares públicos e privados projetados fora dos padrões tradicionais e hegemônicos da arquitetura, como

11 Arquitetura Bicha é um coletivo de arquitetas (os) e urbanistas LGBTQIA+ que surgiu durante a pandemia para estudar histórias, projetos e representações de arquiteturas feitas ou performadas por pessoas LGBTQIA+. O grupo realiza reuniões periódicas, elabora textos conjuntos, palestras, ensaios e possui uma página no instagram onde divulga suas reflexões e produções de arquitetas(os) e urbanistas LGBTQIA +. Para mais informações, acesse: <https://www.instagram.com/arquiteturabicha/>

forma de incrementar a diversidade em espaços arquitetônicos e nos espaços das cidades. Ao mesmo tempo, Vallerand (2021) se volta para uma autocritica ao próprio movimento *queer* dentro da arquitetura e do urbanismo que ficou preso por alguns anos ao debate exclusivo de espaços dedicados à homens homossexuais brancos norte-americanos e europeus, para o autor, a teoria *queer* só será capaz de vencer esse debate homonormativo na arquitetura a partir do momento que esta estabeleça diálogo com outras categorias interseccionais, que desafie as categorias de identidade e que seja capaz de compreender a arquitetura e urbanismo como ferramentas para “analisar os espaços não como lugares especificamente criados para uma comunidade, mas sobretudo como lugares mutáveis, performativos” (Vallerand, 2021, p.8).

Outra obra que se destacou neste debate mais atual sobre a construção de sexualidades livres e de cidades menos coercitivas foi *Queering Public Space* (Catterall; Azzouz, 2021). Nela, os autores pontuam que os espaços públicos não são neutros, mas sim elaborados de acordo com pensamento masculino, branco e heterossexual e projetados para públicos específicos. *Queering Public Space* (Catterall; Azzouz, 2021) também evidencia que a promoção de espaços mais seguros para comunidade LGBTQIA+ pode representar um ganho para a perspectiva de espaços e cidades mais inclusivas e diversas.

Queering Public Space (Catterall; Azzouz, 2021) é um relatório elaborado pela professora de arquitetura e urbanismo da Universidade de Westminster, Pippa Catterall e por Ammar Azzouz, arquiteto líder da empresa multinacional de construção civil Arup, situada na cidade de Londres (Inglaterra). Nele, os autores elaboraram uma lista de características de design que poderiam tornar um espaço público mais ou menos inclusivo, dentre elas destacam: design que promova diversidade e inclusão, indo além das questões de acessibilidade e mobilidade, espaços com características como escala humana, diversidade de fachadas, cores e materiais para evitar a uniformidade que pode ser intimidadora ou excludente, proteger e preservar locais de memória LGBTQIA+ e possibilitar que essas comunidades marquem e celebrem seu patrimônio em espaços públicos, desenvolvimento de espaços

de permanência e de intimidade e envolvimento e cocriação da comunidade LGBTQIA+ nestas iniciativas.

Estes estudos recentes demonstram, portanto, que o campo *queer* de conhecimento têm exercido um papel essencial na ampliação do campo teórico da arquitetura e do urbanismo, questionando normas e práticas que, historicamente, desconsideravam as vivências de pessoas LGBTQIA+. Com a introdução de perspectivas críticas sobre gênero e sexualidade, o campo *queer* tem desafiado visões tradicionais sobre o espaço e revelado como ambientes construídos podem reproduzir exclusões e opressões. Como pontuou Carmona (2020), a categoria "corpo" também é uma das vertentes teóricas que voltaram a ser incluídas em pesquisas recentes, enfatizando que a experiência do espaço urbano e habitacional é profundamente afetada pelas particularidades dos corpos e das identidades dissidentes que os ocupam. Essa abordagem permite entender como diferentes corpos e subjetividades vivenciam barreiras, como a segregação e a violência espacial, trazendo à tona a importância de pensar políticas habitacionais e ambientes urbanos que acolham e protejam a diversidade de formas de viver. Contudo, embora essa contribuição seja significativa, a discussão continua em aberto, sendo um campo emergente e com vastos espaços a serem explorados, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento de políticas habitacionais inclusivas e à criação de moradias que respeitem e valorizem as identidades *queer*.

1.2 Estudos de gênero e políticas de habitação

Dentro destes novos espaços para debate é preciso mencionar que, nas interfaces da arquitetura e do urbanismo, os estudos de gênero fundamentam abordagens que se desdobram em diferentes análises, a maioria relacionada aos lugares públicos, mas muitas dizem respeito à habitação e ao espaço doméstico. É preciso ressaltar que, devido às realidades muito contrastantes de contexto, nosso foco recai sobre o problema na América Latina, marcado por violências consideráveis relacionadas ao gênero. Uma região reconhecidamente desigual socioeconomicamente entre homens e mulheres, onde o déficit habitacional e a pobreza

atingem de forma mais violenta mulheres, onde os corpos femininos e LGBTQIA + são expostos à violência psicológica, econômica e física dentro de suas casas e nos espaços públicos. Uma região que ainda amarga altos índices de abuso infantil, exploração sexual de crianças, meninas e jovens faz com que tudo convirja para um cenário bastante específico que precisa ser mencionado, e que trataremos a seguir.

Apesar de boa parte do campo teórico *queer* ter se originado a partir de estudos feministas, como por exemplo, Wittig (2022) e Rubin (1978), ao passar das décadas o campo feminista passou a tecer fortes críticas aos estudos *queer* em virtude dos conceitos gerados pela teoria da performatividade de gênero e pela crítica a categoria mulher como sujeito universal. Contudo, durante a transição do feminismo de segunda onda e feminismo de terceira onda, surgiu uma figura muito importante o qual se acredita também ter contribuído para a formação de uma teoria *queer*, foi a escritora, lésbica e teórica cultural chicana¹² Gloria Anzaldúa que já trabalhava com conceitos de interseccionalidade antes mesmo do termo ter sido popularizado pelos trabalhos de Kimberlé Crenshaw. Em *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza* (Anzaldúa, 1987), a autora, partindo de uma perspectiva feminista de terceiro mundo e situada na fronteira entre os Estados Unidos da América e México, passa a analisar como se dá a formação de processos de identidades e subjetividades a partir da intersecção entre gênero, sexualidade, raça, cultura, linguagem e territorialidade.

Anzaldúa (1987) apresenta, assim, o conceito de *mestiza consciousness* como uma forma de pensamento que celebra a mescla de povos originários, histórias, e múltiplas culturas, ampliando, com isso, conceitos de gênero, sexualidade e identidades. O trabalho de Anzaldúa (1987) acaba sendo responsável a dar voz ao movimento de mulheres de cor com experiências *queer* que não se enquadravam nas narrativas dominantes de gênero e sexualidade, abordando como estas dissidências se relacionavam a culturas tradicionais originárias de povos latinos.

Anos mais tarde, estas pautas interseccionais receberão a contribuição de Bell Hooks, em seu livro *O Feminismo é para*

12 Referente ao norte-americano de descendência latino-americana, em especial do México.

Todo Mundo (Hooks, 2000), nele podemos encontrar o ponto de convergência entre a teoria *queer* e o feminismo, uma vez que para Hooks (2000) o movimento feminista tem capacidade de promover pensamentos inclusivos, democráticos e abrangentes, já que a luta feminista em sua origem é a luta contra a opressão e pelo direito a um mundo mais igualitário.

Válido ressaltar que as palavras de Hooks (2000) vem ganhando ainda mais força, sobretudo a partir de 2016, que marca a ascensão da nova extrema direita nos sistemas políticos mundiais. Retóricas da extrema direita como *anti-establishment*¹³, nacionalismo, racismo, políticas anti-imigratórias, pautas de pânico moral¹⁴ e de retrocesso de valores e costumes sociais tem utilizado, nos anos mais recentes, o movimento feminista, as mulheres, a teoria *queer* e a população LGBTQIA+ como formas de cooptar capital político com a ideia de inimigo comum que une diferentes grupos sociais sob a bandeira da luta contra a decadência moral e proteção da família e das crianças.

A partir do agravamento das condições precárias da comunidade sexo-gênero dissidente nos últimos anos e diante do aumento da violência e da perseguição social e percebendo os tensionamento entre algumas vertentes do feminismo com a comunidade transsexual, Gracia Trujillo lança em 2022 a obra *O feminismo queer é para todo mundo*. O texto de Trujillo (2022), que retoma as ideias de Hooks (2000), busca inicialmente responder à crítica elaborada por parte do movimento feminista atual de que o *queer* é um cavalo de tróia dentro do feminismo, ou seja, de que o *queer* nada mais é do que uma ferramenta neoliberal cujo intuito é dissolver a natureza da categoria mulher e fazer perpetuar o poder patriarcal dentro da sociedade capitalista.

13 Em 1955 o jornalista inglês utilizou o termo *establishment* para descrever grupos sociais que fazem parte do centro do poder político britânico. Nos Estados Unidos, o termo também se popularizou para descrever o sistema bipartidário (republicanos versus democratas) e também se relacionando com uma intrincada rede de influências e de poderes entre atores políticos, agências militares e lobistas. O termo *anti-establishment* surge como uma postura de oposição a estes valores de uma ordem social e política dominante e tem sido amplamente utilizado pela extrema direita para reunir críticas ao globalismo, desencadear teorias de conspiração, desinformação e acentuar valores de nacionalismo e populismo.

14 Sobre o tema, vide a obra *Moral Panics, Sex Panics: Fear and the Fight over sexual rights* do antropólogo Gilbert Herdt (2009). Nela, o autor utiliza do conceito de pânico moral para explicar como reações exageradas a comportamentos sexuais percebidos como desviantes são usadas para justificar controle social e repressão.

Portanto, ao considerar as particularidades das mulheres cisgêneras e da comunidade de gênero dissidente nas políticas habitacionais, deve-se considerar que a formulação dessas políticas deve lidar com as vulnerabilidades desses dois grupos, levando em conta suas vivências únicas com violência, discriminação e exclusão social. Assim, a primeira etapa que estas políticas devem seguir é reconhecer que estes dois grupos não são uniformes, existem diferenças notáveis dentro de cada segmento populacional.

Sendo assim, o primeiro ponto que precisamos destacar é que na América Latina (a exemplo do restante do sul global), a pobreza tem gênero, classe e cor: mulheres, de baixa renda, negras e latinas são as mais vulneráveis à pobreza, ao déficit habitacional e à crise de infraestrutura urbana. O estudo sobre a feminização da pobreza de Novelino (2004) e o relatório *Entender la pobreza desde la perspectiva de género*, da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Godoy, 2004), revelam, por exemplo, que os esforços para a redução de pobreza na América Latina não atingem de forma igualitária homens e mulheres, uma vez que a pobreza se concentra em maior grau nos lares chefiados por mulheres. O estudo produzido pela CEPAL destaca que, em 2004, para cada 100 homens habitando lares de baixa renda havia uma proporção de 112,7 mulheres, evidenciando que a questão da insegurança econômica e social atinge mais mulheres do que homens. O estudo também menciona que, na América Latina, mulheres chefes de lar recebem menores salários que homens chefes de lar e que, a partir da década de 1990, a proporção de mulheres chefes de lar em lugares de habitação precária só vem aumentando.

A situação também pode ser observada no Brasil, onde os dados sobre déficit habitacional entre os anos de 2016 e 2019 divulgado pela Fundação João Pinheiro revelam que a falta de moradia atinge sobretudo as mulheres. Considerando que o déficit habitacional brasileiro abrange categorias como domicílios rústicos, improvisados, ônus excessivo com aluguel e a coabitação involuntária, em todas elas as mulheres são o grupo populacional mais atingido, representando 60% do total do déficit habitacional brasileiro. Ludermir e Souza (2021) ainda acrescentam o componente da violência doméstica como fator agravador do déficit habitacional na América Latina como um todo, uma vez que muitas mulheres

necessitam sair dos seus lares e buscar condições mais precárias de habitação para poder salvar suas vidas.

A questão da violência doméstica é um dos fatores mais impactantes para pensar a importância de políticas habitacionais para mulheres cisgêneras pois, de acordo com a CEPAL (2021), ao menos 4.555 mulheres foram assassinadas na região da América Latina devido à violência de gênero. Esse número, que representa cerca de 14 assassinatos de mulheres por dia, evidencia a gravidade do problema na região. No Brasil, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2023) registrou mais de 230 mil casos de violência doméstica em 2022.

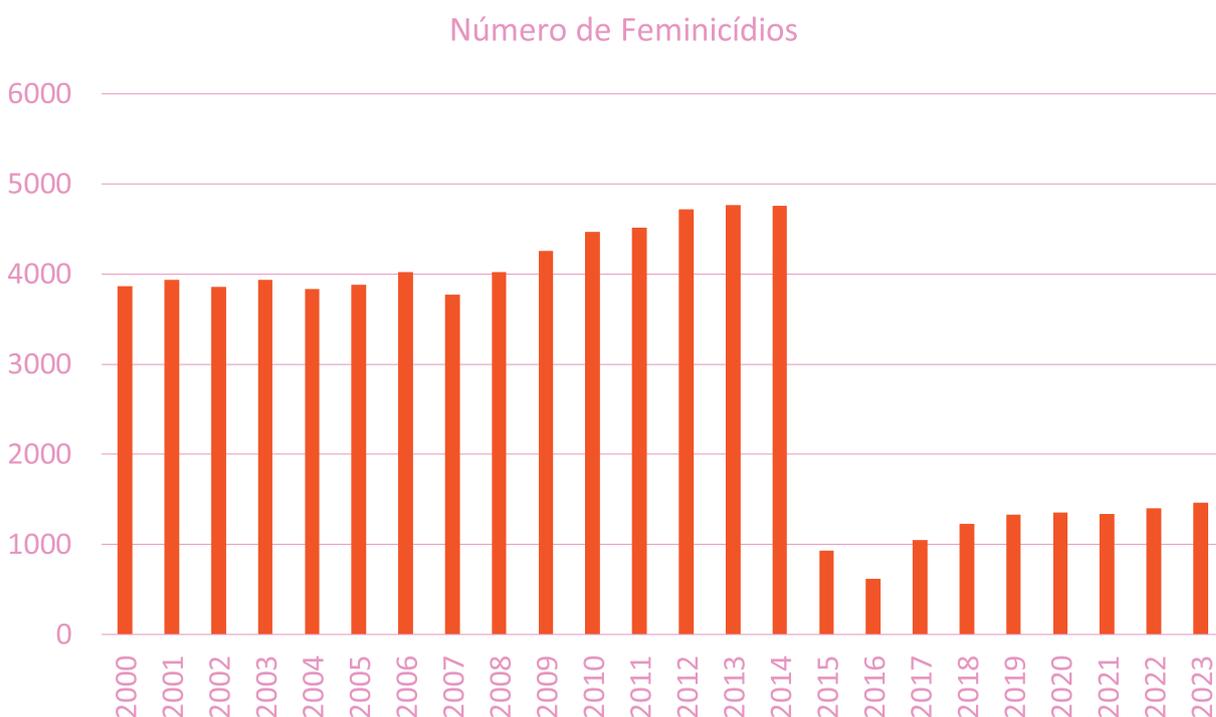
Local da Morte de Mulheres no Brasil em 2023

● Espaço Privado ● Espaço Público ● Não Informado



Gráfico 01: Local das mortes de mulheres em 2023. Fonte: Atlas da Violência Ipea (2023) adaptado pelo autor.

Além disso, o Brasil ocupa uma das posições mais altas no ranking mundial de feminicídios. Em 2022, o país registrou mais de 1.400 casos de feminicídio, o que corresponde a cerca de 4 mortes de mulheres por dia devido à violência de gênero. Assim, de acordo com estes dados, o ambiente doméstico, para as mulheres da América Latina e do Brasil, além de representar violência física, também pode representar violência psicológica e violência financeira. De acordo com Ludermir e Souza (2021), ainda é alto o índice de mulheres que são privadas de ter acesso à educação, ao trabalho e, conseqüentemente, aos recursos financeiros.



Outra questão que também causa impactos diretos à questão da moradia para mulheres cisgêneras, é do casamento infantil e maternidade de crianças e adolescentes. Carvalho (2023) destaca que o Brasil ocupa o 4º lugar no ranking de países onde ocorre casamento infantil, prática expressamente proibida pelo Código Civil Brasileiro. Na América Latina, segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) cerca de 23% das mulheres estarão casadas antes dos 18 anos na região (no Brasil, o percentual é de 36%). Já a respeito da gravidez na infância e adolescência, de acordo com o Ministério da Saúde do Brasil (Brasil, 2024), um em cada cinco bebês que nascem no Brasil, nasce de uma mãe com idade entre 10 e 19 anos, já nos países em desenvolvimento, a Organização Mundial de Saúde (OMS) destaca que cerca de 16 milhões adolescentes entre 15 e 19 anos são mães e que, a cada ano, cerca de 02 milhões de crianças com menos de 15 anos são mães. Segundo Carvalho (2023), a gravidez de crianças e adolescentes evidencia um problema que geralmente não é associado à violência sexual: a maior parte dos crimes relacionados à violência e abuso sexual ocorrem dentro do lar da própria vítima, praticados pelos próprios familiares ou amigos da família sendo, portanto, mais um aspecto trágico que revela a importância dos estudos de gênero e vulnerabilidades na habitação.

Gráfico 02: Número de feticídios no Brasil entre os anos de 2000 e 2023. Fonte: Núcleo de Estudos da Violência da USP (2023), Atlas da Violência Ipea (2016), adaptado pelo autor.

Além do trauma profundo provocado pela violência sexual nas crianças e jovens, também pode ocorrer a evasão escolar e o prejuízo do seguimento dos estudos e da formação profissional de meninas e mulheres. O efeito a curto, médio e longo prazo deste cenário é que, uma vez que afastadas do ambiente de formação escolar e profissional as mesmas acabam sendo reduzidas ao ambiente doméstico, este, ao invés de ser espaço seguro, de pleno desenvolvimento, acolhimento e de abrigo, acaba se tornando um espaço para reprodução de um ciclo perverso de aprisionamento, confinamento e abusos e de perpetuação de relações assimétricas de poder entre homens e mulheres.

A violência doméstica também atinge à população LGBTQIA +, contudo, de forma distinta das mulheres cisgêneras. A experiência com a violência física e psicológica dos indivíduos LGBTQIA + ocorre, em muitas vezes, desde a tenra infância em seu próprio lar e através da sua família consanguínea. Sobre esse cenário de violências, o qual Sarah Schulman (2010) chama de homofobia familiar, autora elucida que:

Usualmente, a família é o refúgio das crueldades da cultura. Se a família é a fonte da crueldade, a sociedade mais ampla é o refúgio da família. No entanto, quando a família e a sociedade mais ampla põem em ação estruturas idênticas de exclusão e inferiorização, o indivíduo não tem lugar para onde escapar, especialmente quando as instituições de representação também não permitem que a experiência e sentimentos subsequentes sejam expressos. (Schulman, 2011, p. 76)

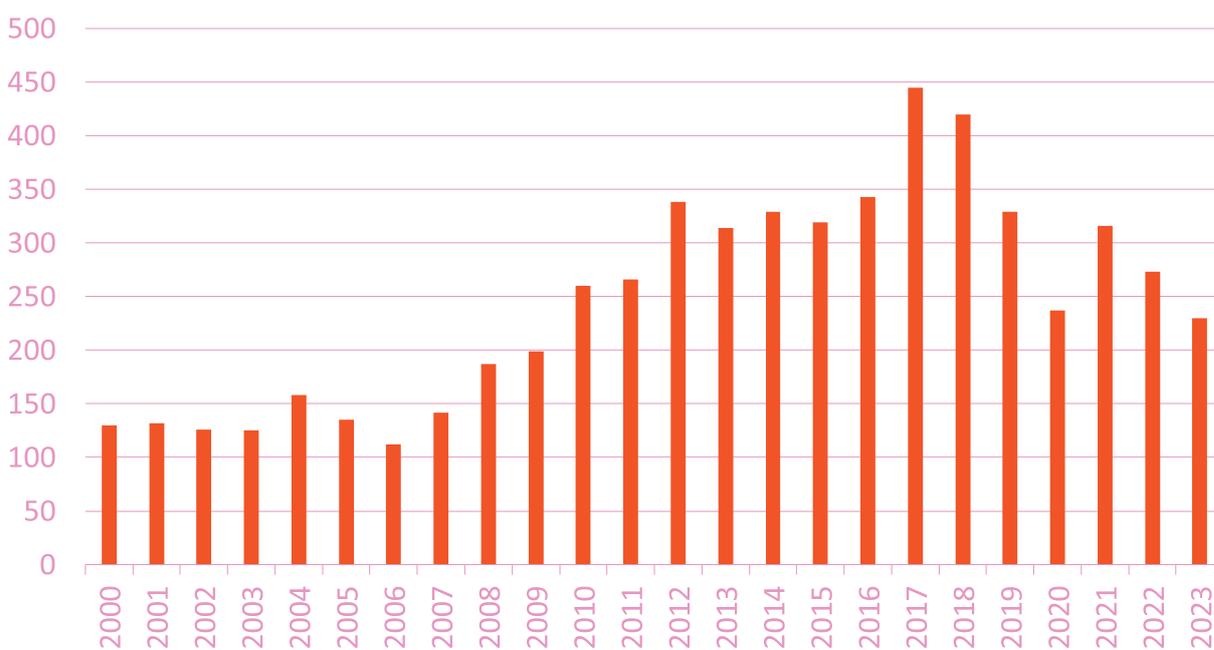
Assim, de acordo com Schulman (2011) a população sexo-gênero dissidente ao não encontrar refúgio com a família consanguínea, busca no espaço público o acolhimento que o ambiente doméstico não pode prover. Entretanto, os espaços públicos, em especial na América Latina, também não são espaços seguros para minorias sexuais. Assim, sem ter para onde receber acolhimento, a população LGBTQIA + se torna extremamente vulnerável às condições precárias.

Os dados mais recentes Dossiê de LGBTIfobia Letal¹⁵, produzido pelo Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil

¹⁵ Para saber mais, acesse: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/>

(2024), registrou que durante o ano de 2023 ocorreram, por exemplo, 230 mortes de forma violenta no país. O Dossiê registra também que 37,36% dos crimes contra a vida da população LGBTQIA+ ocorreram em espaço privado (lar e trabalho das vítimas) e que cerca de 49,82% dos crimes ocorreram no espaço público. Diante destas violências, a comunidade LGBTQIA+ acabando procurando por refúgio e acolhimento dentro da própria comunidade, em arranjos familiares constituídos através de afinidades e coletividades. Assim, comumente, os laços sanguíneos são quebrados, e novos laços de afeto e experiências acabam se formando. Em contrapartida, as suas crenças, suas existências, subjetividades e relação com espaço doméstico e público acabam se transformando.

Número de Mortes Violentas LGBTQIA+ no Brasil 2000-2023



A violência doméstica praticada pela família consanguínea, em grande parte dos casos, direciona a população LGBTQIA+ para a precariedade, inclusive expondo indivíduos à situação de rua. A exposição de corpos dissidentes às ruas representa ainda o início de uma série de violências: a violência policial, a homofobia, a transfobia, a discriminação no ambiente de trabalho formal, a exclusão dos serviços públicos de saúde e de assistência social, e ao acesso às políticas de acolhimento institucional e habitação.

A América Latina não possui estudos detalhados sobre como o déficit habitacional atinge a comunidade sexo-gênero

Gráfico 03: Número de mortes violentas LGBTQIA+ no Brasil entre os anos de 2000 e 2023. Fonte: Acontece LGBTI+, Grupo Gay da Bahia, Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil (2023), adaptado pelo autor.

dissidente. Contudo, o estudo *LGBT People and Housing Affordability, Discrimination and Homelessness*¹⁶ produzido pelo Williams Institute (2020) projeta que adultos LGBTQIA+ como um todo, têm pelo menos 15% mais chances de serem pobres do que adultos heterossexuais cisgêneros, após lidar com questões interseccionais como idade, raça, situação de emprego, educação, deficiência e outros fatores que afetam o risco de pobreza. Além disso, para o estudo, casais formados pela população LGBTQIA+ possuem significativamente menor probabilidade de serem proprietários de suas casas do que casais de sexos diferentes (63,8% versus 75,1% respectivamente). A projeção do estudo deve ser ainda pior na América Latina, onde há uma grande escassez de estudos que tracem perfil populacional da comunidade LGBTQIA+ e uma grande subnotificação de casos de violência, assassinatos e exposição à situação de rua.

Local das Morte LGBTQIA+ em 2023

● Espaço Público ● Espaço Privado ● Não Informado



Gráfico 04: Local das mortes LGBTQIA+ no Brasil em 2023. Fonte: Acontece LGBTI+, Grupo Gay da Bahia, Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil (2023), adaptado pelo autor.

Assim, o primeiro passo, para que políticas habitacionais abordem as especificidades de mulheres cisgêneras e da comunidade sexo-gênero dissidente, é reconhecer que a moradia digna é a porta de entrada para uma série de outros direitos e garantias individuais. Através da posse e da propriedade de uma habitação é que se pode garantir domicílio e conseqüentemente a inclusão em outras políticas públicas de bem-estar social. O domicílio também permite o acesso à educação pública, o acesso ao emprego formal, e o acesso a equipamentos sociais públicos (postos de saúde, hospitais, clínicas e farmácias populares).

¹⁶ Para saber mais, acesse: <https://williamsinstitute.law.ucla.edu/publications/lgbt-housing-instability/>

O próximo passo é que as políticas habitacionais precisam reconhecer que não há um sujeito universal a ser considerado público-alvo. Mulheres cisgêneras e comunidade sexo-gênero dissidente são públicos distintos com particularidades, vivências, experiências únicas, dessa forma, as políticas habitacionais devem ser capazes de flexibilizar categorias relacionadas ao gênero, sexualidade e família, além de outras categorias comumente associadas a uma existência heterossexual binária como casamento, paternidade e maternidade. Os caminhos apontados pelo feminismo e pela teoria *queer*, de crítica ao contrato social compulsório heterossexual de Wittig (2022), de performatividade do gênero (Butler, 2012) podem auxiliar as políticas habitacionais a abolirem de seus textos e estruturas concepções reducionistas e binárias de gênero, papéis de gênero e introduzirem ideias interseccionais de gênero, sexualidade, raça, classe e deficiências.

Por fim, é preciso mencionar que no processo de construção das políticas habitacionais é preciso ter atenção para formação de processos participativos mais inclusivos e abrangentes, além de um corpo técnico e profissional diverso, constituído de múltiplas identidades, sexualidades e corpos, já que, historicamente, o campo do planejamento urbano e da arquitetura e urbanismo é dominado por homens brancos, cisgêneros e heterossexuais.

1.3 Um movimento: do espaço público para o espaço doméstico

Diante dos dados sobre violências e mortes de mulheres e da população LGBTQIA+ no espaço doméstico, propomos a seguir um deslocamento, qual seja, direcionar o olhar dentro do campo da arquitetura e do urbanismo para o debate sobre a importância do ambiente doméstico para o pleno desenvolvimento das subjetividades e identidades deste recorte populacional, assim como sobre a importância das políticas de habitação para a formação de cidades mais inclusivas, diversas e democráticas.

De acordo com Gomes (2021):

Projetar espaços domésticos é materializar as formas aceitas socialmente do morar, o que significa planejar moradias não somente para as necessidades e ideais de quem vai residir ali,

como também lidar com as formas de convivência e revelar os anseios, desejos e estratégias de dominação da coletividade. (Gomes, 2021, p.61)

Assim, para pensar a importância do espaço doméstico é, antes de tudo, perceber que este não é um artefato neutro, na realidade, intenções, relações de poder, dominação e submissão estão presentes em cada cômodo interno de um lar. Para Gomes (2021), um dos fatores preponderantes para o reforço destas relações assimétricas de poder entre homens e mulheres dentro do espaço doméstico foi originado pelo movimento moderno, que considerava a família tradicional (casal cisgênero e heterossexual com filhos), onde, estava o homem provedor, com gabinetes, escritórios, bibliotecas e cadeiras do papai, e de outro, a mulher, apesar de considerada "dona de casa", está restrita à cozinha, lavanderia e aos itens eletrodomésticos, itens de decoração e mobiliário. O estudo de Gomes (2021) está alicerçado no pensamento de Colomina (1992): Arquitetura não é simplesmente uma plataforma que acomoda o sujeito observador. É um mecanismo de observação que produz o sujeito. Ela precede e enquadra seu ocupante. (Colomina, 1992, p.83, tradução nossa).

Assim a domesticidade, entendida como ambiente privado do lar, é um campo onde as relações de poder se manifestam e local onde as assimetrias do sistema sexo-gênero se fazem evidentes. Desta forma, para Colomina (1992) e Gomes (2021), a casa moderna perpetua – e até mesmo amplifica – o domínio masculino dentro da sociedade. Isso porque Os cânones modernistas de funcionalismo, redução de ornamentos, mobiliário eficiente baseado em medidas de um homem universal, lidos comumente como eficiência e progresso, podem ser interpretados também como uma forma de eliminar os elementos considerados femininos, subversivos, queer e domésticos do espaço arquitetônico.

Estes cânones modernistas de funcionalismo, eficiência e universalização dos espaços e dos corpos, parecem ter congelado o avanço do debate dos estudos sobre habitação e gênero. A não inclusão de diversidades do gênero e da sexualidade nos processos decisivos e de configuração e (re)configuração de políticas habitacionais, o apagamento destes corpos nos textos expressos das políticas e programas habitacionais que

reduzem o gênero ao sexo biológico são sintomas de que vivemos sob o julgo de um pensamento hegemônico modernista, masculino e que exclui mulheres e comunidade sexo-gênero dissidente por não se encaixarem no modelo de família nuclear tradicional burguês.

Apesar disso, é preciso dizer que os estudos acerca da produção do espaço urbano, os estudos sobre novas territorialidades e cartografias não-hegemônicas têm-se consolidado como principal campo para o debate das questões de gênero na arquitetura e urbanismo. Esse movimento pode ser interpretado a partir da leitura de acontecimentos sociais e políticos nas últimas décadas, principalmente entre as décadas de 1990 e 2000, quando a globalização e o neoliberalismo passam a pautar a maioria dos regimes políticos ocidentais. Como resposta aos efeitos totalizantes a que o neoliberalismo submete povos e nações, diversos movimentos dissidentes passam a eclodir apoiados em estudos de gênero, raça e interseccionalidades.

Para exemplificar esse processo de arrefecimento das questões de gênero no debate da habitação, realizamos um levantamento do estado da arte nos últimos cinco anos (compreendendo os anos de 2017 a 2023). Para tanto, utilizamos como base para análise do estado da arte, o Portal de Periódicos da CAPES, a base de dados *Scielo* e Google Acadêmico (Scholar). Foram considerados artigos acadêmico-científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado para compor o *corpus* do levantamento.

Para alcançar dados conectados ao presente trabalho nas bases de dados, foi necessário traçar estratégias de pesquisa: i) primeiro, definiu-se que a busca seria realizada em dois idiomas (português e espanhol), uma vez que trabalharemos com cenário internacional no presente trabalho, sobretudo na América do Sul, ii) foram realizadas buscas a partir da junção de diferentes termos nos dois idiomas, são eles: em português utilizamos os termos "política", "habitação" e "gênero" e também utilizamos a associação dos seguintes termos "arquitetura", "urbanismo" e "gênero", em espanhol utilizamos os termos "*política*", "*vivienda*", "*habitación*", "*género*" e também utilizamos "*arquitectura*", "*urbanismo*" e "*género*".

A seguir, foram observadas as quantidades de artigos, dissertações e teses por cada base de dados e estes foram analisados para identificar quantos deles versavam sobre habitação ou políticas habitacionais, a distribuição foi organizada da seguinte forma:

Idioma	Base de Dados	Quantidade
Português	CAPES	8
Português	Scielo	0
Português	Google Scholar	89
Total		97
Espanhol	CAPES	12
Espanhol	Scielo	9
Espanhol	Google Scholar	37
Total		37

Quadro 2: Levantamento do Estado da Arte. Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Identificamos, a princípio, que nos últimos cinco anos, cerca de 97 trabalhos em português e 37 trabalhos em espanhol, nestas bases de dados, ocuparam-se sobre a questão do gênero na arquitetura e urbanismo, totalizando 134 trabalhos nos dois idiomas. Entretanto, também foi possível identificar que apenas 33 trabalhos entre estes 134 se ocupavam especificamente sobre o tema da habitação ou sobre políticas de habitação. Em percentuais, significa dizer que 75,4% dos trabalhos levantados nos últimos cinco anos voltam o seu olhar para o espaço urbano, enquanto apenas 24,6% dedicaram-se, de fato, à questão habitacional. Apesar de haver alguma produção, ainda escassa, sobre a questão habitacional, não foram identificados trabalhos que discutam ou que respondam às perguntas de pesquisa neste projeto de dissertação, o que reforça a sua relevância. Portanto, é neste espaço, deixado pelo arrefecimento do debate das questões do gênero na habitação, que este trabalho encontrará oportunidade para desenvolvimento.

Apesar do cenário de escassez de estudos de gênero, sexualidade e habitação, o campo teórico da arquitetura e urbanismo tem encontrado formas de garantir espaço para as questões de gênero e sexualidade nas últimas décadas. No Brasil, podemos citar como referência a tese de doutorado de Terezinha Gonzaga de Oliveira em 2004, que originou o livro *A cidade e a arquitetura também mulher* (Gonzaga, 2004). Nele, a arquiteta e urbanista dá visibilidade à mulher na história das cidades, sobretudo como

transformadoras do espaço urbano. Tomando como partida a luta de mulheres pelo direito à moradia e à creche na cidade de São Paulo, a pesquisadora analisou o papel das mulheres dentro das políticas urbanas e como os processos de participação e questões de gênero influenciam na construção de cidades e urbanização de assentamentos populares. Os trabalhos de Terezinha de Oliveira tem tido especial preocupação nos últimos anos com uma constituição do estado da arte sobre produções bibliográficas sobre gênero e espaço, sobretudo no período de 1990 e 2020, assim como também sobre disputas de territórios a partir do ponto de vista das mulheres cisgêneras trabalhando, interseccionalmente com conceitos de raça e classe.

Outro trabalho que ganhou notoriedade nos últimos anos foi a tese de doutoramento de Rossana Brandão Tavares em 2015 e intitulada: *A indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero*. Neste trabalho, Rossana Tavares realizou uma "análise dos processos socioespaciais que revelam as desigualdades de gênero na cidade, tomando como base o acúmulo teórico-metodológico da teoria feminista" (Tavares, 2015). A autora tomou como ponto de partida para a sua análise o cenário das comunidades e áreas periféricas da cidade do Rio de Janeiro e teceu críticas ao planejamento e urbanismo contemporâneo, este ainda muito arraigado em premissas de sujeito universal e heteronormativo. Nos últimos anos, Rossana Tavares tem se debruçado em temas como direito à cidade pelas mulheres cisgêneras e estudos interseccionais sobre raça, gênero e território. Também é possível encontrar publicações suas em 2021, sobre teorias da performatividade e espaços urbanos e novas epistemologias contra padrões hegemônicos no campo teórico da arquitetura e urbanismo que também pertencem ao campo da teoria *queer* e suas interfaces com arquitetura e urbanismo.

Apesar de sua produção ter se consolidado dentro da temática do espaço urbano, junto com Diana Helene Ramos, Rossana Tavares criou, em 2013, um blog com textos e ensaios sobre arquitetura, urbanismo e gênero que foi responsável por reverberar muito conhecimento e debate dentro do campo teórico da arquitetura e do urbanismo. Em 2023, as autoras do blog lançaram a publicação "*Feminismurbana: um projeto teórico político*" (Tavares; Ramos,

2023) com a compilação de vários textos que se destacaram nessa década de vida do blog. Direito à cidade, urbanização capitalista, maternidade e urbanismo, mobilidade e questões de gênero, direito à moradia e questões sobre o ensino e prática da arquitetura e do urbanismo dentro do ambiente acadêmico são exemplos da diversidade de temas abordados nesta obra e que tem produzido impacto entre arquitetos e urbanistas.

Outra contribuição acadêmica importante nos últimos anos foi a tese de doutorado de Marcela Marques Abla, em 2017, de título *Gênero e produção de habitação social: uma perspectiva para o projeto urbanístico a partir do pensamento de Elizabeth Denby, Carmen Portinho, Margarete Schutte-Lihotzky e Catherine Bauer*. A tese, orientada por Rachel Coutinho Marques da Silva, teve como cotutela a professora, arquiteta e urbanista Zaida Muxí¹⁷, uma das principais vozes contemporâneas nos estudos sobre gênero, sexualidade, arquitetura e urbanismo. O trabalho faz um resgate do legado deixado pelos trabalhos e pensamentos de arquitetas e urbanistas para a produção de conjuntos de habitação social, atribuindo importância histórica a estas pioneiras diante uma tentativa de apagamento da produção feminina.

As produções de Gonzaga (2004), Tavares (2015) e Abla (2017) são exemplos de que esforços tem sido empreendidos para reunir os estudos feministas com o campo teórico da arquitetura e urbanismo, contudo, poucos são os trabalhos que reúnem os estudos feministas com pautas da comunidade sexo-gênero dissidente. Apesar disto, é preciso mencionar os avanços inegáveis da luta feminista dentro do campo teórico da arquitetura e do urbanismo porque também contribuem para a criação de um ambiente propício para outras minorias sexuais (como da população LGBTQIA+).

Neste sentido, destacamos a tese de doutoramento de Marcos Sardá Vieira em 2018, sobre experiências em percursos errantes em Berlim enquanto pessoa e pesquisador *queer*. Sardá

17 Em 2019, Zaida Muxí lançou a obra *Mujeres, casas y ciudades: más allá del umbral* cujo enfoque é uma perspectiva feminista da contribuição de mulheres no desenho de políticas habitacionais até o projeto arquitetônico de moradias. A arquiteta e urbanista argentina se tornou referência na temática do gênero e da habitação. Zaida tem forte atuação política e acadêmica, atualmente é professora do Departamento de Urbanismo, Território e Paisagem da Universidade Politécnica da Catalunha e coordena o Laboratório de Habitação no Século XXI juntamente com o professor, arquiteto e urbanista, Josep Maria Montaner.

Vieira (2018) investigou e vivenciou espaços desejantes, temporários, costurando uma cartografia *queer* fundamentada em preceitos teóricos de gênero, sexualidade e território. Apesar de ter uma produção acadêmica bem diversa, Sardá Vieira tem se ocupado com abordagens mais contemporâneas sobre gênero, sexualidade, arquitetura e urbanismo. Apresentando pesquisas e produções que vão desde cartografias da comunidade sexo-gênero dissidente, passando por críticas ao urbanismo moderno e totalizante, por reflexões da teoria feminista e queer, até mesmo por estudo de políticas sobre acolhimento e abrigo de população em situação de vulnerabilidade.

Na América Latina, podemos destacar a importante contribuição da arquiteta, urbanista e militante feminista argentina Ana Falú. Atualmente, Ana Falú é professora e pesquisadora em arquitetura e urbanismo na Universidade Nacional de Córdoba e diretora do INVIHAB – Instituto de Pesquisa sobre Habitação e Habitat, além de ser coordenadora do UNI Habitat – UNI Gender Hub. Seu campo de interesse está centrado em projeto e nas políticas urbanas e habitacionais com perspectiva de gênero, além do direito à cidade e moradia de mulheres. Em 2002, lançou a obra "*Ciudades para Varones y Mujeres: herramientas para la acción*". Nela, a autora analisou como diversas transformações urbanas impactam a vida de mulheres nas cidades. Partindo do contexto da América Latina, temas como desigualdades sociais e distribuição desigual de recursos urbanos também aparecem em sua obra, sendo essencial a inclusão da dimensão do gênero e da diversidade no planejamento das cidades e na produção de habitação.

Também na Argentina encontramos a atuação militante e acadêmica da *Colectiva Habitaria*¹⁸, uma plataforma coletiva fundada por arquitetos e urbanistas da Universidade de Buenos Aires em 2018 que indaga sobre a desconstrução do espaço habitado a partir de uma perspectiva ecofeminista. Questões sobre domesticidade, divisão do trabalho, relações assimétricas de poder entre os gêneros e sexualidades, formas alternativas de habitar centradas no comum/coletivo, fazem parte do arcabouço de estudos, críticas e projetos do grupo *Colectiva Habitaria*. Inicialmente de atuação com

18 Para mais informações sobre a *Colectiva Habitaria*, acesse: <https://colectivahabitaria.com.ar/>

cursos e ciclos de debates online durante a pandemia do Covid-19, a *Colectiva Habitaria* passou a estender suas ações na Argentina e na Espanha, com publicações, participação em concursos, pesquisa, urbanismo tático, ensino e oficinas abertas a pessoas de todas as nacionalidades.

Assim, como se percebe, apesar das contribuições recentes aos estudos do gênero e da sexualidade de pesquisadores arquitetos e urbanistas, o cenário de pesquisas que se voltam para o ambiente doméstico e a questão da habitação tem sido esvaziado. Não foram encontradas, até o momento, pesquisas centradas em uma perspectiva mais inclusiva, que aborde políticas habitacionais destinadas às mulheres cisgêneras em situação de vulnerabilidade doméstica e população LGBTQIA +. Como dito, o enfoque das pesquisas encontradas, sobretudo aquelas que interessam a esta pesquisa (políticas e programas habitacionais), ainda são atravessadas por uma visão do gênero que atende apenas ao recorte populacional de mulheres cisgêneras, mães e heterossexuais. Apesar de importantes e necessários diante do cenário de precariedades ao qual esse grupo populacional está exposto, tais estudos não podem servir de parâmetro universal quando se pretende abordar questões de gênero, sexualidade e arranjos familiares diversos. Assim, é crucial que novos caminhos e diálogos sejam abertos para que minorias sexuais e dissidências do gênero sejam capazes de serem contempladas dentro do debate e, conseqüentemente, dentro do aparato de programas e políticas habitacionais.

Perspectivas contemporâneas de gênero e sexualidade em políticas de habitação

Como visto no capítulo anterior, a exclusão habitacional, muitas vezes resultante de discriminações baseadas no gênero e orientação sexual, afeta diretamente a qualidade de vida de mulheres cisgêneras e da comunidade sexo-gênero dissidente. As mulheres cisgêneras, por exemplo, são constantemente expostas à situação de violência doméstica que envolve agressões físicas e psicológicas fazendo com que enfrentem dificuldades para encontrar abrigo seguro e permanente. Já pessoas LGBTQIA+, de outro lado, frequentemente se veem em situação de exposição à uma série de precariedades e violências, não apenas pela discriminação, mas também pela falta de redes de apoio familiar, governamental e comunitária.

Neste capítulo, portanto, vamos discorrer sobre a importância de considerar os estudos de gênero para a formulação de políticas e projetos habitacionais. Partiremos de experiências variadas para suscitar temas que podem contribuir consideravelmente para a produção de habitações mais plurais e diversas, potencialmente capazes de atender grupos sociais variados. Focalizamos projetos e políticas públicas desenvolvidas em associação a grupos sociais organizados, o que é indispensável para a construção consistente de programas duradouros. Na América Latina e no Brasil, as violências perpetradas contra a população LGBTQIA+ - também contra mulheres e crianças - nos acende o alerta da necessidade de construir habitat digno para todas as pessoas, incrementando o sucesso de políticas habitacionais, alinhadas ainda com os ideias que constam em diversas convenções de direitos humanos e legislações dos países estudados. Assim, começando a partir de políticas e programas em Nova York, Barcelona e Berlim e passando por contribuições encontradas em países da América Latina como México, Colômbia, Uruguai e Brasil, o capítulo investiga possibilidades e dificuldades para esse debate contemporâneo e ainda pouco explorado dentro dos estudos da arquitetura e do urbanismo.

2.1 Avanços nas políticas habitacionais em Nova York, Barcelona e Berlim

Em abril de 1968, uma semana após o assassinato de Martin Luther King - sucedida de uma série de revoltas populares - o presidente americano Lyndon Johnson sancionou uma nova lei de direitos civis intitulada *Civil Rights Act* ou *Fair Housing Act*. Em complementação a uma lei civil anterior de 1964. A nova lei proibiu expressamente a discriminação por parte de fornecedores diretos de habitação, como proprietários e empresas imobiliárias, bem como outras entidades, como municípios, bancos ou outras instituições de crédito e companhias de seguros residenciais, contra pessoas por motivos de raça ou cor, religião, gênero, origem nacional, situação familiar ou qualquer tipo de deficiência.

Décadas mais tarde, em 2020 e durante a pandemia do Covid-19, a Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA) em parceria com *Williams Institute* produz um estudo intitulado *LGBT People and Housing Affordability, Discrimination and Homelessness* (Romero, et al, 2020) cujo intuito foi analisar os desafios enfrentados pela população LGBTQIA+ no acesso a habitação segura e acessível nos Estados Unidos. O estudo revelou que, em 2020, em comparação com pessoas não-LGBTQIA+, a população LGBTQIA+ estadunidense apresentava taxas mais elevadas de pobreza, maior número de casos de pessoas em situação de rua e números mais baixos de propriedade imobiliária.

Coletando dados dos 35 estados do país, o estudo pontuou que casais do mesmo sexo e população trans tem menos probabilidade de serem proprietários de imóveis (63,8% em comparação aos 75,1% da população heterossexual e de cisgêneros). A vulnerabilidade de pessoas LGBTQIA+ em situação de rua também ficou evidenciada quando o estudo apontou que entre 20% e 45% dos jovens sem-abrigo se identificam como LGBTQIA+, pelo menos 2 a 4 vezes mais do que a percentagem estimada de todos os jovens que se identificam como LGBTQIA+. Por fim, o estudo destacou que adultos LGBTQIA+ no país norte-americano, tem 15% a mais de chances de serem mais pobres do que adultos heterossexuais e cisgêneros, e se forem feitas estimativas interseccionais considerando questões como classe social, raça, esses números são ainda maiores.

Em contrapartida a estas estatísticas, algumas cidades estadunidenses têm implementado políticas que buscam mitigar situações de vulnerabilidade habitacional da população LGBTQIA+. Um destes exemplos, é a cidade de Nova York, que possui diversos aparatos jurídicos de proteção à diversidade de gênero e de orientação sexual, e estudos e diagnósticos urbanos para formação de políticas habitacionais que auxiliam no processo de garantia do direito à moradia de minorias sexuais.

Um dos principais instrumentos utilizados pela cidade é a Lei de Direitos Humanos da Cidade de Nova York (Nova York, 1968) que proíbe, por exemplo, qualquer tipo de discriminação na cidade, nos ambientes de trabalho, nas políticas de habitação e nas acomodações públicas. Outro aparato importante da cidade é a *Comissão de Direitos Humanos da Cidade de Nova York*, uma agência municipal responsável por reforçar a aplicação de leis contra qualquer discriminação de gênero ou de orientação sexual. Dentro do aparato da Comissão encontra-se o *Guia para Aplicação da Lei sobre Discriminação com Base na Identidade de Gênero ou Expressão de Gênero de 2002* (NYC Human Rights, 2019). Neste documento (baseado na *Fair Housing Act* de 1968) há expressa menção à decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos de 2020 que afirmou ser proibida qualquer forma de discriminação com base no gênero ou na orientação sexual, sendo tipificados tais atos discriminatórios como crime de ordem federal. A cidade de Nova York também é reconhecida por conter inúmeras organizações não-governamentais e sem fins lucrativos que se dedicam à questão da habitação adequada para minorias sexuais.

As ações da cidade de Nova York são, portanto, variadas e compreende programas, políticas, estudos, diagnósticos e até mesmo assistência médica, psicológica e financeira às minorias sexuais em situação de vulnerabilidade. Dentre os estudos mais recentes com enfoque nas questões de gênero e habitação, podemos citar o estudo *Housing Plan for LGBTQ+ Communities* lançado em 2021 pela organização não-governamental *Citizens Housing Planning Council* (CHPC). Neste estudo, a CHPC relata que a realidade de Nova York se assemelha aquela mapeada pelo *LGBT People and Housing Affordability, Discrimination and Homelessness* (UCLA, 2020), ou seja, pessoas sexo-gênero dissidentes enfrentam

grande instabilidade habitacional e estão mais expostas à situação de vulnerabilidade. Neste mesmo estudo, a CHPC também adiciona uma importante camada histórica ao relatar que boa parte da gentrificação e da situação de vulnerabilidade das minorias sexuais em Nova York se deu pelo *boom* de casos de AIDS entre as décadas de 1980 e 1990, quando inúmeros indivíduos LGBTQIA+ foram privados da sua vida e impedidos de passar a titularidade dos seus imóveis aos seus parceiros e herdeiros.

A partir disto, o *Housing Plan for LGBTQ+ Communities* (CHPC, 2021) inicia o seu estudo fazendo um resgate histórico da comunidade LGBTQIA+ na cidade de Nova York, citando a conquistas dos direitos civis da população durante a revolta de Stonewall e mapeia os principais bairros que foram ocupados por minorias sexuais, como os enclaves urbanos em Chelsea e West Village. O seu intuito, assim, é destacar a importância da preservação destas comunidades para a memória da cidade e para um urbanismo mais diversos. O estudo também relata todos os programas habitacionais existentes na cidade de Nova York que contemplem a população LGBTQIA+, como casas de acolhida, abrigos, centros comunitários, programas de parcerias para construção de residências temporárias para trabalhadores do sexo e casas de suporte para população que vive com HIV em situação de vulnerabilidade. Assim, o estudo situa o estado da arte de todas as iniciativas habitacionais na cidade e conclui que, apesar da gama diversificada de ações habitacionais, a cidade ainda carece de políticas de abrangência maior.

Apesar disto, a CHPC ainda consegue mapear os principais desafios para implementação de uma política habitacional mais abrangente na cidade como: i) dar fim à burocracia estatal de acesso à moradia social, ii) financiamento para estudiosos LGBTQIA+ dedicados à questão da habitação, iii) preservar enclaves LGBTQIA+ na cidade, sem gentrificá-los, iv) legislação de zoneamento, e de uso do solo que não atendem à diversidade de arranjos familiares, v) construção de habitacionais apropriados à população idosa e jovem LGBTQIA+, vi) priorizar localização e senso de comunidade para empoderamento e apropriação da população LGBTQIA+ e vii) melhoria nos sistemas de coleta de dados dedicados à população LGBTQIA+.



Outro cenário de políticas habitacionais que se dedicam às questões de gênero pode ser observado na Espanha. O país, de acordo com a *Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexuais da Europa* (ILGA-Europe, 2023) foi eleito como segundo melhor país para população LGBTQIA+ viver. Boa parte destas conquistas se deu a partir da grande crise hipotecária de 2008, quando muitos habitantes se endividaram para adquirir moradia nos anos de explosão do mercado imobiliário e que depois não conseguiram saldar suas dívidas diante de contratos abusivos, da crise econômica e da diminuição do poder de compra dos salários, conforme observado por Raquel Rolnik em sua obra *Guerra dos Lugares* (2015).

Rolnik (2015) observou de perto através da sua *Relatoria para o Direito à Moradia Adequada na Organização das Nações Unidas* (ONU) entre os anos de 2008 e 2014 os efeitos financeirização global da moradia, quando vários relatos de expulsões, demolições, desapropriações começam a emergir no mundo após a crise hipotecária de 2008. A autora registra que, em 2015, vários arquitetos e urbanistas espanhóis inconformados com a crise de habitação, passaram a se dedicar à vida política e ao serviço público para buscar

Figura 03: Dez diretrizes do *Housing Plan for LGBTQ+ Communities*. Fonte: Citizens Housing Planning Council de Nova York, 2021.

novas soluções para o cenário (Rolnik, 2015). É neste contexto que o arquiteto Josep Maria Montaner assume a Secretaria de Habitação de Barcelona em 2015 e que sua esposa, também arquiteta, Zaida Muxí, passa a atuar na prefeitura de Santa Coloma de Gramenet, pela gestão da prefeita Núria Parlón.

Como resultado do debate sobre as questões de gênero e diversidade introduzidos por Zaida Muxí, Montaner e uma equipe multidisciplinar que envolveu atores políticos e laboratório de pesquisa no campus da Universidade Politécnica da Catalunha, em 2021 é lançado em Barcelona o *Plano Municipal pelo Direito à Moradia* (Barcelona, 2021) que teve como principal objetivo apresentar diretrizes e normativas para atender às necessidades de uma pluralidade de habitantes, incluindo população mulheres cisgêneras e população LGBTQIA+. Ainda que enfoque não tenha sido exclusivamente nestes dois recortes populacionais, o plano representou um marco e um progresso para as políticas de habitação da cidade de Barcelona, uma vez que situou com uma de suas principais premissas diretrizes gerais que buscassem "garantir o direito à moradia adequada a todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero e orientação sexual" (Montaner e Muxí, p. 195, 2021).

O *Plano Municipal pelo Direito à Moradia* de Barcelona previu em sua estrutura formas para garantir habitação acessível para pessoas LGBTQIA+ e mulheres em situação de vulnerabilidade como: projetos de habitação social, abrigos temporários, habitação de valor popular, aluguéis sociais, além de incentivo às mediações e ajustes de aluguéis. O intuito do plano é atender a diferentes recortes populacionais, faixas etárias, de renda e de situação de vulnerabilidade. O Plano também estabeleceu diretrizes para prevenção de despejos, e proteção de habitações e vizinhanças, com o intuito de evitar que a especulação imobiliária e a indústria do turismo reduzissem a disponibilidade de habitação acessível ou que encarecessem excessivamente os valores de aluguéis na cidade.

Outras questões também foram abordadas pelo *Plano Municipal pelo Direito à Moradia de Barcelona*. De acordo com Montaner e Muxí (2021), o plano cita a necessidade de acréscimo das unidades habitacionais sociais, reabilitação de áreas degradadas

ou situação de decadência, aporte financeiro maior para projetos habitacionais em comunidades vulneráveis e incentivo ao pluralismo de tipologias habitacionais que sejam capazes de atender à diversidade de identidades de gênero e a pluralidade sexual (habitações coletivas, compartilhadas, intergeracionais, dentre outras). Assim, as questões abordadas por Barcelona ilustram que promover diferentes arquiteturas e espaços urbanos voltados para mulheres e comunidades sexo-gênero dissidentes é fundamental para combater a invisibilização e a marginalização desses grupos, de acordo com Cortés (2016) a conformação dos espaços físicos reflete e perpetua hierarquias sociais, sendo necessário criar ambientes que questionem e rompam com as normas heteronormativas, possibilitando, assim, a inclusão e segurança dessas comunidades. Dessa forma, a arquitetura se torna um instrumento de resistência e transformação social.

Ainda dentro da Espanha, encontramos a nível nacional, a *Agenda Urbana Espanhola* (AUE), um documento estratégico, sem caráter regulamentar e, portanto, de adesão voluntária que tem como objetivo promover sustentabilidade nas políticas de desenvolvimento urbano no território espanhol. O documento, apesar da natureza de adesão voluntária, representa um esforço conjunto para agregar a questão da igualdade de gênero e eliminar formas de preconceito em virtude de gênero, sexualidade e orientação sexual dentro do escopo de políticas públicas de planejamento urbano e ordenamento territorial do país. A AUE foi realizada em um processo de 12 meses de trabalho que resultou no documento intitulado *Decálogo de Objetivos Estratégicos* que, por sua vez, se desdobrou em 30 objetivos específicos e 291 linhas de ação. As questões de gênero e diversidade são abordados no *Quadro Estratégico e Modelo Territorial Urbano*, mais especificamente no Objetivo Estratégico 6 intitulado: *Promover a coesão social e procurar a equidade*, que possui dentro dos seus objetivos específicos, que assim determina:

6.2 Buscar igualdade de oportunidades na perspectiva de gênero, idade e deficiência.

Adotar medidas de detecção precoce de vulnerabilidade ou exclusão social relativamente à ocupação ilegal de terrenos e edifícios, facilitando espaços e serviços de coordenação

entre Serviços Sociais, Igualdade, Habitação, Segurança Cidadã e Saúde para apoiar as pessoas mais vulneráveis.

Aumentar a disponibilização de parques em zonas residenciais, frequentadas principalmente por idosos, mulheres e crianças, garantindo acessibilidade, iluminação e segurança adequadas.

Promover o conhecimento especializado sobre a perspectiva de gênero, idade e deficiência no planejamento urbano e divulgá-lo entre os cidadãos, tentando eliminar velhos preconceitos.

Integrar ativamente e de forma transversal o princípio da igualdade de tratamento em razão da origem racial ou étnica, da deficiência, da identidade sexual, da orientação sexual e de gênero, da religião, ou de qualquer outra condição ou circunstância pessoal ou social, assim como também promover o princípio da igualdade de gênero na preparação, execução e acompanhamento das disposições regulamentares, na definição e orçamentação das políticas públicas em todas as áreas e no desenvolvimento de todas as suas atividades, considerando sistematicamente as prioridades e necessidades das mulheres, tendo em conta o seu impacto na sua situação específica, de forma a eliminar efeitos discriminatórios de gênero e promover a igualdade (Espanha, 2022, tradução nossa).

Além do Decálogo, o governo da Espanha também lançou o *Plano Estatal de Acesso à Moradia 2022-2025*, através do Decreto Real 42/2022. O plano substituiu o Plano Estatal de Moradia 2018-2021, que tinha como objetivo regular programas e políticas habitacionais da Espanha, mas que acabou se deparando com a crise econômica e sanitária provocada pela epidemia do Covid-19. Com o intuito de responder a várias questões emergentes, dentre elas o agravamento da violência contra mulheres e da população LGBTQIA+ durante o confinamento obrigatório posto pelo coronavírus, o novo plano prevê, a curto prazo, a facilitação do acesso à moradia e às soluções de melhorias habitacionais para pessoas vítimas de violência de gênero, pessoas vulneráveis a situações de despejo/abandono e demais grupos vulneráveis.

A principal forma encontrada pelo Plano para responder à questão da insegurança habitacional de mulheres e LGBTQIA's foi prover subsídio para aluguel e gastos com abastecimento de água, luz, energia elétrica, internet e gás. Neste sentido, o Plano Estatal espanhol criou um programa específico para atender ao recorte de gênero denominado *Programa 3: Programa de assistência às vítimas de violência de gênero, pessoas sujeitas ao despejo, pessoas em situação de rua e outras pessoas especialmente vulneráveis*, além disso, o programa também tem prioridade de financiamento diante de outras demandas.

Desta forma, Programa 3 prevê ajuda mensal com aluguel cujo valor esteja compreendido entre 600 e 900 euros, ajuda mensal de 200 euros para despesas da habitação (água, luz, gás e internet). Além disso, o programa permite que o beneficiário acumule os seus benefícios com outros benefícios de assistência social nacional, contudo, o benefício do Programa 3 só tem validade de até 05 anos por beneficiário. Importante destacar que o acesso ao programa se dá através do lançamento de convocatórias públicas das comunidades/cidades espanholas, que deverão cadastrar os beneficiários.

Além deste Plano Estatal e do Programa 3, recentemente, a Espanha também promulgou a Lei 12/2023 denominada de Lei do Direito à Moradia, que possui entre os seus objetivos:

Garantia da igualdade, na perspectiva de gênero, idade, capacidade e perspectiva territorial, em todas as políticas e ações habitacionais, a todos os níveis, e em todas as suas fases de planejamento, execução e avaliação. (Espanha, 2023, tradução nossa).

A lei se destaca, em especial, pela proteção às vítimas de violência de gênero, identidade e orientação sexual, de despejos injustos, forçados e discriminatórios. Protege também as minorias sexuais de aumentos abusivos de aluguel e de qualquer tipo de discriminação no processo de aluguel ou de compra de imóvel no país. O que a lei 12/2023, a Agenda Urbana Espanhola, o Plano Estatal de Acesso à Moradia representam é que a Espanha tem se ocupado de um forte aparato estatal abordando a temática da habitação e da violência e discriminação de gênero com o intuito de promover justiça social e melhores condições de vida à população. Já em

uma escala local, a cidade de Barcelona, também tem assumido protagonismo internacional por agregar o debate das questões de gênero, sexualidade e diversidade na habitação já presentes nas normativas, programas e políticas nacionais de habitação e ainda conjecturar novos arranjos possíveis e ainda mais inclusivos a partir da participação de atores políticos engajados com a luta pelo fim das desigualdades de gênero e com a participação de acadêmicos e pesquisadores.

Ainda na análise de cenários favoráveis às interfaces entre gênero, sexualidade e políticas públicas de habitação, é válido mencionar o cenário da Alemanha, especialmente de Berlim, que busca resolver questões de direito à moradia para a população de baixa renda, refugiados e pessoas em vulnerabilidade social. Embora não seja um direito fundamental expresso na Constituição alemã, o direito à moradia é vinculado a garantias como a dignidade humana, o direito à vida digna e ao livre desenvolvimento da personalidade. Assim, o direito à moradia abrange o acesso a um espaço digno, assegurando integridade física e acesso a direitos como saúde, educação e trabalho formal.

Atualmente, a Alemanha conta com a Lei de Promoção da Habitação Social (WoFG) sancionada em 2001 que regula o principal programa nacional de habitação o chamado *Programa de Apoio à Habitação Social*¹⁹. De acordo o Ministério da Habitação e do Desenvolvimento da Alemanha (Alemanha, 2024), a proposta do programa é proporcionar às famílias de baixa renda condições acessíveis para adquirir o imóvel através do sistema de arrendamento. Diferentemente do Brasil, o *Programa de Apoio à Habitação Social* alemão é descentralizado²⁰, o governo federal alemão repassa aos estados a ajuda financeira para promover habitações acessíveis. No entanto, para receber o auxílio do governo federal, os estados devem se candidatar no programa e seguir com o cumprimento de diretrizes e normativas do programa²¹.

19 Em alemão *Soziale Wohnraumförderung*. Para mais informações, acesse: <https://www.bmwsb.bund.de/Webs/BMWSB/DE/themen/stadt-wohnen/wohnraumfoerderung/soziale-wohnraumfoerderung/soziale-wohnraumfoerderung-node.html>

20 Como resultado da Reforma do Federalismo Alemão em 2005, a competência para legislar sobre habitação passou a ser dos Estados, contudo, grande parte do financiamento ainda é oriundo do governo federal.

21 De acordo com o Ministério da Habitação e Desenvolvimento da Alemanha, os estados devem se candidatar no programa estabelecendo seus

Dentre o público beneficiado pelo programa nacional, famílias com crianças, famílias monoparentais, idosos, pessoas com deficiência, estudantes e recém-formados aparecem como público prioritário. Apesar da inovação como o acréscimo de estudantes e de recém-formados como público prioritário de um programa nacional de habitação, mulheres vítimas de violência doméstica e população LGBTQIA + não figuram entre o seu público prioritário. O apagamento destes dois grupos populacionais evidenciam que apesar de robusto, com previsão de investimentos de 18,15 bilhões de euros entre os anos de 2022-2027, o programa nacional de habitação social possui alcance limitado para aqueles em situação de vulnerabilidade e exposição às precariedades.

De acordo com Stehkämper (2023), o país soma mais de 607 mil pessoas sem moradia, dos quais cerca de 50 mil estão em situação de rua. De acordo com a autora, os números foram estimados pela *Associação Alemã de Assistência aos Desabrigados* (BAG W), uma vez que o governo federal apenas reconhece um número de 307 mil pessoas sem moradia no país. Os problemas para essa crise alemã são variados, a autora destaca, contudo, que a dificuldade em ter acesso ao *Programa de Apoio à Habitação Social*, a falta de imóveis acessíveis disponíveis, o alto preço dos aluguéis e a especulação imobiliária como os principais fatores para a crise nacional da habitação.

O *Programa de Apoio à Habitação Social*, apesar de destinar vastos recursos aos estados, estabelece algumas limitações que corroboram com o entendimento de Stehkämper (2023). Por exemplo, de acordo com a *Lei de Promoção da Habitação Social*, apenas pessoas que possuem a *Autorização Nacional de Residência* (WBS)²² podem participar do programa, ou seja, indivíduos com faixa salarial específica, contrato de trabalho formal e situação legalizada no país. O estabelecimento da obrigatoriedade do WBS por si só já exclui uma série de pessoas e famílias de baixa renda, além disso, o programa só permite que a concessão de benefício para imóvel

deveres (tomada de compromisso), cronograma da aplicação do subsídio, desenho da política, público-alvo a ser beneficiado, dentre outros elementos.

²² Wohnberechtigungsschein (WBS) é um documento que certifica que uma pessoa ou família tem direito a uma moradia subsidiada na Alemanha, para obter um WBS é preciso comprovar que se está em uma situação de necessidade econômica ou social, conforme os critérios estabelecidos pelas leis de habitação dos estados federais alemães. Os critérios geralmente consideram a renda e o tamanho da família. Os critérios mudam a depender do estado alemão.

novo e não para reforma e/ou ampliação de imóveis já existentes, o que também dificulta a criação de novas moradias já que o ritmo de construção de novas edificações não é capaz de acompanhar a crise habitacional já instalada no país.

Apesar deste cenário, Berlim se destaca pela promoção do direito à moradia para mulheres e população LGBTQIA +. Por exemplo, a *Lei Geral de Igualdade de Tratamento (Allgemeines Gleichbehandlungsgesetz, AGG)* estabelece proibição de discriminação com base em gênero e outras características pessoais, incluindo no setor de políticas habitacionais. Já a *Lei de Fornecimento de Habitação de Berlim (WoVG Bln)* e a *Berlin Housing Supply - WoVG Bln*, principais instrumentos de habitação na cidade, são instrumentos públicos mais receptivos às minorias e pessoas em vulnerabilidade, abarcando, inclusive, as questões de gênero.

No entanto, ainda há um outro programa habitacional de grande impacto e destinado para mulheres e população LGBTQIA +, em especial aqueles em situação de vulnerabilidade social: o programa *Housing First*. O conceito deste programa foi inspirado nos abrigos de emergência e alojamentos temporários desenvolvidos em meados da década de 1990 nos Estados Unidos e segue modelo de moradia em primeiro lugar que foi implementado também em outros países europeus como Grã-Bretanha, Dinamarca, Finlândia, França, Portugal e Áustria. Em Berlim, o *Housing First* foi testado e avaliado de janeiro de 2018 a setembro de 2021 como parte de dois projetos modelo financiados pelo *Departamento de Integração, Trabalho e Assuntos Sociais do Senado: o Housing First Berlin e o Housing First for Women Berlin*²³. O grupo-alvo inicial do programa eram mulheres e homens solteiros, em situação de rua, que não conseguiam ter acesso ao sistema tradicional de habitação e que tinham declarado o desejo de ter a sua própria moradia e que estavam dispostos a participar de serviços de acompanhamento e aconselhamento semanal.

23 Para saber mais, acesse: <https://skf-berlin.de/offene-sozialarbeit/wohnungslose-frauen/housing-first-fuer-frauen/>



O *Housing First for Women Berlin* foi iniciado em 2018 na cidade de Berlim e seu objetivo é destinar moradia, através de um contrato de arrendamento, para mulheres e mães em iminência de situação de rua ou em situação de rua. O programa atende, especificamente, "mulheres cisgêneras com filhos ou sem, em situação de vulnerabilidade (violência doméstica ou situação de rua)" (Berlim, 2024), além disso também promove serviços de assistência social, saúde, auxílio jurídico e formação profissional constituído por uma equipe multiprofissional. Apesar de ter sido criado pela cidade-Estado de Berlim, a sua execução não é realizada pelo ente público, Berlim direciona o financiamento e delega a execução e administração do serviço para duas entidades sem fins lucrativos: o *Serviço Social de Mulheres Católicas* e o *Grupo BORA eV*.

Figura 04: Unidades habitacionais para mulheres inscritas no *Housing First for Women*. Fonte: *Housing First for Women*, Berlim, 2023.

É preciso ressaltar que o Grupo *BORA eV* tem uma atuação anterior a criação do *Housing First for Women*, tendo iniciado sua atuação como um abrigo emergencial para mulheres em 1990 como uma iniciativa feminista voluntária. No entanto, em 1992, o Grupo *BORA eV* se transformou em uma Organização Não Governamental (ONG), se especializando como um lugar de prestação de assistência social focado na questão da violência de gênero. A ONG, desde então, oferece às mulheres e crianças que estão ou que foram expostas a situações de violência abrigo e acolhimento, direcionamento para políticas de assistência social, de moradia, educação, saúde e diálogo com autoridades e instituições públicas para fazer cumprir os direitos de mulheres e crianças.

Já o *Housing First Queer*²⁴, assim como o *Housing First for Women* também tem o objetivo de garantir moradia emergencial, contudo, seu público-alvo são pessoas LGBTQIA + em situação de vulnerabilidade social, em situação de rua ou iminência de situação de rua. O programa tem sido muito relevante já que os meios institucionais formais para garantir direito à moradia, como o programa de habitação social nacional, ainda esbarram em burocracias que dificultam o acesso à moradia da população LGBTQIA +.

O *Housing First Queer* contribui diretamente para dirimir o cenário de violência contra gêneros e corpos dissidentes, pois, apesar da legislação nacional advogar pela redução de discriminações, a mesma ainda é bastante presente no âmbito doméstico. A exemplo de outras realidades, como a brasileira, jovens e adultos LGBTQIA + não possuem uma vivência pacífica com sua família consanguínea. Expostos a violências e ameaças dentro de seus lares, por apenas expressar sua identidade e sexualidade, essa população acaba sem alternativas, procurando por habitações precárias ou até mesmo a rua. Pensando nisso, além de garantir abrigo emergencial, o *Housing First Queer* também propõe auxílio para que estes indivíduos possam ter acesso aos programas nacionais de habitação.

Válido destacar que o *Housing First Queer* em parceria com o *Serviço de Aconselhamento Gay de Berlim* também tem investido em projetos de habitação social inovadores para população LGBTQIA + na cidade. O exemplo mais conhecido, até o momento, é o *Schwules Wohnprojektq* também chamado de *Lebensort Vielfalt* (Schwulen Beratung Berlin, s/d), um projeto que reúne idosos LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade, abandono e cuidados, e população jovens LGBTQIA+, de mulheres e refugiados. O projeto logo na sua inauguração, já contava com uma lista de espera de mais de duzentos moradores e, ao passar dos anos, outras unidades de habitação social foram sendo construídas apoiadas pela maior construtora estatal, a *Wohnungsbaugesellschaft²⁵ Berlin-Mitte* (WBM).

O *Lebensort Vielfalt* possui atualmente uma lista de espera de 400 pessoas interessadas em seus 137 apartamentos. Esses

24 Para saber mais, acesse: <https://schwulenberatungberlin.de/>

25 Para mais informações, acesse: <https://www.berlin.de/en/news/8245856-5559700-new-housing-project-lesbian-women-mitte.en.html>

apartamentos são acessíveis e oferecem opções variadas: vida compartilhada entre idosos e pessoas com deficiência, com serviço de enfermagem 24 horas; unidades com áreas comuns compartilhadas e quartos privativos; apartamentos individuais, para famílias e casais. O conjunto também conta com uma creche com 45 vagas, escritórios, consultórios e uma biblioteca com cerca de 5.000 livros. O *Serviço de Aconselhamento Gay de Berlim* também possui um escritório no conjunto habitacional, oferecendo apoio no cotidiano, auxílio na inscrição para assistência social, reuniões com café da manhã, jantar, tardes de jogos e excursões.



O *Serviço de Aconselhamento Gay de Berlim* também apoiou a construção de um outro edifício residencial na cidade para abrigar cerca de 30 pessoas LGBTQIA+ que necessitam de cuidados, jovens e refugiados. O edifício, chamado de *LOVO*, possui apartamentos para convivência compartilhada, apartamentos unifamiliares, áreas comuns (lavanderia e serviços) de uso compartilhado, além de unidades disponíveis para o mercado de aluguel. O intuito é promover um mix de moradores e de culturas para promover integração social e cultural de refugiados e combater discriminação contra refugiados e pessoas LGBTQIA+.

Figura 05: Conjunto habitacional *Lebensort Vielfalt* (Berlim). Fonte: Serviço de Aconselhamento Gay de Berlim, 2023.

Figura 06: Conjunto habitacional LOVO (Berlim). Fonte: Christoph Wagner Arquitetos, 2024.



Figura 07: Conjunto habitacional LOVO (Berlim). Fonte: Christoph Wagner Arquitetos, 2024.



O mais recente projeto habitacional apoiado pelo *Serviço de Aconselhamento Gay de Berlim*, com inauguração prevista para 2024, é o *RuT – Frauen Kultur & Wohnen*, voltado para mulheres lésbicas e a comunidade *queer*. O projeto inclui 72 apartamentos de habitação social com aluguel a 6,90 euros por metro quadrado, além de um centro cultural *queer* para fortalecer o senso comunitário e unidades adaptadas para idosos e pessoas *queer* com deficiência. Todos os apartamentos são acessíveis para cadeirantes. O *RuT* também contará com salão para eventos culturais e de lazer, acessível a todo o bairro, além de oferecer aconselhamento psicossocial, auxílio para inscrição em assistência social e formação educacional e profissional. O espaço também terá um café aberto ao público, escritórios e salas multiuso para atender a uma diversidade de usos.



Figura 08: Conjunto habitacional *RuT – Frauen Kultur & Wohnen* em Berlim a ser inaugurado em 2024. Fonte: RuT, 2024

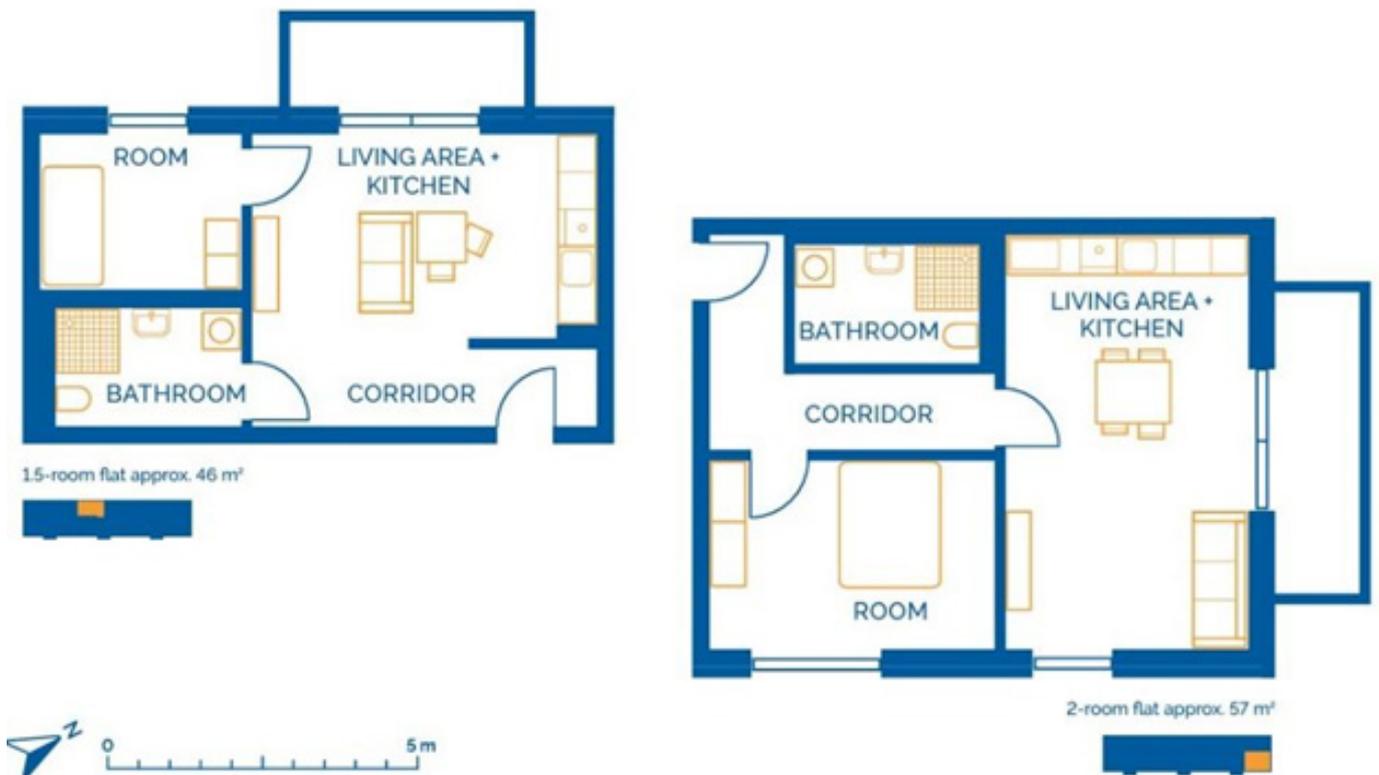


Figura 09: Planta baixa dos apartamentos tipo do RuT (Berlim). Fonte: RuT, 2024.

Esses exemplos mostram que cidades como Nova York, Berlim e Barcelona possuem um histórico robusto de políticas de bem-estar social voltadas para mulheres e a população LGBTQIA +, o que se reflete diretamente em suas políticas habitacionais. Estes cenários oferecem respostas diversificadas à questão habitacional, encarando-a a partir de uma perspectiva setorial, compartilhada entre diversos entes públicos e que se materializa por meio de programas de habitação social, aluguel social, propostas de moradia compartilhada, e até mesmo através de subsídios para construção e reforma de imóveis. Essa variedade de estratégias garante uma oferta habitacional mais adaptada às necessidades de grupos vulneráveis, como mulheres e pessoas LGBTQIA +, que como apontam Kern (2021) e Cortés (2016) são existências que devem ser consideradas se quisermos romper com padrões tradicionais de políticas públicas. Além disso, segundo Muxí e Montaner (2011), políticas habitacionais mais inclusivas, não só para o recorte de gênero, mas também dentro de uma perspectiva interseccional, auxiliam na promoção de cidades mais justas e acolhedoras.

2.2 Novas possibilidades nos debates sobre gênero nas políticas habitacionais na América Latina

Ciente de que a América Latina é um cenário muito extenso e complexo, sobretudo com distintas formas de abordar a habitação dentro das estruturas de governo, elegemos países que, de alguma forma, possuem sistema político e jurídico que se aproximam da realidade brasileira (como Argentina, México e Colômbia e Uruguai), além de proximidade geográfica e impacto regional econômico (como Argentina e Uruguai). Assim, começando pelo México, uma das principais potências regionais ao lado do Brasil e da Argentina, a sua principal política de habitação surge em 1973, após a criação de uma Comissão Tripartite²⁶ a pedido do presidente Luis Echeverría, o *Instituto del Fondo Nacional de la Vivienda para los Trabajadores* (INFONAVIT). De acordo com Virgilio (2010), o INFONAVIT é basicamente um fundo habitacional compulsório dos trabalhadores privados que funciona de maneira semelhante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) brasileiro. O INFONAVIT, portanto, financiado por contribuições compulsórias do governo, de empregadores e empregados, oferece crédito habitacional a trabalhadores formais para compra de imóveis, construção ou reforma de casas. Além do INFONAVIT, o México ainda possui um amplo arcabouço de políticas habitacionais, os quais podemos citar:

a) Comissão Nacional de Vivienda (CONAVI): Instituição do governo federal que oferece subsídios habitacionais para a população de baixa renda e em situação de vulnerabilidade. Ao contrário do INFONAVIT, a CONAVI não exige contrapartida financeira e prioriza famílias com dificuldades de pagar aluguel, vítimas de violência, pessoas com deficiência e povos originários. Programas como o Programa Nacional de Reconstrução, lançado em 2019 para ajudar na reconstrução de casas afetadas por terremotos, e o Programa de Habitação Social (PVS), que oferece subsídios para famílias de baixa renda, estão entre suas iniciativas.

²⁶ De acordo com Carvalho (2016), a Comissão Tripartite era formada por representantes do Estado, do capital (setor da construção) e pela classe trabalhadora para pensar em alternativas de financiamento para habitações populares com fins de responder a crise habitacional instaurada no país.

b) Fundo de Habitação do Instituto de Segurança e Serviços Sociais dos Trabalhadores do Estado (FOVISSSTE): Criado em 1972, funciona de forma semelhante ao INFONAVIT, mas destinado exclusivamente aos servidores públicos, financiado por 5% dos salários desses trabalhadores (Carvalho, 2016). Contudo, exclui boa parte da população afetada pela falta de moradia, pois atende apenas funcionários públicos.

c) *Raíces*, Programa de Habitação Rural e Indígena: Criado em 2020, utiliza parte dos recursos do FOVISSSTE para conceder créditos a trabalhadores rurais e indígenas que desejam construir casas em áreas rurais. Até 35% do crédito pode ser usado para aquisição de terreno, e o restante, para construção.

d) Programa de Melhoria Urbana (PMU): Iniciado recentemente pelo Instituto Nacional do Solo Sustentável, tem como objetivo regularizar fundiariamente e melhorar áreas urbanas precárias e irregulares, atendendo pessoas em situação de vulnerabilidade. O PMU também visa criar espaços públicos de qualidade e infraestrutura adequada.

Apesar de possuir um amplo espectro de políticas habitacionais que vem ajudando a alterar a realidade do déficit habitacional e das condições de moradia, o México ainda não aborda expressamente as questões de gênero e sexualidade em suas políticas. O único programa que aborda a questão é o Programa *Vivienda Digna*, lançado em 2014. Neste programa, mulheres, mães e chefes de família e que recebem menos de 05 salários, tem a possibilidade pagar até 500 pesos mexicanos²⁷ semanais por um período máximo de 07 anos para adquirir seu imóvel (SEDATU, 2014). O programa é financiado em partes pelo CONAVI e parte pela *Sociedade Hipotecária Federal*. Apesar de abordar mulheres em situação de vulnerabilidade social, o *Vivienda Digna* ainda não consegue abordar questões mais contemporâneas de gênero e sexualidade, uma vez que seu público-alvo são mulheres cisheterossexuais e mães.

Já a principal política pública mexicana de habitação regulada pelo INFONAVIT, de 2002 a 2022, concedeu 43.034 créditos hipotecários em benefício de 21.517 casais do mesmo sexo.

²⁷ Na atual cotação, 500 pesos mexicanos equivale a R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) ou a U\$ 25 (vinte e cinco dólares).

A principal linha de crédito deste programa, a *Unamos Creditos Infonavit* permite que duas pessoas comprem uma casa sem a necessidade de serem casados. Essa possibilidade foi crucial para que casais homoafetivos tivessem acesso à moradia antes mesmo da aprovação de leis como do casamento homoafetivo e adoção entre casais do mesmo sexo. A linha de créditos hipotecários do INFONAVIT, no entanto, apenas beneficia população circunscrita dentro do mercado de trabalho formal. Quando se fala em um recorte populacional que para utilizar seu nome e ter reconhecida a sua identidade ou que para ser atendida em instâncias administrativas, jurídicas, políticas de acordo com a sua existência encontram obstáculos, falar em acesso ao mercado de trabalho formal, acesso a leis trabalhistas e reconhecimento social ainda é um passo distante.

Fora da estrutura estatal, a população LGBTQIA+ tem se organizado em cooperativas para criar espaços livres de discriminação e violência. Um exemplo é a *Cooperativa Xochiquetzalli*, fundada em 2019 pelo ativista gay Octavio Mandujano, na Cidade do México. Segundo Verdún e Lima (2024), Mandujano, ao concluir seu mestrado em Planejamento e Políticas Metropolitanas, percebeu que a comunidade LGBTQIA+ não era priorizada nas políticas habitacionais do país. Inspirado no modelo uruguaio de cooperativas habitacionais, ele fundou a *Xochiquetzalli*, que atualmente tem 21 famílias LGBTQIA+ cadastradas. Embora ainda não possua terras ou estrutura para construir, a cooperativa está oficialmente registrada e pressiona por avanços no direito à moradia digna para a população LGBTQIA+. Um resultado desse ativismo, como relatam Verdún e Lima (2024), foi a reforma da lei habitacional local, permitindo que pessoas LGBTQIA+ adquiram moradia por meio de cooperativas com o apoio do *Instituto de Habitación da Cidade do México* (INVI).

O INVI funciona como uma autarquia com autonomia e ações descentralizadas, cuja função é atender pessoas em situação de risco que precisam de moradia na capital. Segundo Verdún e Lima (2024), o instituto oferece empréstimos a cooperativas habitacionais, o que permite à *Xochiquetzalli*, graças ao trabalho de Mandujano, candidatar-se a esses créditos. No entanto, adquirir terrenos na Cidade do México tem sido difícil devido ao boom imobiliário causado pela chegada de norte-americanos e europeus,

principalmente nômades digitais e aposentados, que, aproveitando a desvalorização da moeda mexicana, têm gentrificado a cidade e aumentado os preços dos imóveis. Apesar disso, a cooperativa segue em busca de outros instrumentos jurídicos que garantam o acesso à terra e à habitação social. Além disso, *Xochiquetzalli* tem se articulado com outras cooperativas para estudar a viabilidade de unir esforços e recursos na compra de terras e construção de unidades habitacionais em um mesmo lote na capital mexicana.



Figura 10: Membros da Cooperativa de Vivenda Xochiquetzalli (Cidade do México). Fonte: Caporal, 2021.

Outro país latino-americano que conta com uma multiplicidade de aparatos de políticas públicas dedicadas à questão habitacional é a Colômbia, que a partir de 2012 passou a adotar medidas mais progressistas de políticas públicas após décadas de paralisação e de instabilidade ocasionadas pela crise econômica e de segurança social. Em 2012 é promulgada a Lei 1.537 cujo objetivo foi indicar as competências, responsabilidades e funções das entidades nacionais e territoriais, bem como o envolvimento do setor privado, no desenvolvimento de projetos de "Habitação de Interesse Social e de Projetos de Habitação de Interesse Prioritário destinados a famílias de menores recursos, a promoção de desenvolvimento territorial, bem como incentivar o sistema especializado de financiamento habitacional" (Colômbia, 2012).

Assim, a Lei 1.537 de 2012, estabelece diretrizes para o desenvolvimento da política habitacional nacional, assim como determinou os mecanismos e os princípios a serem seguidos entre os entes nacionais e territoriais envolvidos nos programas de desenvolvimento urbano e habitacional, assim como também estabeleceu responsabilidades e o público-alvo para esse novo aparato de políticas. No esteio da Lei 1.537 de 2012 foram os seguintes programas de habitação dentro da política colombiana de habitação: a) *Mi Casa y Ya*, b) *Casa Digna, Vida Digna*, c) *Programa de Vivienda de Interés Prioritario (VIP)* e d) *Programa de Vivienda de Interés Social (VIS)*.

Dentre estes, o programa de maior abrangência é o *Mi Casa y Ya*, lançado em 2015 pelo Ministério da Habitação durante a gestão do presidente colombiano Juan Manuel Santos Calderón. Inicialmente, o programa foi criado tendo como objetivo conceder subsídios para compra de imóveis para pessoas que ganhassem entre 2 e 4 salários-mínimos colombianos, assim, de acordo com o Decreto 428 de 2015, o *Mi Casa y Ya* permitia a compra de imóveis de até COP\$ 86.987.250,00 (o equivalente a 135 salários-mínimos). O subsídio concedido pelo governo federal estabeleceu a amortização de 30% até 40% do valor do imóvel e proibiu aos beneficiários do programa a compra de imóvel usado e também proibiu a compra de imóveis em área rural²⁸. Apesar disso, o *Mi Casa y Ya* permitiu a aquisição de imóveis de trabalhadores informais (ao revés de programas habitacionais em outros países da América Latina, como Argentina, México e Brasil), assim como desvinculou a propriedade da ideia de família, permitindo que arranjos familiares distintos da concepção binária (homem e mulher) pudesse acessar o programa. Além disso também se permitiu a aquisição de novos imóveis para famílias unipessoais.

Atualmente, o *Mi Casa Y Ya* expandiu o público-alvo, vinculando a participação do programa à inscrição e classificação do requerente através do *Sistema de Identificación de Potenciales Beneficiarios de Programas Sociales (Sisbén IV)*, sistema criado pelo governo da Colômbia para identificar e classificar famílias de acordo

28 Atualmente, há um programa específico para adquirir imóveis novos em áreas rurais denominado *Subsidio Familiar de Vivienda Rural (VISR)*. Programa vinculado ao Ministério da Agricultura da Colômbia. Para mais informações: <https://www.minagricultura.gov.co/ViviendaRural/Paginas/Inicio.aspx>

com seu grau socioeconômico. Através de uma classificação fornecida através do sistema de pontuações do *Sisbén IV*²⁹, o cidadão colombiano pode acessar programas sociais, programas de assistência social e do *Mi Casa y Ya*. Assim, não apenas famílias que recebem até 04 salários-mínimos têm direito a ingressar no *Mi Casa y Ya*, o programa abrange atualmente pessoas que vivem em condições de extrema pobreza, trabalhadores de baixa renda até classe média. O valor do subsídio a ser recebido também está relacionado à classificação do *Sisbén IV*, variando entre 20 salários-mínimos até 30 salários-mínimos. Já o valor do imóvel novo a ser subsidiado também foi alterado, podendo ser subsidiados aqueles cujo valor seja de 90 salários-mínimos até 150 salários-mínimos. Além desta ampliação de público beneficiado, o *Mi Casa y Ya* também incluiu mães cabeça de família³⁰ também como grupo prioritário de financiamento.

Na Colômbia, o *Programa de Vivienda de Interés Prioritario* (VIP) e o *Programa de Vivienda de Interés Social* (VIS) foram criados para construir um milhão de novas habitações, atendendo à demanda do *Mi Casa y Ya*. Enquanto este fornece subsídios para compra de imóveis, os programas VIP e VIS são responsáveis pela construção dessas unidades. Os imóveis VIP têm valor máximo de 90 salários mínimos colombianos, e os VIS, de 150 salários.

Importante ressaltar que tanto o *Mi Casa y Ya*, quanto o VIP e o VIS se referem a novas unidades habitacionais, o programa que tem como objeto os imóveis preexistentes é o *Casa Digna, Vida Digna* também subsidiado pelo governo federal colombiano. Esse programa foca em imóveis com mais de cinco anos e oferece até 18 salários-mínimos para reformas que variam de melhorias

29 O Sisbén IV classifica os cidadãos colombianos de acordo com sua capacidade de geração de renda e suas condições de vida. Ao todo são 04 grupos (A,B,C,D), sendo o A o grupo classificado como de pobreza extrema, o B como pobreza moderada, o C como grupo de vulnerabilidade e D, grupo não vulnerável. Para mais informações, acesse: <https://www.sisben.gov.co/Paginas/consulta-tu-grupo.html>

30 Na Colômbia o termo é conhecido como madre cabeza de familia e sua definição está na Lei 1.232 de 2008: É mãe cabeça de família aquela que, sendo solteira ou casada, é mulher chefe de família e tem sob seus cuidados, emocional, econômica ou socialmente, em caráter permanente, seu próprio filho menor, pessoas incapacitadas ou incapazes de trabalhar, seja por ausência permanente ou incapacidade física, sensorial, psicológica ou moral do cônjuge ou companheiro permanente ou por deficiência substancial de ajuda de outros membros do núcleo familiar. A lei está disponível em: <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=31591>

em instalações sanitárias e hidráulicas a reformas de dormitórios e fachadas. Para acessar o programa, é necessário, contudo, apresentar um pedido com diagnóstico arquitetônico e plano de reforma, cujo custo é subsidiado com 1,5 salários-mínimos.

Diferente dos outros programas, o *Casa Digna, Vida Digna* reserva 10% das vagas para grupos específicos: vítimas de deslocamento forçado, mulheres chefes de família de baixa renda, trabalhadores informais, mães comunitárias, idosos, povos étnicos, pessoas com deficiência, membros das forças públicas e familiares de militares incapacitados. Assim, dentro dessa política de caráter nacional, apenas as mulheres cisgêneras chefes de família são consideradas como grupo vulnerável de gênero.

Numa escala local, Bogotá também possui dois programas públicos específicos de habitação que são voltados para mulheres cisgêneras. O primeiro é o *Mi Ahorro, Mi Lugar*, destinado a famílias vulneráveis com renda de até dois salários-mínimos, chefiadas por mulheres em risco de feminicídio ou vítimas de deslocamento forçado devido ao conflito armado nacional. Esse programa aborda a habitação promovendo educação financeira, incentivando a poupança para aquisição de imóvel novo e oferecendo crédito com baixa contrapartida e amortização de taxas. A segunda iniciativa está relacionada com políticas de acolhimento institucional, sendo o principal exemplo a *Casa Refugio*, que oferece "habitação temporária e emergencial para mulheres vítimas de violência doméstica" (Bogotá, 2024). Assim, *Casa Refugio* é gerida pela Secretaria Distrital da Mulher e garante alojamento, alimentação, vestuário e transporte gratuitos para as mulheres e seus dependentes.

Figura 11: *Casa Refugio* para mulheres em Bogotá. Fonte: Secretaria Distrital da Mulher em Bogotá, 2024.



A *Casa Refugio* também passou a receber, a partir de 2017, pessoas LGBTQIA +, sendo criado um novo tipo dentro da estrutura já conhecida do programa e denominada de *Casa Refugio LGBTI*. A exemplo do programa original, *Casa Refugio LGBTI* também oferece habitação temporária e emergencial, contudo, para esse recorte populacional específico. Além destas casas de acolhimento e de assistência social, a cidade de Bogotá também conta com as *Casas LGBTI*, entretanto, apesar do nome, os equipamentos não disponibilizam habitação. Essas *Casas LGBTI* oferecem auxílio psicossocial para população LGBTQIA +, com equipe multidisciplinar constituída de médicos, psicólogos, advogados e assistentes sociais.

Figura 12: *Casa Refugio LGBTI* em Bogotá. Fonte: Secretaria Distrital do Governo em Bogotá, 2024.



Outra iniciativa a respeito da questão da habitação para população LGBTQIA + que a cidade de Bogotá lançou a partir de 2022 foi a *Cartilha Didática para Contratos de Aluguel* (Bogotá, 2022), documento elaborado pela Secretaria da Habitação da Cidade de Bogotá. O seu objetivo é criar uma cultura dentro do mercado de aluguéis da cidade de um ambiente mais inclusivo e seguro para a comunidade LGBTQIA +. De acordo com a Secretária da Habitação, Nadya Rangel (2022):

O objetivo desta iniciativa é gerar uma transformação do mercado de locação, procurando eliminar os preconceitos e discriminações que historicamente afetaram a comunidade LGBTI. Assim, um dos aspectos mais notáveis da cartilha é a ênfase na implementação da Política LGBTI no processo de locação, reconhecendo que este setor é muitas vezes um dos mais vulneráveis para esta população em termos de acesso a habitação de qualidade (Rangel, 2022).

Apesar de iniciativas como a *Casa Refugio LGBTI* e a *Cartilha Didática para Contratos de Aluguel*, a abordagem ainda é insuficiente para enfrentar as vulnerabilidades da população LGBTQIA +. A *Casa Refugio LGBTI* limita a estadia a três meses, e, após esse período, as pessoas frequentemente retornam à mesma situação de vulnerabilidade. Além disso, esses programas são direcionados a assalariados com emprego formal, desconsiderando a realidade de muitos LGBTQIA+ que vivem da informalidade ou do trabalho sexual devido ao preconceito e exclusão. Além disso, podemos perceber que a existência de *per si* destas iniciativas apenas auxiliam o entendimento no âmbito de políticas públicas de que existe uma hierarquia de vidas que merecem ser vividas e protegidas (Butler, 2015), deixando as existências LGBTQIA+ dissidentes fora da moldura do que é considerado valioso. Assim, é necessário refletir que abordagens simplificadas ou recortadas do problema só servem, na verdade, para corpos e identidades passáveis e normatizadas pela sociedade, já os que desobedecem aos marcadores de gênero e sexualidade são escolhidos para ficar longe do acesso destes programas e políticas públicas.

Na contramão dos programas habitacionais promovidos pelo Brasil, Argentina, México e Colômbia, que tem como base

predominante de modelos de financeirização da moradia, com participação de instituição bancárias, concessão de linhas de créditos, e de financiamento com juros e taxas para um recorte populacional beneficiado, o Uruguai desde de sua Lei da Moradia de 1968³¹, apresenta um conjunto de programas diversificados para garantir o acesso à moradia que fizeram com que o país sulamericano se consolidasse como um baixo déficit habitacional.

Contudo, a maior inovação dos programas de habitação do Uruguai foi a implantação do modelo de cooperativas que foi criado em 1970, logo após a promulgação da Lei da Moradia em 1968, com a criação da *Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua* (FUCVAM). De acordo com Machado (2023, p.99) a FUCVAM está fincada em valores históricos de cooperativismo uruguaio, ou seja, em "um processo social que vai além da construção de casas e que tem como pressuposto a propriedade coletiva, a solidariedade e a cooperação entre vizinhos". Assim, foram valores como coletividade, ajuda mútua, autogestão e inclusão social que fizeram com que esse programa atravessasse períodos conturbados da história uruguaia e que se convertesse ao principal programa da atualidade, sendo um modelo reconhecido internacionalmente e exportado para outros países, inclusive para o Brasil³².

De acordo com o Ministério da Habitação e do Ordenamento Territorial (Uruguai, 2024) para poder participar do programa das cooperativas, os interessados devem formar ou fazer parte de uma cooperativa constituída por um grupo de pessoas também interessadas em adquirir um imóvel e construir coletivamente o imóvel. A FUCVAM exige a participação ativa de todos os cooperados, tanto no trabalho (com horas de trabalho na construção

31 Conhecida como *Ley de Vivienda nº 13.728/68* foi promulgada em 1968 pela Câmara de Representantes do Uruguai sendo a primeira iniciativa por parte do Estado para políticas de habitação social, além disso criou o Fundo Nacional da Habitação e criou a figura das cooperativas habitacionais, com a participação de futuros beneficiários durante o processo de construção das moradias.

32 Existem muitas contribuições do modelo cooperativista de habitação uruguaia no Brasil, entre eles se destaca movimentos de autogestão no Rio de Janeiro e o sistema de mutirões e cooperativas habitacionais em São Paulo que ganharam força durante as décadas de 1980 e 1990. Atualmente, o programa Minha Casa Minha Vida também se inspira no modelo de cooperativas uruguaio ao implementar o Minha Casa Minha Vida Entidades. Para maior aprofundamento do tema existe a dissertação de mestrado de José Eduardo Baravelli intitulada O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo no ano de 2006 e a dissertação O cooperativismo habitacional por ajuda mútua uruguaio: da práxis ao modelo de Carolina Guedes Machado no ano de 2023, ambas disponíveis no repositório da Universidade de São Paulo.

do imóvel³³), quanto na gestão da cooperativa que funciona na forma de autogestão horizontal (sem hierarquias). O trabalho no processo de construção dos imóveis é crucial para o modelo das cooperativas já que o modelo de ajuda mútua e autogestão reduz significativamente os custos de construção, permitindo que pessoas de baixa e média renda possam ter acesso à moradia digna.

O modelo de cooperativas habitacionais tem sido uma alternativa para mulheres cisgêneras em vulnerabilidade social e para a população LGBTQIA+ acessarem o direito à moradia. Segundo Holstein e Cora (2024), foi esse modelo que possibilitou a criação do primeiro empreendimento habitacional LGBTQIA+ na América Latina: a Cooperativa 28 de Junho. A cooperativa surgiu em 2004, quando um grupo de amigos LGBTQIA+ decidiu morar juntos, com o objetivo de formar uma comunidade de cuidados até a velhice. A construção levou cerca de três anos, e, ao longo do tempo, outros membros LGBTQIA+ se juntaram à iniciativa.

Conforme as autoras, a cooperativa surgiu como resposta à ausência de políticas públicas voltadas à moradia para LGBTQIA+. No entanto, enfrentou obstáculos burocráticos, financeiros e logísticos. Apenas em 2018, 14 anos após sua criação, a construção foi iniciada em terrenos cedidos pela Câmara Municipal de Montevideú, com financiamento do Banco Hipotecário Uruguaio. Após a concessão do terreno, os cooperados aportaram um capital inicial e solicitaram crédito. Eles também participaram ativamente da construção, revezando-se para cumprir 21 horas semanais de trabalho e vigiar o local.

33 A FUCVAM exige 21 horas de trabalho semanal dos cooperados, seja na construção dos novos imóveis, ou seja, na gestão da cooperativa.



Figura 13: Inauguração do primeiro conjunto habitacional da Cooperativa 28 de Junho. Fonte: Instagram.com/@covi28dejuno

Holstein e Cora (2024) destacam que, apesar de ter se formado a partir de um grupo de amigos LGBTQIA+, *La Cope* nunca excluiu a participação e inclusão de pessoas cisheterossexuais, que também são proprietárias de imóveis no conjunto habitacional. Segundo as autoras, o intuito foi evitar o discurso de que estes tipos de projetos promovem lógicas de guetos ou de exclusão social. Apesar disto, Holstein e Cora (2024), ressaltam que durante o longo processo de construção do habitacional, os moradores, LGBTQIA+ ou cisheterossexuais, enfrentaram muita discriminação e abordagens violentas de seus futuros vizinhos, que não aceitavam que famílias ou um coletivo LGBTQIA+ se instalasse na vizinhança. Não obstante LGBTfobia da vizinhança, *La Cope* já concluiu suas obras e está com 13 apartamentos já ocupados, além disto, os cooperados também criaram uma Comissão de Educação e Desenvolvimento cujo objetivo é socializar as suas experiências para ajudar outras pessoas, LGBTI+ ou não, a encontrar soluções inclusivas para aceder a uma habitação digna.

A experiência da Cooperativa 28 de Junho também inspirou a cooperativa uruguaia Basquadé, que surgiu há sete anos como uma ideia de moradia coletiva de mulheres feministas, lésbicas e pessoas trans. Assim como La Cope, a Basquadé começou recentemente a construção de seu habitacional, baseado no sistema de ajuda mútua, exigindo 30 horas semanais de trabalho dos cooperados. Segundo Lucía Correa (Amesti, 2024), diretora da Basquadé, o objetivo é criar “um espaço feminista e antipatriarcal, baseado no cuidado coletivo e em novas formas de habitar”. A cooperativa visa não apenas construir um edifício, mas formar uma comunidade gerida por mulheres (cis ou trans), incorporando questões de gênero e realidade das dissidências que a integram.



Figura 14: Inauguração do primeiro conjunto habitacional da Cooperativa 28 de Junho. Fonte: [Instagram.com/@covi28dejuni](https://www.instagram.com/covi28dejuni)

Figura 15: Operárias e operários e futuros moradores da cooperativa Basquadé. Fonte: Instagram/@coopebasquadé.



O conjunto habitacional está em fase final, com previsão de conclusão em dois anos. A cooperativa, dirigida por mulheres, organiza os turnos de trabalho, promove rodízios para cuidados de crianças e idosos, e estabelece regras de não discriminação de gênero e sexualidade no canteiro de obras. Correa (Amesti, 2024) destaca as dificuldades enfrentadas para lidar com engenheiros e encarregados de obras, em ambientes dominados por homens cisheterossexuais, e a necessidade de expandir suas percepções sobre gênero e sexualidade. Medidas como a criação de creches durante os turnos de trabalho e a instalação de banheiros não-binários tornaram o ambiente mais inclusivo para mulheres e pessoas LGBTQIA +.

De acordo com Leslie Kern (2021), o urbanismo tradicional reforça a exclusão de corpos dissidentes ao privilegiar normas heteronormativas e patriarcais. Os exemplos de cooperativas como a *28 de Junio* e a *Basquadé*, por sua vez, evidenciam que é possível resistir a essa lógica ao criar espaços de moradia feminista e inclusivo, onde as questões de gênero e sexualidade são centrais na formulação do projeto habitacional. Podemos interpretar estes

exemplos também como formas de consolidar cidades mais feministas Kern (2021) já que são iniciativas que acolhem diferentes identidades e necessidades, promovendo um ambiente mais seguro e acessível. De outro lado, também podemos refletir que a promoção desta cidade feminista e antipatriarcal integra uma lógica de construção de alternativas e de desafio da própria comunidade feminina e *queer* aos controles de um sistema heterocentrado (Preciado, 2011).

As iniciativas analisadas desde Nova York até Montevideu mostram também como políticas habitacionais voltadas para mulheres em vulnerabilidade e a população LGBTQIA+, podem contribuir diretamente para o combate à violência de gênero e de exclusão social, além de promover direitos fundamentais e melhoria da qualidade de vida de populações invisibilizadas. Assim, os exemplos apresentados como o *Housing Plan for LGBTQ+ Communities* em Nova York, *Housing First* em Berlim e os planos de Barcelona indicam que é possível criar mecanismos de proteção que garantam moradia e ajudem a construir cidades mais inclusivas. Por outro lado, é fundamental reconhecer o papel de iniciativas sociais organizadas na América Latina, como as cooperativas no Uruguai e México, que questionam conceitos de família, gênero e sexualidade em contextos de grande violência e invisibilidade social.

2.3 Políticas públicas de habitação no Brasil e as questões de gênero: um novo horizonte a frente?

Enquanto países vizinhos como Argentina e Uruguai têm avançado na diversificação de políticas habitacionais, com foco no acesso de mulheres cisgêneras em situação de vulnerabilidade e da população LGBTQIA+, o Brasil está longe desse debate, sem desde a redemocratização e ascensão de governos progressistas fazer menção expressa à mulheres vítimas de violência doméstica e população LGBTQIA+ dentro do aparato de políticas e programas nacionais de habitação. Apesar de contar com marcos importantes, como a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade de 2001, o enfoque das questões de gênero e sexualidade nas políticas habitacionais brasileiras ainda se mantém sob uma perspectiva

cisheteronormativa, que exclui grupos dissidentes de gênero e sexualidade.

Apesar do Brasil possuir um histórico de políticas de habitação de grande impacto com programas como o do Instituto de Aposentadoria e Pensões (IAPs), da Fundação da Casa Popular (FCP) e do Banco Nacional de Habitação (BNH), o déficit habitacional brasileiro, ao longo das décadas, não conseguiu ser enfrentado com eficiência uma vez que a maioria destes programas estavam destinados à população assalariada, de classe média. Apesar disto, Bonduki (2008) elucida que entre estas políticas, o BNH se destacou por ter sido o principal instrumento nacional de políticas de habitação que vigorou no país entre 1964 e 1986. Assim, o BNH aliado ao Sistema Brasileiro de Habitação (SFH) e com proventos oriundos dos anos de arrecadação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), acabam estruturando um sistema de produção massiva de habitações a serem financiadas a diferentes classes de trabalhadores. O modelo do BNH, como já dito, teve uma produção habitacional muito aquém das necessidades geradas pelo acelerado processo e urbanização que ocorreu no país e em seu período de funcionamento já que "foram financiadas cerca de 25% das novas moradias construídas no país, porcentagem relevante, mas totalmente insuficiente para enfrentar o desafio da urbanização brasileira" (Bonduki, 2008). Ainda de acordo com Bonduki (2008), o fim do regime militar em 1985, a crise econômica e o conjunto de críticas ao BNH e ao SFH culminaram na extinção do BNH e se desestruturou o único sistema de caráter nacional que, para bem ou para mal, se ocupava das questões da habitação, formava técnicos e acumulava conhecimento sobre a temática no país. A partir de 1986, a política habitacional brasileira passou por uma fase errática, subordinada a sete ministérios diferentes, cujo enfoque passou a ser apenas a facilitação de créditos bancários para pessoas de classe média alta adquirirem imóveis.

Foi apenas a partir de 2003, com a ascensão do primeiro governo Lula à presidência e com a criação, pela primeira vez, de um órgão nacional de coordenação e desenvolvimento urbano, o Ministério das Cidades, que se retomou uma série de estudos para as variadas questões das cidades brasileiras. A questão da habitação, paralisada até então desde a extinção do BNH em 1986,

volta a ser abordada a partir da elaboração da Política Nacional da Habitação em 2004, do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e do Fundo Nacional de Habitação em Interesse Social em 2005.

Já em 2008, a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades coordenou também a elaboração do Plano Nacional de Habitação (PlanHab), um dos principais instrumentos de implementação da Política Nacional de Habitação previsto pela lei nº 11.124/2005. O documento previa metas até 2023, com objetivo maior de "estruturar uma estratégia para enfrentar a questão habitacional e urbana" (Brasil, 2008) e pontuava uma necessidade de provisão de 35 milhões de unidades habitacionais para resolução do déficit habitacional.

Apesar do contexto progressista, a pauta da habitação avança quase que exclusivamente a partir de um viés focado na distribuição de renda e na produção massiva de habitações, modelo ainda muito inspirado nos anos de atuação do BNH. Assim, os documentos e aparato jurídico dos primeiros anos do governo Lula, ocupam-se em encontrar alternativas de financiamento, provisão de conjuntos habitacionais, e na formação de estruturas para o enfrentamento da crise habitacional. Outras questões, como especificidades regionais, adequação cultural das provisões de moradia e questões de gênero e diversidade, não encontram espaço significativo para debate e, conseqüentemente, a problemática habitacional não avança de forma inovadora nos anos subsequentes.

Em relação ao recorte aqui analisado, de mulheres vítimas de violência doméstica e da população LGBTQIA +, como já dito, estes dois grupos não são mencionados em nenhum momento na construção deste novo aparato de políticas habitacionais. A lei do Estatuto das Cidades, em seu artigo 9º, a lei que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e estabelece o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, em seu artigo 2º, aborda a questão do gênero exclusivamente a partir da perspectiva da mulher (cis, heterossexual, mãe e chefe do lar), quando passa a observar a necessidade de incluí-las sem fazer menção àquelas mulheres vítimas de violência doméstica, junto a idosos e pessoas

com deficiência, como grupo populacional prioritário para financiamentos de habitação. De igual forma, pessoas LGBTQIA + também não são mencionadas, tendo sua pauta reduzida às campanhas de combate ao HIV.

O PlanHab, criado em 2009, tinha como meta passar por revisões periódicas para que novas questões habitacionais fossem abordadas – a previsão era de revisões em 2011, 2015 e 2019. Contudo, o PlanHab só passa a ser objeto de uma nova revisão em 2021, sendo nomeado de PlanHab 2040, propondo sessões de leituras colaborativas, webinários nacionais em todas as regiões do Brasil, oficinas sobre eixos temáticos abertas à população. Entretanto, pautas de diversidade e da população LGBTQIA + mais uma vez ficam de fora e, até o momento, a revisão do plano não foi concluída. Em 2018, um dos estudos formulados pela Secretaria Nacional de Habitação em conjunto com o Ministério das Cidades intitulado *Demanda futura por moradias: demografia, habitação e mercado* (Givisiez; Oliveira, 2018) faz um extenso estudo sobre a demografia brasileira, projeção populacional e perspectivas de necessidade de habitação para as próximas décadas. O estudo também aborda a questão populacional a partir do binarismo de gênero, deixando mais uma vez de fora a população LGBTQIA +. A questão de gênero é, portanto, mais uma vez abordada como tópico especial para mulheres chefes de lar.

Em 2009, com a promulgação da lei nº 11.977 de 2009, que instituiu o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), há uma consolidação de todo movimento de avanço com os debates urbanos iniciados no primeiro governo Lula. Rolnik, Nakano e Cymbalista (2008) destacam que o PMCMV e o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) foram capazes de promover aumento de créditos e subsídios para população de baixa renda e, conseqüentemente, abordar a questão do déficit habitacional de maneira mais estruturada desde o fim do BNH. Para esses mesmos autores, as similaridades com o BNH não pararam por aí, assim como o programa antecessor, o PMCMV enfrentou nas gestões de Lula e, posteriormente Dilma Rousseff, uma série de limitações, sobretudo aquelas conectadas à problemática da distribuição de terras no país, bem como planos locais com zoneamentos excludentes que inviabilizaram a construção de cidades e de melhores urbanidades.

Assim, de acordo com Rocha e Costa (2024) em termos de avanço nas questões de gênero e sexualidade dissidente, a abordagem do PMCMV passa a ser um resumo daquilo que já tinha sido encontrado no Estatuto das Cidades, na Política Nacional de Habitação e no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social: mulheres responsáveis por unidades familiares se consolidam como grupo prioritário de beneficiários do programa, junto de idosos, pessoas com deficiência e grupos familiares habitantes de áreas de risco ou de desastres naturais.

Rocha e Costa (2024) ainda ressaltam que, apesar deste contexto sem avanços relativos à comunidade sexo-gênero dissidente no plano nacional, alguns Estados e cidades têm tentado, através de seus Planos Estaduais e Municipais de Habitação ou a partir de projetos de leis de deputados estaduais e vereadores, ampliar o rol de grupo prioritário que hoje existe no Programa Minha Casa Minha Vida, para incluir população travesti, transexual e casais homoafetivos no direito à inscrição prioritária. Esse é o caso do Estado de Pernambuco, que, em 2020, através da aprovação da lei nº 16.851, passou a assegurar às unidades familiares LGBTQIA+ o direito à inscrição nos programas de habitação popular desenvolvidos pelo Poder Executivo Estadual. A cidade de Natal é outro exemplo de novas perspectivas, já que teve uma lei aprovada pela Câmara Municipal (lei ordinária de nº 6.910/2019), garantido o direito de casais homoafetivos de se inscreverem como grupo prioritário nos programas de habitação popular do município. Já Belém, a partir de 2023, iniciou mutirões para inclusão de núcleos familiares LGBTQIA+, sobretudo a população travesti e transsexual, no Minha Casa Minha Vida, um claro esforço de melhorar a qualidade de vida deste recorte populacional.

Figura 16: Primeiro mutirão da Prefeitura Municipal de Belém para incluir pessoas LGBTQIA + no Minha Casa Minha Vida em 2023. Fonte: Ferreira; Agência Belém, 2023.



O mutirão teve efeitos positivos dentro da comunidade LGBTQIA + de Belém e, logo em sua primeira edição, de acordo com a Prefeitura Municipal de Belém (PMB, 2023) conseguiu cadastrar 150 pessoas em 24 de março de 2023. Em sua segunda edição, em 13 de Dezembro de 2023 conseguiu cadastrar mais cem pessoas. De acordo com Lopes, (2024), a Coordenação da Diversidade Sexual de Belém registrou que a iniciativa conseguiu incluir desde jovens famílias LGBTQIA + em situação de vulnerabilidade, até mulheres transexuais, travestis e idosos da comunidade LGBTQIA +. Em Junho de 2024, a PMB realizou um terceiro mutirão para a inclusão da comunidade no Minha Casa Minha Vida, nesta oportunidade, a PMB ressaltou que “atualmente não existe nenhuma diretriz no programa federal que garanta, nos residenciais com construção em andamento no Brasil, uma cota específica de moradias para pessoas LGBTQIA+” (Lopes, 2024).

Figura 17: Karina Vieira e sua esposa, Francianne Pereira, inscritas como público prioritário no segundo mutirão da Prefeitura Municipal de Belém para incluir pessoas LGBTQIA + no Minha Casa Minha Vida em 2023. Fonte: Ferreira; Agência Belém, 2023.



Ainda em 2023, é importante destacar um dos fatos que renovam os debates políticos e estudos sobre habitação para a população sexo-gênero dissidente, em instância federal. O primeiro deles foi a apresentação do Projeto de lei nº 2327/2023 pela deputada federal Camila Jara, parlamentar do Partido dos Trabalhadores, representante do Mato Grosso do Sul. O projeto tem como objetivo a inclusão de casais com união estável ou casamento homoafetivo e da população travesti e transsexual com direito de inscrição prioritária a todos os projetos governamentais de habitação, incluindo o Minha Casa Minha Vida. O projeto de lei encontra-se em discussão no Congresso Nacional, sendo atualmente objeto de análise da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial do Congresso Nacional, ainda sem previsão de qualquer tipo de votação ou de avanço.

Recentemente, Costa e Lima (2024) também destacam que o tema da habitação para pessoas LGBTQIA+ tem sido abordado no Brasil, de forma paralela, a partir de iniciativas do Ministério dos Direitos Humanos (MDH). Sob o comando da Secretária Nacional dos Direitos da População LGBTQIA+, a travesti e ativista Simmy Larrat, o MDH lançou no final de 2023 o programa Acolher+, que instituiu "atos para adesão de instituições públicas e privadas com objetivo de implementar e fortalecer Casas de Acolhimento para pessoas LGBTQIA+" (MDHC, 2023) assim como instaurar um Comitê de Avaliação e Monitoramento para acompanhar as ações a serem instituídas pelo programa Acolher+. O lançamento do programa tem sido parte de uma série de iniciativas que o poder executivo federal tem implementado com o objetivo de ter uma visão melhor das necessidades da população LGBTQIA+ no país para poder criar políticas públicas específicas para a população LGBTQIA+ de curto prazo e pensar também em políticas a médio e longo prazo.

De acordo com o MDHC (2024), o Acolher+ está sendo realizado em parceria entre a Secretaria Nacional dos Direitos da População LGBTQIA+ com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), entidades que lançaram em março de 2024 o primeiro edital com investimentos de cerca de R\$ 1,4 milhão, com intuito de "selecionar projetos voltados ao acolhimento de pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade – em decorrência de discriminação por identidade de gênero, orientação sexual e/ou características

sexuais" (Fiocruz, 2024). O edital estipulou que seria dado apoio a 12 casas de acolhimento que contemplem algum tipo de inovação, que tenham como diferencial realização e atividade voltadas à melhoria da qualidade de vida desta parcela da população, especialmente na área da saúde e da assistência social.

De acordo com conversa realizada em Outubro de 2024, com a coordenadora geral da Rede Brasileira de Casas de Acolhimento LGBTQIA+ (REBRACA), a mulher trans e ativista pelos direitos da comunidade LGBTQIA+, Indianare Siqueira, pontuou que, neste momento, o Acolher+ já selecionou as casas de acolhimento LGBTQIA+ e que está destinando recursos para alimentação e despesas básicas do cotidiano (higiene, limpeza e pequenos reparos) destas instituições sem fins lucrativos, também está concedendo duas bolsas no valor de R\$ 2.500,00 para que pessoas envolvidas com a gestão destas casas de acolhimento possam produzir relatórios trimestrais para análise da Secretaria Nacional de Direitos da População LGBTQIA+ e da Fiocruz. De acordo com Indianare Siqueira, encontros intercalados (ora na modalidade online, ora na modalidade presencial em Brasília) são realizados com os representantes das casas de acolhimento e com as duas entidades públicas envolvidas para discutir novos detalhes e alinhamentos do programa. O intuito, de acordo com Siqueira (2024), é que em 2025 seja formalizada uma política pública oficial destinada ao acolhimento habitacional de pessoas LGBTQIA+ pelo governo brasileiro com base nos relatórios e reuniões das casas de acolhimento selecionadas pelo edital em 2024.

Figura 18: Encontro realizado com integrantes do grupo de extensão Cartografia Sexuada de Salvador da Universidade Federal da Bahia (UFBA) com Indianare Siqueira em Outubro de 2024, na cidade do Rio de Janeiro. Fonte: O autor, 2024.



Apesar destas novas iniciativas, tanto dentro das estruturas de poder do governo brasileiro, quanto a partir de movimentos sociais organizados junto de municipalidades, ainda é crucial que sejam estimulados debates sobre as políticas habitacionais que estão postas, assim como também é importante publicizar os avanços e brechas encontradas por grupos feministas e coletividades queer dentro de diferentes realidades insurgentes. Daí a importância também de buscar formar uma cultura de estudos de gênero e de sexualidade dentro das políticas de habitação brasileira tanto a partir de uma escala local (a nível de cidades, bairros, unidades habitacionais), até mesmo de escala maiores, a nível de Estados, regiões e até mesmo de vizinhos da América Latina que parecem ter avançado muito mais em promover direito à moradia para mulheres em situação de vulnerabilidade e para comunidade sexo-gênero dissidente.

Além disso, é preciso destacar que as políticas habitacionais no Brasil ainda são predominantemente centralizadas no governo federal, com grande foco no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Desde sua criação, o programa se tornou o principal eixo de atuação do governo federal no combate ao déficit habitacional, reproduzindo, em certa medida, a lógica de grandes projetos habitacionais voltados para o financiamento de moradias populares. Embora tenha sido um avanço na retomada das discussões sobre habitação no Brasil, o PMCMV ainda carece de uma abordagem mais inclusiva e diversificada, especialmente no que se refere a questões de gênero e sexualidade dissidentes.

O modelo adotado pelo PMCMV e por outras políticas habitacionais no Brasil ainda está fortemente atrelado ao repasse de investimentos e à execução das moradias por grandes construtoras e agentes imobiliários. Essa dependência acaba limitando a criação de projetos habitacionais mais diversos e inclusivos, que possam contemplar de forma mais direta as necessidades de mulheres cisgêneras, população LGBTQIA+ e outros grupos marginalizados. A falta de diversidade nas modalidades de provisão de habitação reforça a reprodução de um sistema que beneficia principalmente grandes incorporadoras, deixando de lado as especificidades culturais e sociais de grupos que enfrentam dificuldades adicionais no acesso à moradia.

Diferentemente de países como Uruguai, Alemanha, Espanha e Argentina, o Brasil não avançou significativamente na diversificação de seus programas e políticas públicas de habitação para atender a diferentes perfis e públicos. Nestes países, existem programas que permitem maior participação de coletividades, cooperativas e grupos organizados de mulheres e da população LGBTQIA + na construção e gestão de projetos habitacionais. Tais iniciativas demonstram que é possível criar oportunidades para que esses grupos possam participar ativamente da construção de suas próprias moradias e, conseqüentemente, da cidade, promovendo uma urbanização mais justa e equitativa. Contudo, não podemos perder de vista os novos horizontes que podem estar por vir e que foram construídos a partir de ativismo e de muita luta do movimento de mulheres e da população LGBTQIA+, como por exemplo o trâmite do Projeto de Lei que altera o PMCMV e que passa a incluir como público prioritário a população LGBTQIA+, as iniciativas estaduais e municipais para inclusão de mulheres transexuais, travestis e homens trans dentro de programas e projetos habitacionais e de todo aparato de construção de um nova política de acolhimento habitacional e de assistência social para pessoas LGBTQIA+ em situação de rua e vulnerabilidade.

Políticas de habitação
e a perspectiva do
gênero: limites e
possibilidades a
partir da experiência
do *Habitar en Igualdad*



Casa Nem

Viva

SREVO

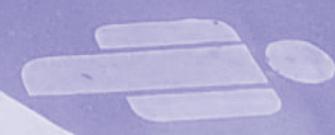


ANTIMANGOS



Aqui voce
usar o b
o qual s

Toilets



Políticas de habitação
e a perspectiva do
gênero: limites e
possibilidades a
partir da experiência

do *Habitar en Igualdad*

de *Habitación en Igualdad*

CAPÍTULO 03

Habitar a partir da diversidade:
limites e possibilidades a partir
do caso-referência *Habitar en
Igualdad* em La Rioja (Argentina)

Habitar a partir da diversidade: limites e possibilidades a partir do caso-referência *Habitar en Igualdad* em La Rioja (Argentina)

Este último capítulo é dedicado ao Bairro de La Rioja, o caso referencial para nosso problema de pesquisa. A partir de entrevistas, leituras de documentos e visitas ao local, vamos tentar refletir numa dupla perspectiva: 1) os passos envolvidos na construção dessa experiência, envolvendo as questões que particularizam o projeto para as casas do bairro; 2) a apropriação por parte dos grupos sociais, os limites e possibilidades desta realização muito particular. Com isso, esperamos contribuir para os estudos em arquitetura e urbanismo focados na construção de um habitar em igualdade em forte correlação com os grupos sociais LGBTQIA+

O interesse pelo caso-referência em La Rioja (Argentina) surgiu a partir de um cenário de ausência de políticas públicas de habitação no Brasil que sejam inclusivas na perspectiva do gênero e da sexualidade. Tais políticas, acreditamos, são potencialmente capazes de garantir o direito à moradia digna para mulheres e população LGBTQIA+, que, como vimos no capítulo anterior, sofrem violências que demandam particularidades. Além disso, as perspectivas de gênero podem contribuir para pensar na elaboração das formas dos lugares (Muxí, 2024). É importante ressaltar que Argentina e Brasil compartilham, além da proximidade geográfica, trajetórias políticas e políticas habitacionais similares: ambos países enfrentaram ditaduras na década de 1970, passaram por processos de reabertura democrática nas décadas de 1980 e 1990, enfrentaram graves crises econômicas e urbanas, com um agravamento exponencial das condições habitacionais devido a uma industrialização acelerada nos centros urbanos, atraindo um grande fluxo de migrantes das zonas rurais.

Mestres (2014) enfatiza que a proximidade e semelhança entre os países resultaram em intercâmbios de experiências e

impactos em programas e políticas públicas de ambos. No âmbito da habitação, o autor destaca que a experiência do Minha Casa, Minha Vida, maior programa público de habitação do Brasil desde a extinção do BNH, inspirou a criação do maior programa público de habitação na Argentina, o Pro.cre.ar. Neste sentido, Brasil e Argentina desenvolveram, além de projetos de habitação social, linhas variadas de financiamento para diferentes grupos sociais. Apesar disso, nosso vizinho sulamericano não tardou em incluir políticas mais diversificadas e setoriais para abranger um maior número de pessoas a serem beneficiadas.

De forma geral, essa questão foi encaminhada a partir do reconhecimento de recortes populacionais específicos - que passaram a ser reconhecidos como grupos prioritários - como grupos invisibilizados pela sociedade e que precisavam da proteção do Estado. Assim, idosos, pessoas com deficiência, famílias de baixa renda e famílias chefiadas por mulheres e mães passaram a ter acesso prioritário às políticas públicas de habitação nestes países. Entretanto, com o passar dos anos e com as primeiras críticas a estas políticas públicas de habitação, novas pautas e novas abordagens começaram a ser gestadas por movimentos sociais e paulatinamente absorvida pelos governos.

Dentre estas novas pautas e abordagens, a perspectiva do gênero e da sexualidade, crescente nos movimentos sociais, coletivos e universidades encontram dificuldade em encontrar espaço relevante no debate das políticas de habitação, sobretudo na América Latina. Apenas em 2019, com a retomada de um governo progressista na Argentina, após anos de uma tentativa frustrada de retomada de estado mínimo que um programa habitacional nacional é lançado focado exclusivamente em mulheres e na população LGBTQIA +.

O programa habitacional argentino *Habitar en Igualdad* passa a ser, então, um ponto paradigmático para a América Latina, por ser o primeiro programa nacional com intuito de fornecer moradias, sem custos, para mulheres e população LGBTQIA +. Ainda em 2019, o programa consegue aderência da Província de La Rioja devido a uma luta de quase 15 anos de um coletivo de mulheres transsexuais, travestis e profissionais do sexo pelo direito à moradia. Discutiremos a seguir a trajetória das políticas

habitacionais da Argentina que levaram a criação do programa habitacional e apresentaremos a experiência do *Habitar en Igualdad* na capital de La Rioja que em Abril de 2024. O intuito é, a partir do caso-referência, refletir sobre a importância da inclusão de mulheres em situação de vulnerabilidade e da população LGBTQIA + em políticas públicas de habitação no contexto da América Latina.

3.1 A trajetória das políticas habitacionais na Argentina entre 2003 e 2024

Nos anos 1990, muitos países da América Latina enfrentaram uma grave crise econômica devido ao endividamento externo e às altas taxas de juros impostas por credores internacionais, como a Europa e os Estados Unidos (Belluzo, 2005). Segundo Colombo e Sartório (2022), as economias latino-americanas foram vistas como descontroladas no cenário neoliberal, com gastos excessivos em políticas estatais desenvolvimentistas e baixa capacidade de honrar compromissos financeiros. Na Argentina, Martins (2019) observa que as reformas neoliberais dessa década minaram a capacidade do Estado de promover políticas de bem-estar social, levando à estagnação de programas voltados para a melhoria da qualidade de vida da população, enquanto o país buscava equilibrar suas contas para satisfazer seus credores, especialmente os Estados Unidos.

Nesse contexto, as políticas habitacionais também sofreram reestruturações, como a descentralização e o enfraquecimento do *Fondo Nacional de la Vivienda* (FONAVI) e a privatização, em 1998, do Banco Hipotecário Nacional, responsável pelos financiamentos imobiliários (Bastos; Macedo, 2016). Embora o FONAVI e os financiamentos do Banco Hipotecário Nacional fossem direcionados majoritariamente à classe média, e não à população de baixa renda, sua desativação e privatização nos anos 1990 levaram ao congelamento da produção de moradias no país (Mestres, 2014). A Argentina, seguindo as diretrizes de seus credores internacionais, limitou-se a garantir que o mercado imobiliário operasse visando lucros, sem intervir no financiamento de novas moradias e regulando o mercado apenas minimamente.

Com a chegada de Nestor Kirchner à presidência em 2003, as políticas públicas passaram por um "ponto de inflexão histórico" (Mestres, 2014, p. 15). O governo Kirchner reconheceu rapidamente os efeitos negativos das políticas de não-intervenção estatal e de Estado mínimo na economia do país, iniciando um processo de retomada desenvolvimentista. Dessa forma, o Estado voltou a ocupar um papel central nas decisões governamentais. A Argentina experimentou uma revitalização nas políticas de bem-estar social, com a criação de novos programas de saúde, um plano econômico renovado e uma reestruturação ministerial. Nesse cenário, as políticas habitacionais também foram retomadas, pois o FONAVI, principal mecanismo de produção e financiamento habitacional, havia sido interrompido pela falta de investimentos e pela crise econômica profunda.

O FONAVI, conforme Mestres (2014), foi criado em 1972, mas começou a ser efetivamente implementado apenas em 1977, com a promulgação da lei federal nº 21.581, durante a ditadura militar argentina. Seu objetivo inicial era a criação de um fundo para financiar a construção de moradias para famílias de baixa renda, além de obras de infraestrutura e urbanização. Segundo Kullock e Murillo (2010), em seus primeiros anos, o FONAVI concentrou-se na construção de grandes conjuntos habitacionais, com a intenção de fortalecer a imagem do novo governo, em linha com outras ditaduras na América Latina (como os conjuntos habitacionais de Pinochet no Chile e do Banco Nacional de Habitação no Brasil). No entanto, esse processo também resultou na expulsão de setores populares de áreas urbanas, como Buenos Aires.

Kullock e Murillo (2010) dividem a atuação do FONAVI em quatro fases principais: a 1ª fase (1976-1983) destacou-se pela produção em larga escala de habitações, utilizando as políticas habitacionais para legitimar o regime ditatorial. A 2ª fase (1983-1989) introduziu a financeirização da moradia com o neoliberalismo, o aumento da demanda habitacional e a crise econômica, além das tentativas do FONAVI de erradicar vilas operárias e regulamentar novos lotes. Na 3ª fase (1989-2003), houve o colapso econômico, o desinvestimento nas políticas sociais e o crescimento da ocupação irregular e dos assentamentos precários. O FONAVI tentou diversificar suas operações, mas o processo de descentralização

estagnou suas ações. Na 4ª fase (2003-2008), com o governo de Nestor Kirchner, a agenda social foi retomada, e o FONAVI relançado pelos programas FONAVI I e II, utilizando recursos do tesouro para finalizar obras inacabadas e construir novas moradias. Ao todo, de acordo com Ibáñez Mestres (2014) com dados coletados do Conselho Nacional de Habitação da Argentina (2013), os planos de reativação do FONAVI conseguiram atender a 29.256 habitações até 2013.

Embora o FONAVI tenha produzido um número significativo de habitações, Barenboim e Elinbau (2017) destacam que a previsão inicial era de aproximadamente 500 mil unidades, mas menos de 25% desse total foi construído. Mestres (2014) aponta que, a partir de 2003, o governo federal implementou sucessivos planos como uma tentativa de responder à crise social enfrentada pelo país após anos de estagnação. Nesse contexto, foi criado o Ministério de Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços, junto com a Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Essa subsecretaria impulsionou os programas FONAVI I e II, oferecendo financiamentos complementares, inicialmente cobrindo 30% do valor do imóvel e, posteriormente, até 50%.

O estudo de Mestres (2014) ainda esclarece que outros programas federais surgiram a partir de 2003, entre eles pode-se citar o Programa Federal de Emergência Habitacional. Esse programa teve como foco o fornecimento de moradia e infraestrutura básica para famílias abaixo da linha da pobreza e em situação de vulnerabilidade. Outro programa que também surgiu durante esse período foi o Programa de Solidariedade Habitacional, de caráter semelhante ao de Emergência Habitacional, embora focado em determinadas áreas do país com maior índice de pobreza e de urgência habitacional. Importante salientar que tanto os planos de reativação do FONAVI, como estes novos planos federais de habitação inovaram ao introduzir a formação profissional e geração de novos postos de trabalho como partes integrantes das novas políticas de habitação. Assim, ao mesmo tempo em que se criaram novas moradias, o governo também incentivou a qualificação dos beneficiários dos programas, oferecendo formação em novos ofícios no ramo de construção, infraestrutura e saneamento, por exemplo. É neste momento, segundo Costa e Lima (2024), que há a inclusão

de mulheres, chefes de lar, grupos invisibilizados e das dissidências sexuais como grupos prioritários de políticas de habitação.

É importante pontuar que o Programa Federal de Emergência Habitacional demandou o envolvimento direto de vários setores do governo federal (Mestres, 2014). Em sua implementação, participaram o Ministério do Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços, o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério de Trabalho, Emprego e Seguridade Social. O Programa de Emergência Habitacional também inovou a incentivar a reunião de chefes e chefas de família em cooperativas de trabalho, com intuito de criar frentes de trabalho ante a dificuldade de geração de empregos estáveis para as camadas mais populares. Esses dois elementos, de acordo com Costa e Lima (2024) – envolvimento interministerial e cooperativas – reaparecem em 2021, quando se cria, por exemplo, o programa *Habitar en Igualdad*, impulsionado por uma associação de mulheres transsexuais, exige do governo o direito à moradia e capacitação profissional. Por fim, até 2013, o Programa Federal de Emergência Habitacional havia concluído 23.885 obras, enquanto o Programa Federal de Solidariedade Habitacional entregou cerca de 22.256 obras.

Bastos e Macedo (2016) também ao identificar as principais políticas habitacionais da Argentina após a eleição de Nestor Kirchner, destacam a criação do Plano Federal de Construção de Habitação (PFCV) e o Programa de Melhoramento de Habitações (*Mejor Vivir*). O PFCV, tinha como foco principal a construção de 120 mil unidades habitacionais, através de subsídios federais não reembolsáveis e destinados aos governos locais que aderissem ao programa. O PFCV alterou a lógica de alocação de recursos, saindo de uma relação de déficit habitacional-pobreza para uma outra relação de déficit habitacional-desemprego, desta forma, passou-se a adotar novos critérios para alocação de recursos habitacionais como nível de desemprego da região e eficiência dos gastos públicos. Conforme Bastos e Macedo (2016) registram, o PFCV se distinguiu das demais políticas do período por incorporar elementos de controle de despesas e austeridade fiscal das políticas neoliberais da década de 1990. Por outro lado, o programa *Mejor Vivir* visava reformar, renovar e ampliar moradias de baixa renda, concentrando-se em famílias que tinham problemas para finalizar

suas construções ou aprimorar suas residências devido à escassa disponibilidade de crédito no mercado. Bastos e Macedo (2016) indicam que, até 2012, os dois programas juntos proporcionaram 900.700 soluções habitacionais, consolidando-se como iniciativas de grande impacto na qualidade de vida da população.

O ano de 2012 é também o momento em que foi instituído o Programa Crédito Argentino do Bicentenário para Habitação Única Familiar (Pro.Cre.Ar.) por meio do decreto presidencial 902/2012. Essa iniciativa foi concebida como uma "política anticíclica para reativar a economia e dar respostas à crise habitacional do país" (Barenboim; Elinbau, 2017, p. 01). O Pro.Cre.Ar. teve como objetivo principal beneficiar as classes média e média/baixa, por meio da criação de um "fundo fiduciário alimentado por recursos do Tesouro Nacional e bens imóveis transferidos ao governo federal, com a finalidade de facilitar o acesso à moradia e promover a geração de empregos" (Mestres, 2014, p.39).

Desta maneira, o Programa Pro.Cre.Ar. foi lançado durante o segundo mandato de Cristina Kirchner, destacando-se entre os programas habitacionais por seu amplo alcance territorial e por sua capacidade de adaptação a diferentes perfis familiares. Conforme descrito por Barenboim e Elinbau (2017), o Pro.Cre.Ar. se desenvolveu inicialmente com duas linhas de crédito: uma para famílias proprietárias de propriedades preexistentes, com intuito de subsidiar ampliação e reforma de moradias, e outra linha para financiar a aquisição de terras e a construção de novas habitações. Com o tempo, o programa expandiu para um total de seis linhas de crédito, cada uma voltada para setores específicos da população e com um rol de requisitos próprios. O Pro.Cre.Ar. contou ainda com a participação de várias instituições nacionais, como o Tesouro Nacional, a Administração Nacional de Bens do Estado (ABE), a Administração Nacional de Seguridade Social (ANSES) e o Banco Nacional Hipotecário, o que permitiu desenvolver garantias e mecanismos de investimento capazes de ampliar o atendimento às necessidades habitacionais, alcançando um público mais vasto na Argentina.

Barenboim e Elinbau (2017) destacam que essa participação diversificada conferiu ao programa uma gestão descentralizada, com flexibilidade para adaptar-se às demandas. No entanto, para

Mestres (2014), o Pro.Cre.Ar. não conseguiu atingir efetivamente a população de baixa renda, já que o crédito disponível não era suficiente para cobrir os custos totais das habitações, obrigando os beneficiários a arcarem com o valor remanescente para aquisição de terrenos, reformas ou novas construções. Já em 2015, as políticas habitacionais do país passaram por mais uma mudança significativa com a eleição de Mauricio Macri à presidência. A eleição de Macri representa uma ruptura com as políticas dos governos kirchneristas, de investimento do Estado no mercado e em políticas de bem-estar social.

Segundo Arias e Bertolo (2022), o governo Macri buscou alterar a distribuição de poder na sociedade argentina, rompendo com as políticas públicas anteriores, no entanto, essa transição ocorreu em um contexto de ascensão do neoliberalismo tardio (Favale (2021). Assim, sob a nova administração pública, foi introduzido um sistema de regulação dos beneficiários nos programas habitacionais baseado no número de *Salarios Mínimos Vitales y Móviles* (SMVyM). Isso importa dizer, que a partir deste momento, aqueles com renda superior a quatro SMVyM tinham acesso a créditos hipotecários oferecidos por bancos públicos e privados. Para grupos com rendas entre dois e quatro SMVyM, foi adotado um sistema de financiamento misto, enquanto os que recebiam menos de dois SMVyM passaram a contar com medidas como provisão habitacional direta, microcréditos e melhorias urbanas.

Apesar de o Pro.Cre.Ar. não ter sido extinto, ele foi reformulado, com um sistema de financiamento e transferido para bancos públicos e privados, o programa também passou a contar com critérios mais rigorosos para seleção de beneficiários. Paralelamente, o governo Macri lançou o *Plan Nacional de Vivienda* (PNV), com três eixos: promoção de habitação social, acesso a financiamentos para aquisição de casa própria e ações para reduzir o déficit habitacional, com parcerias entre o setor público e privado. No entanto, Favale (2021) aponta que, a partir de 2018, ficou evidente que as políticas habitacionais de Macri não atingiram seus objetivos e com a crise cambial instaurada naquele mesmo ano, agravou-se a situação econômica do país, forçando o Estado a atender as populações mais vulneráveis. Nesse contexto, o governo Macri lançou o *Sistema de Gestión de Beneficiarios* (SIGEBE) para mapear os grupos mais

necessitados, além da aprovação da Lei Nacional 27.453, conhecida como *Ley de Urbanización de Villas*, destinada a regularizar imóveis em bairros populares. Apesar disto, o objetivo principal do governo Macri continuou a ser reduzir os custos do Estado e aumentar os lucros empresariais, levando seu governo a uma incapacidade de responder à crise e em um aumento exponencial da deterioração das condições de vida dos grupos mais vulneráveis.



Figura 19: Protestos do Movimento Sem Terra em virtude da crise habitacional no país durante o governo Macri. Fonte: Pisarenko, 2019.

Taranto (2019) destacou a deterioração das condições habitacionais durante a administração Macri, indicando que, em 2019, um terço das famílias argentinas sofria com déficit habitacional, necessitando de 1,5 milhão de novas residências e 2,5 milhões em condições insalubres. Apesar do legado dos governos kirchneristas, que entregaram 1.150.083 soluções habitacionais, incluindo novas construções, reformas e financiamentos do Pro.Cre.Ar., o governo Macri reduziu o orçamento habitacional em 44,3% e esvaziou programas como o FONAVI. Além disso, os dados de 2019 e 2020 indicam que os investimentos em infraestrutura e saneamento foram gravemente afetados pela inflação. A inadimplência dos aluguéis e financiamentos hipotecários aumentou, beneficiando principalmente os bancos, sem resolver a crise habitacional. Barreto (2022) afirma que a gestão seguinte, de Alberto Fernández, teve que implementar uma reforma para retomar os rumos dos doze anos anteriores de governos kirchneristas, enfrentando desafios como dificuldades financeiras, governos de direita e extrema direita, desvalorização dos commodities nacionais, a crise sanitária da COVID-19 e a desestabilização do mercado internacional devido

ao conflito entre Rússia e Ucrânia. Nesse cenário, as políticas habitacionais entraram em uma nova fase. Barreto (2022) destaca como pontos-chave do atual governo a hierarquização institucional e a diversidade de enfoques e atores. A criação do *Ministerio del Hábitat y Vivienda*, uma das primeiras medidas do governo, sinalizou o compromisso com o enfrentamento das questões habitacionais.

O decreto 7/2019, que criou o Ministério, foi um marco importante nas lutas pelo direito à moradia na Argentina, pois ampliou a participação dos setores populares na organização de suas próprias habitações e defendeu a integração sócio urbana de bairros populares. Além disso, introduziu instrumentos para a regularização fundiária e o planejamento urbano. O decreto reconhece explicitamente a moradia como um direito social, que deve ser garantido por meio de diversas políticas nacionais e programas adaptados à diversidade de lugares e indivíduos. Barreto (2022) ressalta que o decreto também atribuiu ao *Ministerio del Desarrollo Territorial y Hábitat* a responsabilidade de promover moradia digna para a população argentina.

Apesar dos avanços do governo Fernández, no ano de 2023, a política argentina passa por um novo momento disruptivo com a eleição conturbada do ultradireitista Javier Milei à presidência do país. Importante salientar que, a exemplo de outros candidatos com Donald Trump, Jair Bolsonaro e Boris Johnson, Javier Milei venceu a disputa eleitoral com uma campanha baseada em um discurso de extrema direita, marcado por uma retórica violenta e posicionamentos contrários às minorias e aos direitos humanos. Chamando atenção por sua postura radical e violenta, Milei se posicionou contra o aborto, contra educação sexual e defendeu ainda a eliminação de políticas públicas voltadas a grupos vulneráveis e atacou abertamente movimentos feministas e LGBTQIA+. Sua retórica polarizadora e populista, associada a propostas como a dolarização da economia e o desmantelamento de instituições democráticas, galvanizou eleitores descontentes com a crise econômica e o aumento da insegurança no país.

Em seu primeiro decreto presidencial em 10 de dezembro de 2023, Milei extinguiu metade dos ministérios do país em um claro gesto de quais seriam as pautas de interesse do seu governo. Sendo assim, foram extintos importantes ministérios como: do Meio

Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, Ciência, Tecnologia e Informação, Cultura, Desenvolvimento Territorial e Habitacional, Mulher, Gênero e Diversidade, Obras Públicas, Transporte, Turismo e Esporte Assim, com a maioria das pastas do governo dedicadas a promover políticas de bem-estar social e de dar salvaguarda a grupos sociais vulneráveis e marginalizados desestabilizados, o governo Milei também lança um plano federal intitulado Decreto de Necessidade de Urgência (DNU) – mas apelidado pelo próprio presidente de *Plan Motosserra* - um mega pacote de medidas com reformas cujo intuito era restringir os investimentos sociais do Estado, além de privatizar empresas estatais, flexibilizar leis trabalhistas e fortalecer as forças de mercado - o que acaba culminando, no início de 2024 em uma série de protestos e em uma greve geral no país. Apesar da investida agressiva de Milei, o DNU não obtém sucesso dentro do poder legislativo da Argentina e as reformas são congeladas.

Figura 20: Convocação para greve geral em resposta ao Plano Motosserra do governo Milei na Cidade de Buenos Aires. Fonte: Pabst, 2024.



Talvi e Harguindeguy (2024) pontuam que a estratégia agressiva de desvalorização da moeda argentina e de redução de gastos com investimentos públicos não tem sido suficiente para livrar a Argentina da grave crise econômica. Assim, a desregulamentação de preços e a desvalorização do peso a níveis nunca vistos, resultou em um choque inflacionário significativo, com o índice saltando para níveis anuais de 276% no início de 2024. Essas reformas também incluíram a eliminação de subsídios a serviços públicos, o que elevou drasticamente os preços de habitação, saúde e transporte, causando pressão e precarizando as condições de vida da população argentina, sobretudo de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social.

Ao final de 2024 e já quase um ano de governo Milei, a maioria dos programas de habitação ainda estão em processo de transição e carecem de informações ao público geral – o que também pode ser entendido como um processo continuado de desmonte e desinvestimento em políticas públicas sociais. O ministério responsável por concentrar os programas habitacionais que sobreviveram aos cortes do governo federal, de acordo com a portaria que reestruturou os ministérios, é o Ministério da Economia, que possui a sub-pasta *Secretaría de Desarrollo Territorial, Hábitat y Vivienda* e que mantém o programa FONAVI, *Casa Propria*, *Pro.cre.ar II*, *Programa Reconstruir* e *Plan Nacional de Suelo Urbano*. Programas menores e de ação mais diversificada e/ou emergencial são extintos assim como os seus subprogramas.

3.2 O caso-referência: programa *Habitar en Igualdad* e o primeiro bairro para mulheres e população LGBTQIA+ em La Rioja (Argentina)

Durante a gestão de Alberto Fernández entre 2019 e 2023, o *Ministerio del Desarrollo Territorial y Hábitat* e o *Ministerio de las Mujeres, Géneros y Diversidad* criaram, através de uma parceria interministerial em 2021, o Programa *Habitar en Igualdad*. A Resolução Conjunta nº 04/2021, que criou o programa, estabeleceu que o intuito principal do programa era o impulsionamento de políticas habitacionais e de desenvolvimento urbano a partir de uma perspectiva de gênero, dirigida especificamente para

mulheres e para comunidade LGBTQIA +. De acordo com as suas diretrizes gerais, o programa também tinha como objetivo gerar linhas de ação que permitissem a inclusão, participação e formação de mulheres e população LGBTQIA+ nos processos vinculados ao acesso de construção de moradias, assim como a formação de ofícios associados e à geração de um espaço urbano mais inclusivo (Argentina, 2021).

As diretrizes gerais, ainda determinaram como objetos específicos do programa: a) impulsionar as perspectivas de gênero e diversidade nas políticas públicas de acesso à moradia digna e nas políticas de planejamento, desenvolvimento e construção de equipamentos urbanos e rurais, b) promover a participação de mulheres e da população LGBTQIA+ nos processos de desenho, planejamento, desenvolvimento e supervisão/monitoramento das políticas públicas de acesso à moradia digna, de produção de solo e desenvolvimento urbano, c) fomentar a igualdade para mulheres e população LGBTQIA+ tanto no acesso quanto aos melhorias das habitações, assim como ao desenho e uso do espaço público, d) elaborar de forma conjunta entre os ministérios, critérios de priorização para atribuição de moradias que contemplem em particular as necessidades de pessoas em situação de violência por motivos de gênero.

Importante destacar que o *Habitar en Igualdad*, surgiu a partir de um cenário de implementação de diversos programas com enfoque em mulheres e população LGBTQIA +. Manias (2023) atribui esses avanços a promulgação da Lei de Identidade de Gênero³⁴ (Lei nº 26.743) em 2012 como um marco para as mudanças nas legislações e nas políticas públicas. Assim, a Argentina passou a implementar uma cultura mais inclusiva dentro do seu aparelho burocrático, implementando mudanças desde os formulários oficiais do Estado, que incluem novos campos de gênero além do binário homem/mulher, assim como capacitação compulsória de funcionários públicos em matéria de gênero e diversidades (Lei nº 27.499 de 2019), bem como a possibilidade de interrupção voluntária

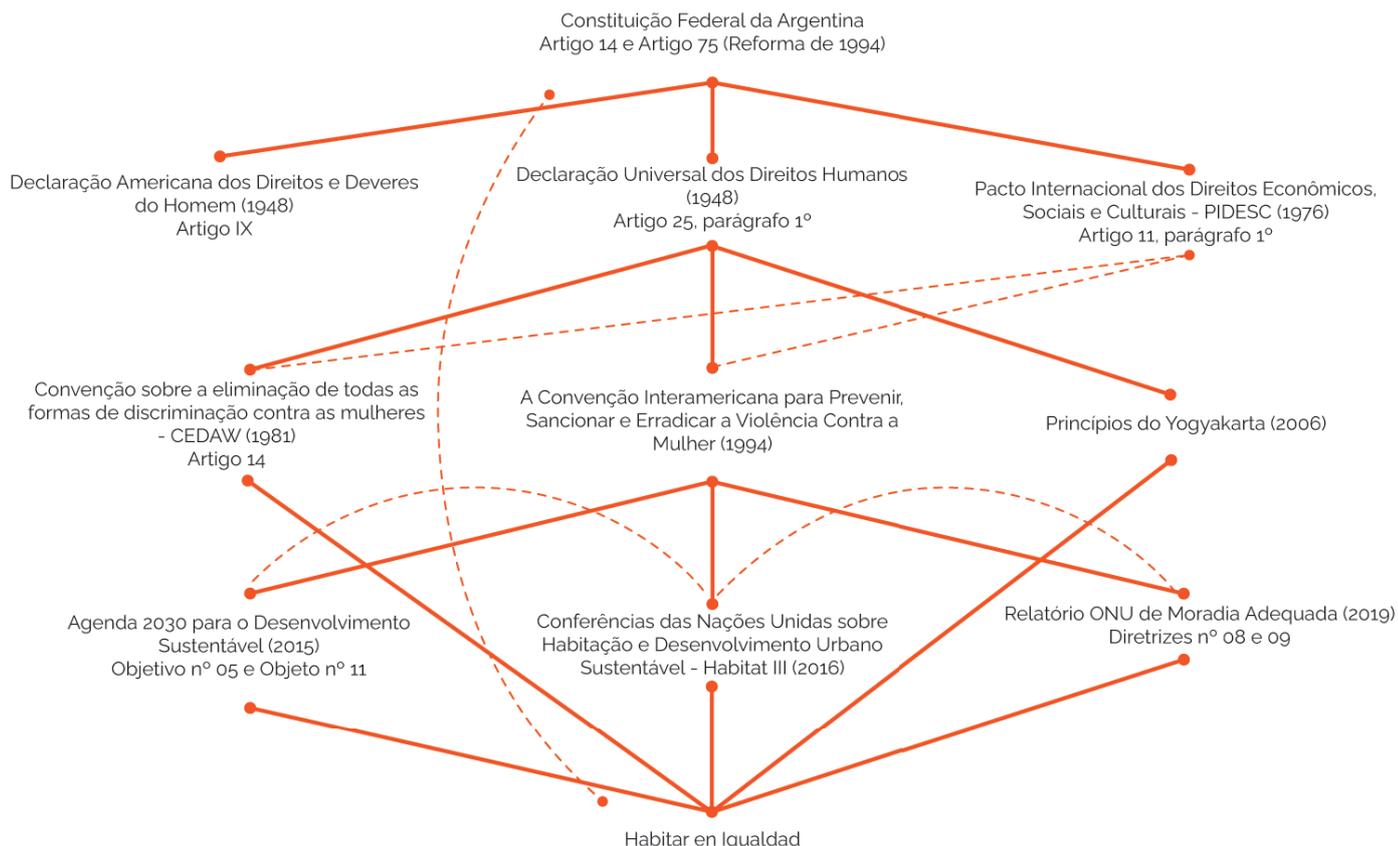
34 Também conhecida com *Ley de Identidad de Género*, declara a diversidade sexual e de gênero como direito individual. Também garante o livre desenvolvimento da pessoa conforme sua identidade gênero. O texto da lei é utilizado como um dos argumentos para criação do *Programa Habitar en Igualdad*. A lei está disponível em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/ley-26.743-identidad-de-genero_0.pdf.

de gestação para mulheres e outras pessoas com capacidade de gestar.

Não obstante a promulgação da lei nº 26.743 em 2012, é preciso destacar que desde 1994 a Argentina, através de sua Reforma Constitucional, já havia sido signatária de diversos atos e normas internacionais firmados em acordo e pactos que adentraram o ordenamento jurídico do país com normas de natureza consuetudinária³⁵. Além da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) de 1976, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW) de 1981 e a Convenção Interamericana para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra a Mulher de 1994 passam a produzir efeitos jurídicos imediatamente no país sulamericano. Ao longo das demais décadas outros documentos internacionais passam a fazer parte da fundamentação de políticas do governo Fernández, entre eles, pode-se destacar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável de 2015, a Conferência das Nações Unidas sobre a Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (*Hábitat III*) de 2016, os Princípios de Yogyakarta de 2016³⁶ e o Relatório ONU de Moradia Adequada de 2019 uma vez que foram instrumentos utilizados pelo *Ministerio de Mujeres, Géneros y Diversidad* e do *Desarrollo Territorial y Hábitat* como justificativa para construção do *Habitar en Igualdad*.

35 De acordo com o jurista brasileiro Miguel Reale (2002), normas de direito consuetudinário são normas vigentes em uma dada realidade jurídica e social que tem como natureza expressão do poder social, inerente à vida coletiva e revelada através de sucessivas e constantes formas de comportamento.

36 Os Princípios de Yogyakarta é um documento que foi produzido em 2016 após uma reunião com vários grupos defensores de direitos humanos na cidade de Yogyakarta, na Indonésia. O documento trata de um grande tratado sobre normas de direito humanos e sua relação com identidade de gênero e orientação sexual.



Com a criação do *Habitar en Igualdad*, outros programas também são criados a partir do enfoque das questões de gênero e da sexualidade. Podemos citar como exemplos o *Programa Igualar* (Argentina, 2020), *Programa Producir* (Argentina, 2021), que estabeleceram diretrizes para igualdade de gêneros e de diversidade de gênero e sexualidade nos ambientes de trabalho e também atuaram no desenvolvimento de políticas de independência econômica para mulheres e LGBTQIAs em situação de violência. Por outro lado, o *Programa Casa Propria* (Argentina, 2022) criado em 2022, complementando o *Habitar en Igualdad*, lançou mais programa de habitação a partir do enfoque do gênero e da sexualidade. A diferença é que enquanto o *Habitar en Igualdad* prevê a construção de novas unidades habitacionais, com o auxílio dos próprios beneficiários (a exemplo do sistema de cooperativas de ajuda mútua do Uruguai) com a posterior transferência da titularidade das casas para os beneficiários, o *Casa Propria* estabeleceu sistema de cotas preferenciais no financiamento de novas habitações para mulheres que são vítimas de violência de gênero (3%), mulheres chefes de família (20%) e diversidades (3%), completando um cenário progressista em termos de políticas públicas dedicados às mulheres e população LGBTQIA+.

Figura 21: Diagrama das normas, acordos e pactos internacionais os quais a Argentina é signatária e que influenciaram a construção do programa *Habitar en Igualdad*. Fonte: O autor, 2024.

Ainda sobre programa *Habitar en Igualdad*, importante destacar que este também esteve relacionado a outros programas de desenvolvimento urbano como o *Plan Nacional de Partes Interesadas* – PPPI (Argentina, 2023) e ao *Proyecto de Habitación y Suelo Urbano* – PHAYS (Argentina, 2023), o primeiro desenvolvido pelo *Ministerio del Ambiente y Desarrollo Sostenible* e o segundo pelo *Ministerio del Desarrollo Territorial*, ambos perseguindo objetivos do quadro ambiental e social do Banco Mundial (BIRD), o qual, segundo sua própria definição, pretende “estabelecer objetivos para erradicação de pobreza extrema entre os seus países membros” (BIRD, 2017).

Entre os subprogramas do PPPI e do PHAYS vigentes neste período, é preciso mencionar o *Programa de Mejoramiento de Barrios* (PROMEBA) e seus projetos: *Proyectos de Fortalecimiento del Capital Social y Humano* – PFCSyH (Argentina, 2023) e os *Proyectos de Iniciativas Comunitarias* – PIC (Argentina, 2023), que foram responsáveis, em um primeiro momento, juntamente com o FONAVI, por subsidiar o *Habitar en Igualdad*. O PROMEBA, o PFCSyH e o PIC além de ajudarem no financiamento do *Habitar en Igualdad*, também estabeleceram a contratação de equipes de campo interdisciplinares, formação de oficinas participativas, assistência técnica, capacitações e comunicação comunitária para o fortalecimento da participação de mulheres e da população LGBTQIA+ para obras de baixa complexidade e para processos de produção de desenhos participativos que levem em consideração interesses específicos deste grupo populacional.

O percurso previsto para a execução do *Habitar en Igualdad*, apesar de todos os informes analisados e todos os contatos realizados com diversas fontes - como ministérios do governo federal, ministérios provinciais, prefeituras de cidades, deputados, gestores de secretarias de habitação locais, universidades e coletivos feministas - durante o período de 2023 e 2024³⁷, não fica

37 Durante os anos de 2023 e 2024 entramos em contato com os seguintes Ministerios Nacionales: *Desarrollo Territorial y Hábitat*, *Mujeres, Género y Diversidad*. Tentamos entrar em contato através de e-mails, mensagens em facebook, linkedin e instagram com secretarias locais dos municipios de Resistencia (Provincia de Chaco), Puerto Madryn (Provincia de Chubut), Santa Rosa (Provincia de La Pampa) e Bariloche (Provincia de Río Negro), contudo, sem resultado. Também entramos em contato com o Ministerio de Viviendas da Provincia de La Rioja que não nos respondeu e também entramos em contato com a Fundación Vamos a Andar, que

claro. As diretrizes gerais do programa afirmam que sua estrutura e forma de execução ficarão a cargo de uma regulamentação posterior dos Ministérios que o criaram, contudo, não foi criada nenhuma normativa complementar para a resolução interministerial operacionalizar o programa. As informações encontradas através de e-mails, mensagens em facebook, instagram, e em busca nos portais oficiais dos ministérios apontam que a articulação inicial do *Habitar en Igualdad* estava a cargo da Subsecretaria de *Abordaje y Gestión Territorial del Ministerio de Desarrollo Territorial y Hábitat de la Nación*, Maria Higonet. Esta, por sua vez, esteve em um primeiro momento, reunindo informações junto com as províncias da Argentina para entender a demanda e a abrangência do programa. Em 2021, durante um curso de formação de gestores públicos da *Escuela de Formación Política Néstor Kirchner*, Maria Higonet (2021) esclareceu mais informações sobre os fundamentos para criação do *Habitar en Igualdad* e de outro programa habitacional intitulado *Casa Activa*³⁸:

O habitat é um conceito muito mais amplo do que de moradia, uma vez que o habitat é um campo organizacional que nos permite pensar também um processo de desenvolvimento urbanístico. Logicamente, dentro do conceito de habitat, o eixo central é a habitação, pois não há dúvidas que a construção de moradias é uma ferramenta para reduzir desigualdades sociais. Neste sentido, também temos consciência de que políticas de habitação também são capazes de movimentar a economia, produzir postos de trabalho, incentivar empresas e o mercado nacional, contudo, nossa preocupação é reverter processos históricos e estruturais de desigualdades sociais. Assim, temos investido em uma série de políticas setoriais, com intuito de atender a diferentes demandas de habitação, uma vez que o déficit habitacional na Argentina é de cerca de 4 milhões. Por isso, somos pioneiros com esta política histórica na região e, ousado dizer, no mundo. Porque sim, há outras experiências com projetos integrados para adultos ao redor mundo, mas são financiados

nos respondeu e que mantivemos contato ao longo de toda a pesquisa através de umas coordenadoras de ações e filha da deputada Hilda Aguirre, a senhora Luciana Aguirre.

38 Semelhante em estrutura e funcionamento ao *Habitar en Igualdad*, o *Casa Activa* tinha como público-alvo pessoas com mais de 60 anos que não tinha imóvel próprio.

por capital privado. No nosso caso, é o governo que se propõe a financiar a verba junto a todas as províncias, sendo um projeto de habitação totalmente financiado pelo Estado Nacional (Higonet, 2021, tradução nossa).

Já sobre a expectativa do programa, a Subsecretária esclareceu que:

Estamos propondo a construção de habitações que permitam o acolhimento, a livre e segura circulação de todas as pessoas que ali habitarão. Mas todas estas habitações também contaram com a existência de espaços comuns entre si, como bibliotecas, lojas, salões comuns, para que permita a vida em comunidade e o crescimento ativo de crianças e envelhecimento ativo dos moradores. Uma vez que enxergamos essas habitações também como um processo de desenvolvimento humano, colaborativo e que deva atender a várias etapas da vida e que permita para as pessoas beneficiadas vivam suas vidas como as sonharam, como as desejam, para que não pensem que com o avanço da terceira idade que precisam ficar sozinhos, sem família, sem moradia própria, sem ninguém para compartilhar a vida com outros indivíduos da mesma idade. O intuito é que sejam financiados 100 projetos como este pelo país, pelo menos 02 por província e alguns entre municípios. Para isto, precisamos defender a nossa proposta e ter orgulho da mesma, porque sim, há outros países como Finlândia, Holanda, mas com iniciativas privadas ou com projetos que as pessoas não são titulares de suas propriedades. Disponibilizaremos protótipos habitacionais variados, e ficará a encargo de cada província escolher e adaptar de acordo com a sua realidade e com suas variedades tipológicas e disponibilidade de materiais. O único que pedimos é que respeitem as dimensões que determinamos, pois, nosso intuito é prover habitação ao maior número de pessoas possível (Higonet, 2021, tradução nossa).

As informações de Higonet (2021) e a página oficial de lançamento do *Habitar en Igualdad*³⁹ pelo governo argentino (Argentina, 2021), corroboram para um entendimento inicial que

39 As informações da página, apesar de alteradas pelo novo governo, ainda podem ser acessadas através do <https://www.argentina.gob.ar/habitat/casapropia/convenios-con-organismos/habitar-en-igualdad>

o programa teria um financiamento diversificado, com uma parte principal a ser custeada pelo FONAVI e outra parte de vários programas habitacionais setoriais como o PROMEBA, PFCSyH, PIC e até mesmo o *Casa Propria*. Pelo que se depreende também da análise destas fontes, o *Habitar en Igualdad* teria a possibilidade de financiar também outras iniciativas locais que tratam a questão habitacional a partir do viés do gênero, como cooperativas de trabalho, formação profissional e projetos de reforma de habitações. Contudo, através de uma entrevista de 12 de Julho de 2021, onde participam Higonet e o titular do Instituto Provincial de la Vivienda (IPAV) da Província de La Pampa, Jorge Lezcano, fica claro que as províncias estavam resistentes com a aplicação do programa por carecer de um marco legal nacional e de uma regulamentação mais específica que estabelecessem o papel das entidades envolvidas.

LEZCANO SE REUNIÓ CON HIGONET POR EL PROGRAMA “HABITAR EN IGUALDAD”

12 julio, 2021

Compartir esta noticia:



Durante el encuentro, Lezcano, dijo que «es necesario contar con un marco legal nacional que permita tomar decisiones con certeza, evidentemente todas las provincias queremos avanzar en este Programa pero tenemos que tener el marco legal nacional que le dé la fortaleza necesaria para seguir adelante», reiteró.

“Hablamos de mujeres y diversidades en donde tenemos la visión desde las provincias de trabajar, pero necesitamos la certeza y la legalidad que nos permita buscar un horizonte. Es un debate fuerte y conceptual aunque sin ese marco estaríamos poniendo en riesgo alguna decisión que podríamos tomar con cosas justas. Podemos tomar la decisión, pero tenemos que tener la seguridad de que estamos haciendo lo correcto desde lo legal”, remarcó.

Agregó que “esperemos generar ese ámbito desde las experiencias de algunas provincias y desde el trabajo interministerial para poder darle la forma”.

Figura 22: Chamada da reportagem do *Plan B Noticias* sobre a reunião entre Maria Higonet e a Província de La Pampa. Fonte: <https://www.planbnoticias.com.ar/index.php/2021/07/12/lezcano-se-reunio-con-higonet-por-el-programa-habitar-en-igualdad/>

Figura 23: Fala de Jorge Lezcano, representando a Província de La Pampa. Fonte: <https://www.planbnoticias.com.ar/index.php/2021/07/12/lezcano-se-reunio-con-higonet-por-el-programa-habitar-en-igualdad/>

Apesar da carência de uma regulamentação específica, ainda no ano de 2021, a capital da Província⁴⁰ de La Rioja acaba aderindo à proposta do programa *Habitar en Igualdad*. As conversas iniciais sobre a operacionalização do programa em La Rioja ocorreram através da deputada nacional Hilda Aguirre, representante eleita pela Província de La Rioja, por intermédio também de sua fundação privada conhecida como *Fundación Vamos a Andar*⁴¹ (FUNDAVA) e da parceria com um coletivo riojano de mulheres transsexuais, travestis e trabalhadoras do sexo intitulado de *Chicas Trans Autoconvocadas*⁴². Em uma conversa realizada com a deputada na Câmara dos Deputados Nacionais em janeiro de 2024, Hilda Aguirre esclareceu que seu contato com o *Chicas Trans Autoconvocadas* se dá a partir da amizade com a representante do coletivo, Solange Luna, mulher transsexual e trabalhadora do sexo.

De acordo com Aguirre, foi justamente a proximidade com Solange Luna que a permitiu conhecer de perto a luta da comunidade LGBTQIA +. A deputada esclarece que seu histórico inicial político esteve mais próximo das pautas de defesa da educação, das crianças, mulheres e idosos e que possuía um ponto de vista pessoal mais conservador e católico votando, inclusive,

40 A Argentina é uma República Federativa caracterizada por um governo representativo, esse governo federal atua conjuntamente com 23 províncias autônomas mais a capital (Ciudad Autónoma de Buenos Aires) que possuem constituições próprias. La Rioja é uma província localizada na porção norte-ocidental do país, possui ao todo 343 mil habitantes, sua economia é baseada na agroindústria pecuária, mineração e turismo e, segundo o Boletim de Pobreza do país, está entre as 04 províncias mais pobres do país. Cerca de 52% dos trabalhos formais da província são oriundos do funcionalismo público e sua cultura é marcada por forte presença do cristianismo e do conservadorismo de costumes apesar de, nos últimos 20 anos, ser uma província governada por partidos peronistas aliados ao espectro da esquerda progressista do país.

41 A FUNDAVA foi criada em 2008 pela deputada Hilda Aguirre (conhecida também como La Beba), inicialmente em uma pequena casa com ajuda de três funcionários e com foco inicial de prover cuidados para crianças da periferia riojana. Contudo, ao passar dos anos a FUNDAVA se estabeleceu como um importante centro de acolhimento, cuidados, de formação e capacitação, com enfoque na infância, na terceira idade e nas questões de gênero (mulheres e população LGBTQIA +). Na FUNDAVA há uma equipe multidisciplinar constituída de psicólogos, assistentes sociais, advogados, médicos, pedagogos e professores reunidos para atender à população de baixa renda da capital riojana.

42 A denominação "*autoconvocadas*" utilizada pelo coletivo "*Chicas Trans Autoconvocadas*", é inspirada no ativismo do movimento feminista argentino que, ao propor encontros, mutirões, manifestações, permitem que as próprias mulheres proponham pautas, diretrizes, ações e atividades. O movimento "Ni Una a Menos", os Encontros Feministas da América Latina e do Caribe, são exemplos de movimentos de feministas autoconvocadas. A líder do coletivo é a ativista Solange Luna, amiga pessoal de Hilda Aguirre e que também trabalha na FUNDAVA como coordenadora de Gênero e Equidade.

contra o casamento igualitário de pessoas LGBTQIA+ no congresso argentino em 2010. Entretanto, segundo a deputada, ver de perto a luta pela sobrevivência, a luta pelo direito a existir e resistência das *compañeras autoconvocadas de lucha* – como ela se refere às travestis e mulheres transsexuais do coletivo *Chicas Trans Autoconvocadas* – ampliou o seu espectro de convicções pessoais e de atuação política e a fez rever o seu posicionamento como mulher feminista. Para a deputada, depois de se aproximar de Solange e de suas companheiras, não seria mais possível falar em luta feminista se não houvesse inclusão de todas as mulheres e da população LGBTQIA+, mais especificamente dos sujeitos dissidentes das normas de gênero e de sexualidade.

Hilda Aguirre afirma que a sua proximidade com a pauta LGBTQIA+ começou em 2012 e que naquele ano, graças à Lei Provincial de Emergência Social da Província de La Rioja, a deputada conseguiu auxiliar o coletivo para receber terras para construção de moradias. As terras, inicialmente conquistadas, se localizavam na periferia da cidade, em uma parte pouco desenvolvida e conectada com a cidade através de uma rodovia. Apesar de terem conquistado as terras, as beneficiárias não lograram êxito em iniciar a construção de moradias por conta do agravamento da situação econômica de todo país. Em 2020, um Plano de desenvolvimento urbano da Província de La Rioja (*Plan Angelelli*) permitiu que um terreno melhor, mais próximo do centro da cidade e conectado a áreas urbanizadas e consolidadas fosse escolhido para o coletivo. A mudança do terreno, segundo a deputada, ocorreu após a visita do ex-ministro do *Desarrollo Territorial y Hábitat* da Argentina, Jorge Ferraresi, que sugeriu à deputada e ao governador de La Rioja que procurassem outra localidade para a construção de um bairro para mulheres vítimas de violência doméstica e população LGBTQIA+.

A proximidade de Hilda Aguirre com Jorge Ferraresi e com Maria Higonet foi o fator primordial para a criação do *Habitar en Igualdad*. A deputada revelou em uma conversa em janeiro de 2024 que foi a partir dessa luta pelo direito à moradia do coletivo *Chicas Trans Autoconvocadas* que abordou Jorge Ferraresi e Maria Higonet. Após um ano de conversas, decidiram criar o programa e utilizar o cenário de La Rioja como primeira experiência que serviria para ajustar o programa e criar um regulamento mais específico

que serviria de modelo para as demais províncias, a expectativa, segundo Hilda Aguirre, era a criação de 100 projetos semelhantes ao longo de todo país.

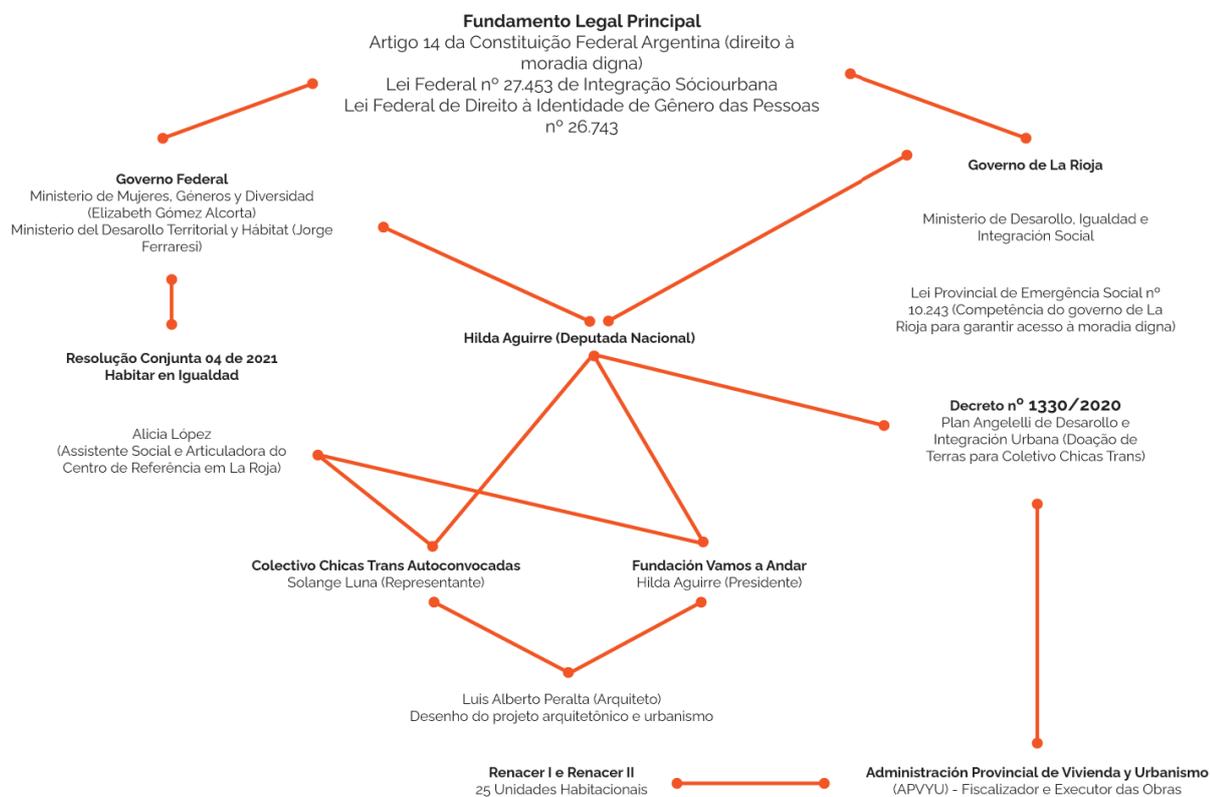


Figura 24: Diagrama do resumo da operação do programa *Habitar en Igualdad*. Fonte: O autor, 2024.

Para que as obras de construção de 25 unidades habitacionais em La Rioja acontecessem foi preciso a mobilização de cerca de 07 atores sociais e políticos distintos nas três esferas da República Federativa da Argentina (desde a nível nacional a nível municipal). Assim, o principal financiador das obras, segundo Hilda Aguirre foi o *Fondo Nacional de La Vivienda* (FONAVI), fundo constituído a partir de contribuições do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e também por investimento de empresas particulares, colateralmente, outros entes federais também estavam previstos para participar e investir no programa como o *Plan Nacional de Partes Interesadas* (PPI), *Proyecto de Habitación y Suelo Urbano*, *Programa de Mejoramiento de Barrios* (PROMEBA), *Proyectos de Fortalecimiento del Capital Social y Humano* (PFCSyH), *Proyectos de Iniciativas Comunitarias* – PICc contudo, os investimentos não foram concretizados. A informação coletada com Hilda Aguirre e confirmada com a gestão do FUNDAVA é que o investimento para a construção das moradias, do paisagismo, equipamentos de uso comum, assim como verba para oficinas participativas, escuta da comunidade, contratação do arquiteto e do projeto arquitetônico,

vieram diretamente do FONAVI para a FUNDAVA e a fundação que ficou responsável por distribuir os recursos e operacionalizar o projeto. De forma paralela, foi firmada uma parceria entre a FUNDAVA e o Governo de La Rioja. Essa parceria viabilizou a disponibilidade de equipe de engenheiros, técnicos de saneamento da *Administración Provincial de Vivienda* para construir e acompanhar as obras e também permitiu a participação do Centro de Referência em Assistência Social para conduzir processos de escuta e oficinas participativas e inscrição do público beneficiário em programas de assistência social.

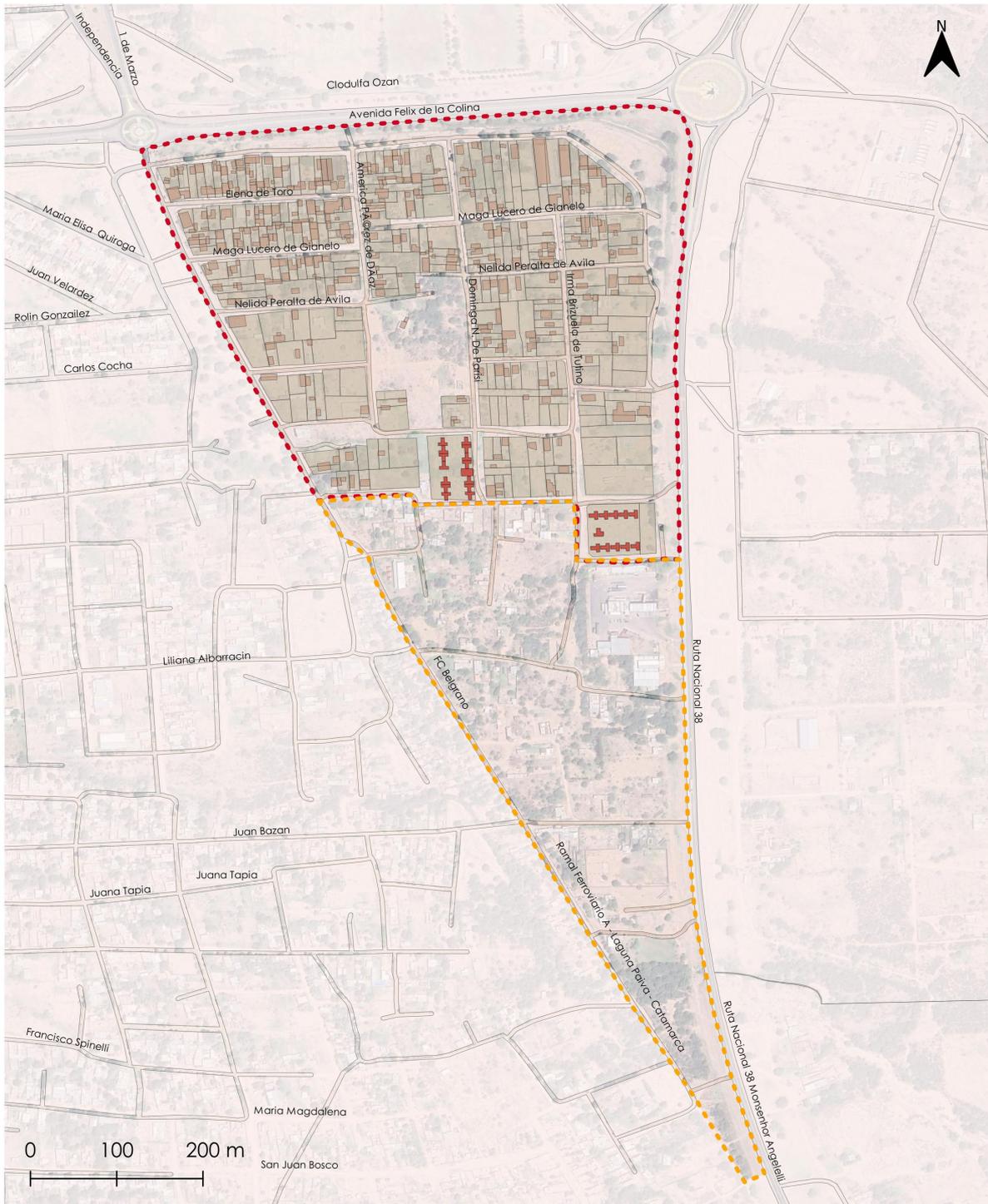
Quadro 3: Levantamento dos atores envolvidos na construção e operacionalização do *Habitar en Igualdad*.
Fonte: O autor, 2024.

Atores envolvidos	Instrumentos aplicados	Previsão normativa	Alcance	Papel atribuído	Êxito?
Ministerio del Desarrollo Territorial y Hábitat	Fondo Nacional de la Vivienda (FONAVI)	Lei Nacional nº 24.464/1995	Nacional	Subsídio	Sim
Subsecretaria de Abordaje y Gestión Territorial del Ministerio de Desarrollo Territorial y Hábitat de la Nación (Maria Higonet)	Fondo Nacional de la Vivienda (FONAVI)	Lei Nacional nº 24.464/1995	Nacional	Articulação e estruturação do programa junto das províncias e dos municípios	Não
Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible	Plan Nacional de Partes Interesadas (PPI)	Lei Nacional nº 24.464/1995, Lei de Ordenamento Territorial, Plano Nacional de Solo Urbano	Nacional	Auxílio com equipe multidisciplinar e assistência técnica	Não
Ministerio del Desarrollo Territorial y Hábitat	Proyecto de Habitación y Suelo Urbano	Lei Nacional nº 24.464/1995, Lei de Ordenamento Territorial, Plano Nacional de Solo Urbano	Nacional	Equipe Multidisciplinar Assistência Técnica	Não
Ministerio del Desarrollo Territorial y Hábitat e Banco Mundial (BIRD)	Programa de Mejoramiento de Barrios (PROMEBA)	Lei Nacional nº 24.464/1995, Lei de Ordenamento Territorial, Convênio com Banco Mundial	Nacional	Subsídio, e auxílio com equipe multidisciplinar e assistência técnica	Não

Ministerio del Desarrollo Territorial y Hábitat e Banco Mundial (BIRD)	Proyectos de Fortalecimiento del Capital Social y Humano – PFCSyH	Convênio com Banco Mundial	Nacional	Subsídio, e auxílio com equipe multidisciplinar e assistência técnica	Não
Ministerio del Desarrollo Territorial y Hábitat e Banco Mundial (BIRD)	Proyectos de Iniciativas Comunitarias – PIC	Convênio com Banco Mundial	Nacional	Subsídio, e auxílio com equipe multidisciplinar e assistência técnica	Não
Coletivo Chicas Trans Autoconvocadas	Mobilização social	Não há	Local	Mobilização entre o público beneficiário e orientador das demandas habitacionais	Sim
Fundación Vamos a Andar	Articulação entre público beneficiário e políticas públicas	Pessoa Jurídica de Direito Privado	Local	Articulação entre os beneficiários e o programa habitacional, escolha dos beneficiários, organização de oficina participativa com os beneficiários, curso de capacitação, formação profissional e contratação do arquiteto	Sim
Gobierno de La Rioja	Ministerio de Desarrollo, Igualdad e Integración Social	Plan Angelelli (Decreto nº 1330/20), Lei Provincial de Emergencia Social nº 10.243	Provincial	Concessão de terras ao coletivo Chica Trans Autoconvocadas	Sim
Gobierno de La Rioja	Administración Provincial de Vivienda	Constituição de La Rioja	Provincial	Administração da obra, fiscalização da equipe de obras, fiscalização e construção das moradias e equipamentos	Sim
Gobierno de La Rioja	Centro de Referencia de La Rioja (Assistência Social)	Constituição de La Rioja e Lei da Assistência Social	Provincial	Cadastramento dos beneficiários em programas de assistência social, encaminhamento e auxílio psicossocial, saúde e jurídico	Sim

Solange Luna, uma das coordenadoras da FUNDAVA responsável pela articulação do programa juntamente com o coletivo *Chicas Trans Autoconvocadas*, através de uma conversa em Janeiro de 2024, informou que foram eleitos 25 novos lotes, distribuídos em 02 quadras criadas dentro de um outro bairro preexistente. O projeto arquitetônico e urbanístico foi realizado pelo arquiteto Luis Alberto Peralta, contratado diretamente pela Vamos a Andar, entidade responsável por alocar o recurso financeiro oriundo do *Habitar en Igualdad*. Contudo, de acordo com as informações da Fundava (2024), o processo do desenho, do programa de necessidades e do zoneamento teve a participação dos futuros habitantes das quadras, através de reuniões realizadas na sede da Fundação com a participação do coletivo Chicas Trans, da deputada Hilda Aguirre, de Solange Luna, Luis Peralta e Alicia López (assistente social). Nestas reuniões, por exemplo, foi solicitado que fossem implementados espaços no meio dessas novas quadras em que pudessem ser implantados centros de capacitação profissional e/ou lojas para comércio e serviços oferecidos pela própria população residente do bairro.

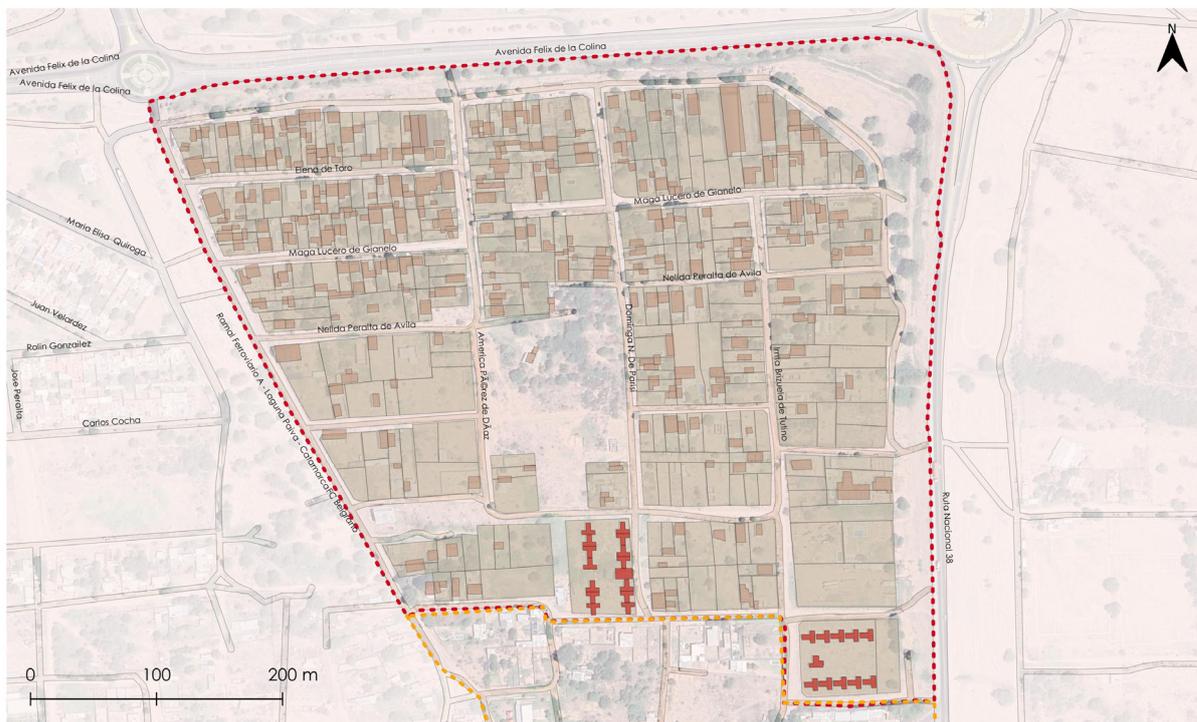
De acordo com De Soria (2024), o bairro que recebeu as novas quadras é o Victoria Romero, que possui mais de 70 famílias e recebeu as duas novas quadras (*Renacer I* e *Renacer II*), que abrigarão 25 novas casas com um total de 75 pessoas. Dentro do público beneficiado, existem mulheres transexuais, travestis, lésbicas, homens gays e mulheres cisheterossexuais vítimas de violência doméstica, o que demonstra uma visão amplificada dos espectros do gênero e da sexualidade. A seleção das pessoas beneficiadas, de acordo com De Soria (2024) se deu também por intermédio da própria Fundação, dentro do público costumeiramente atendido nas dependências da Fundava e beneficiários de programas federais de assistência social.



Legenda

- Limite bairro Humberto Arturo Illia
- Limite bairro Victoria Romero
- Renacer I e Renacer II

Figura 25: Mapa de situação dos conjuntos *Renacer I e II* e seus limites com os bairros Humberto Arturo Illia e Victoria Romero. Fonte: O autor, 2024.



Legenda

- Limite bairro Humberto Arturo Illia
- .- Limite bairro Victoria Romero
- Renacer I e Renacer II

Figura 26: Mapa de situação ampliado dos conjuntos *Renacer I* e *II* e sua implantação no bairro *Victoria Romero*. Fonte: O autor, 2024.

Em 13 de abril de 2024, foram entregues as primeiras 11 unidades habitacionais que possuem 60 m², compostas por dois quartos, cozinha, sala de jantar e banheiro. Além disso, as unidades habitacionais possuem, a pedido dos próprios habitantes, pé-direito alto para melhor resfriamento interno em períodos de calor, sistema de placas solares e aquecimento de água elétrico para os períodos de inverno e estacionamento na parte anterior para automóveis e na parte lateral da casa para motocicletas, já que a maioria das travestis e transsexuais se locomovem com motocicletas. As unidades também foram entregues com balcão e armários na cozinha, fogão e itens do banheiro. Já o entorno da nova quadra foi urbanizado com abertura das vias, pavimentação, calçadas, instalação de rede de água potável, rede elétrica e de telefonia e iluminação pública. A expectativa, segundo a FUNDAVA (2024), é que o restante das unidades habitacionais, assim como a arborização, paisagismo e os equipamentos comunitários sejam finalizados até o final de 2024.

Apesar da construção das unidades habitacionais em La Rioja, o *Habitar en Igualdad*, assim como os ministérios que o criaram e outras políticas setoriais para diversas minorias e grupos em vulnerabilidade social, sobretudo idosos, pessoas com deficiência, mulheres e população LGBTQIA+ foram extintos com a chegada do novo governo federal no final de 2023. Apesar disto, as obras iniciadas em La Rioja foram mantidas por força do ordenamento jurídico do país que obrigam a continuidade de obras públicas. Entretanto, o aporte de subsídios foi consideravelmente diminuído uma vez que o FONAVI não é o principal investidor do programa. A verba atual é de competência do Subprograma *Casa Propria*, vinculado à *Secretaria de Desarrollo Territorial y Hábitat* dentro da pasta do Ministério da Economia. Durante a curta duração do programa *Habitar en Igualdad*, não houve marco legal instrumentalizando o programa e, segundo a deputada De Soria (2024) não houve adesão de nenhuma outra província, apesar de constar nos portais de notícias do governo da Argentina que províncias como Chaco, Chubut, La Pampa e Bariloche iriam aderir ao programa.



Figura 27: Construção das primeiras unidades do *Renacer I* em La Rioja em Janeiro de 2024. Fonte: Fundava, 2024.



Figura 28: Entrega das primeiras unidades do *Renacer I* em La Rioja em Abril de 2024. Fonte: Fundava, 2024.

3.3 Reflexões a partir de La Rioja: novas perspectivas em políticas de habitação para a América Latina

De acordo com o Relatório Anual do *Observatorio de Crímenes de Odio LGBT+* coordenado pela Federación Argentina LGBT (FALGBT) de 2023 ocorreram 133 crimes de ódio onde a orientação sexual, identidade e/ou expressão de gênero de todas as vítimas foram utilizadas como pretexto discriminatório para a violação de direitos e violência. O número representa um aumento em relação aos anos anteriores, entretanto, há um dado nunca se altera: o público mais afetado em todos os anos é a população de mulheres transsexuais (travestis, transsexuais e transgêneros), os crimes contra estas pessoas representam 88% do total de crimes contra a população LGBTQIA+ no país. No relatório, a Província de La Rioja ocupa a quinta posição em números percentuais de violências contra a população LGBTQIA+, além disso, o relatório esclarece que cerca de 26% dos crimes ocorreram em ambientes domésticos, 50% em ambiente público e 24% em ambientes públicos de poder estatal (delegacias de polícias, repartições públicas).

Já o informe *Muertes violentas y otras violências contra las mujeres* (Argentina, 2023), evidencia que os crimes e mortes de mulheres no país aumentam em todo território da Argentina entre os anos de 2017 e 2021, já entre 2021 e 2023 diminuíram de 17% a 15% dentro do número de violências totais do país. La Rioja, na contramão, aparece como a província com maior percentual de crimes e mortes de mulheres e, enquanto o país conseguiu derrubar percentuais totais, o percentual total de crimes em La Rioja se manteve em 60%. O relatório também informa que, em La Rioja, cerca de 64,9% dos crimes contra as mulheres ocorreram no espaço doméstico, já os crimes ocorridos no espaço público, 60% correspondiam a homens. O relatório também destaca que 50% dos assassinatos perpetrados contra as mulheres foram praticados por seus parceiros e mais de 70% dos crimes estão relacionados a conhecidos da vítima (parentes, amigos, colegas de trabalho).

Estas informações revelam que escolhas políticas e sociais em países da América Latina, inclusive Brasil, expõe uma distribuição diferencial da condição precária (Butler, 2015) que alguns grupos sociais são submetidos nesta região. Sobre esse

ponto, Butler (2018) reflete que os indivíduos não existem de forma igual no campo social e político, isso importa dizer que instituições sociais (como a família, igreja, escola, medicina), sistemas políticos e formas de governo impõe normas que tornam alguns corpos e identidades mais inteligíveis que outros, assim os sujeitos que não se encaixam nas normas hegemônicas se tornam vulneráveis ou marginalizadas. Para Preciado (2022) estas normas legislam não apenas políticas, economias, cidades, mas também os corpos, a sexualidade, os órgãos sexuais dos indivíduos, determinando o domínio de um sistema heterocêntrico composto basicamente para atender necessidades e perpetuação de poder de homens cisheterossexuais.

A partir deste ponto é que podemos refletir sobre a importância de um programa habitacional criado e subsidiado pelo Estado como o *Habitar en Igualdad*. A existência de um programa habitacional como este, dedicado a corpos precarizados e invisibilizados, enfraquece a distribuição diferencial das violências e mortes evidenciada pelas estatísticas sobre mulheres e população LGBTQIA + na Argentina e em La Rioja. Neste sentido, o *Habitar en Igualdad* e os outros programas habitacionais setoriais (para idosos, mulheres chefes de família, pessoas com deficiência, população de baixa renda), retomam a importância de se desenvolver políticas públicas que reconheçam a moradia como um direito fundamental necessário para o pleno desenvolvimento das pessoas. Neste sentido, é fundamental também ressaltar que o *Habitar en Igualdad* promove o habitar, muito além de prover um teto e um piso para pessoas, ou seja, enxerga o habitar como convívio, como formação de comunidades, bairros e como oportunidade de desenvolvimento urbano e de pessoas. Historicamente, como reconhecem Andrade e Azevedo (2011) políticas públicas de habitação na América Latina são vistas como ferramentas de ampliar capital político e perpetuar sistemas populistas e paternalistas de poder que não conseguem responder satisfatoriamente o problema do déficit habitacional na região e que provoca um sistema desigual de oportunidades de acesso à políticas públicas de habitação, privilegiando determinados grupos sociais alinhados aos governos e deixando a margem um grande contingencial populacional. Neste cenário de disputas entre capital político – populismo – clientelismo, grupos sociais já costumeiramente marginalizados pelo Estado, são ainda

mais precarizados porque são vistos como ameaça ao *status quo* das estruturas patriarcais de poder.

Com esse argumento em mente, é preciso mencionar que o *Habitar en Igualdad* enfrentou questões e dificuldades consideráveis que influenciaram em sua curta vida dentro da Argentina. A primeira delas, e que ficou evidente durante toda a pesquisa, foi a falta de um marco legal nacional que fosse capaz de estruturar o programa e que o efetivasse como uma política nacional. A falta de procedimentos claros para executar o programa, as inúmeras possibilidades de fluxos, a incerteza sobre direitos e obrigações de entes públicos e privados envolvidos na construção de moradias, sobretudo a respeito do financiamento e do estabelecimento de prazos afastaram as Províncias de firmarem compromissos e investirem no *Habitar en Igualdad*. Ainda que a estratégia dos ministérios que criaram o programa fosse de estruturar o procedimento e a operação após uma experiência concreta (no caso, a de La Rioja), como foi informado por Higonet (*Escuela de Formación Política Néstor Kirchner*, 2021) e De Soria (2024), esta estratégia acabou prejudicando o prosseguimento do programa que ficou sem poder de persuasão diante dos governos provinciais. Além disso, o percurso entre captação de recursos, articulação do governo de La Rioja, comunidade e municipalidade até a execução e inauguração das primeiras unidades habitacionais esbarraram em uma pandemia, em uma crise institucional generalizada do país que atrasaram a entrega das unidades fazendo com que as Províncias não tivessem tempo hábil para aderir ao programa, embora, nada impedisse que novas iniciativas a título de experiência (como La Rioja) ocorressem. Uma conclusão que se pode ter é que, se o *Habitar en Igualdad* tivesse nascido com um aparato normativo que fosse capaz de transformar o programa em uma política de âmbito nacional e, portanto, capaz de vincular o Estado independente da gestão federal, a intenção inicial de 100 iniciativas como a de La Rioja poderiam ser cumpridas com êxito.

Outros pontos que precisam ser observados com a experiência do programa são: a escolha tipológica das habitações e respectivo nível de execução das unidades habitacionais, e a participação da população beneficiada no desenho arquitetônico do *Renacer I* e *Renacer II*. Uma das premissas do *Habitar en Igualdad*,

segundo Maria Higonet (*Escuela de Formación Política Néstor Kirchner*, 2021) era que as novas moradias a serem disponibilizadas não ultrapassassem uma área total de 60m², já que essas são diretrizes determinadas para programas habitacionais da Argentina que recebem investimento do FONAVI. O intuito, de acordo com Higonet (*Escuela de Formación Política Néstor Kirchner*, 2021) era permitir que mais pessoas tenham acesso à habitação.

Válido mencionar que diferentemente de outros países onde a construção de novas unidades habitacionais financiadas pelo poder público partem de ideias promovidas por concursos para arquitetos e urbanistas, ou até mesmo onde há processos de licitação ou escritórios sociais de arquitetura e urbanismo dentro da estrutura estatal para execução de projetos de habitação social, na Argentina, o governo federal disponibiliza 20 protótipos de projetos de habitação a serem seguidos por entidades públicas contempladas com investimentos para construção de novas moradias. Essa abordagem foi intitulada de *Prototipos de la Dirección Nacional de Programas de Hábitat*⁴³ e foi lançado pelo extinto *Ministerio de Desarrollo Territorial y Hábitat* em 2019. De acordo com o ministério, o intuito desta iniciativa era “refletir sobre o tecido urbano e sobre possíveis tipos de cidade que são gerados pela combinação dos vários protótipos de habitação propostos, com equipamentos públicos e espaços públicos nos ambientes em que estão inseridos” (Argentina, 2024).

Listado de Prototipos



43 Apesar da extinção de Ministérios, a iniciativa dos protótipos foi mantida pelo atual governo federal, contudo, ela agora está submetida ao Ministério da Economia que abriga a subpasta da *Secretaría de Desarrollo Territorial y Hábitat* (antigo *Ministerio de Desarrollo Territorial y Hábitat*).

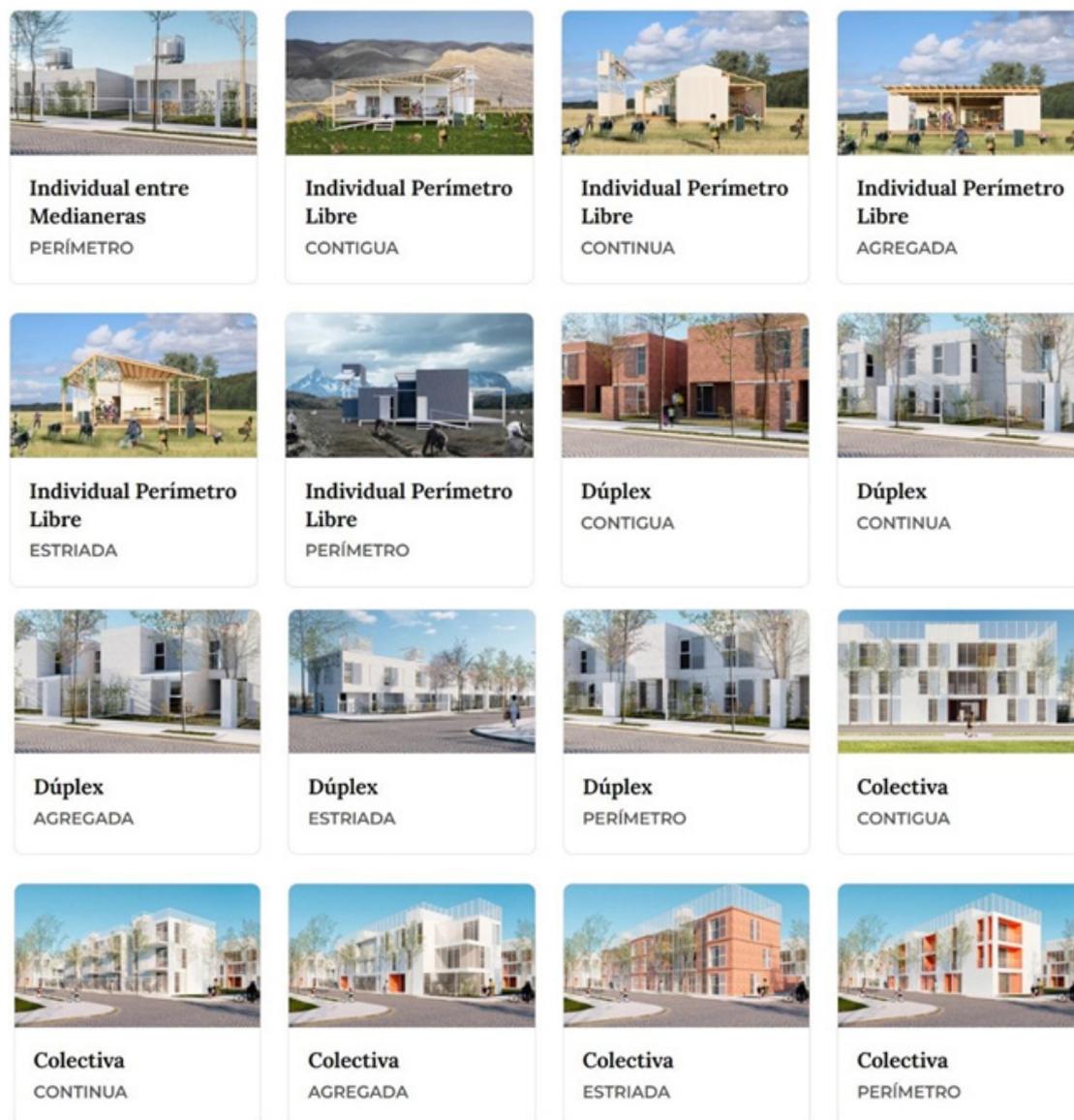


Figura 29: Lista dos protótipos habitacionais disponibilizados pelo governo federal. Fonte: Argentina, 2024.

As diretrizes que nortearam a elaboração destes protótipos partiram de três temas principais: configuração, distribuição e modalidades. A configuração diz respeito à necessidade de projetar agrupamentos urbanos propondo um sistema urbano não uniforme ou repetitivo, para isso os protótipos foram pensados para ser agrupados em distintas configurações, a configuração também se refere às formas de viver, onde foram incorporadas perspectivas de gênero a partir da desierarquização dos ambientes, assim os protótipos foram pensados para priorizar e coletivizar o trabalho dos cuidados. Já o tema da distribuição foi abordado a partir de uma estratégia de desenho dos conjuntos habitacionais que permitam uma multiplicidade de núcleos de convivência, buscando diversificar o conceito tradicional de propriedade privada e de família. O intuito é incentivar a coexistência de espaços de vida e

de trabalhos. Já o tema da modalidade é abordado pela iniciativa a partir de tipologias: individuais (casas em lote próprio onde são propostos dois tipos de configurações, um entre muros cegos e outro de perímetro livre), duplex (duas casas por lote para atender a uma necessidade de adensamento e com casas desenvolvidas em dois níveis, organizando espaços comuns nos pátios do piso térreo e espaços mais íntimos nos pisos superiores), coletivos (tipologia organizada em blocos habitacionais, partindo de um esquema genérico de um núcleo de escadas a cada duas unidades por nível.

De acordo com Higonet (*Escuela de Formación Política Néstor Kirchner*, 2021), essa iniciativa com protótipos, além de fornecer possibilidades de distintos arranjos tipológicos, também permite pensar em uma interface entre a arquitetura e a cidade a partir do habitat. Assim, compreendendo que o habitat é um conceito maior do que um projeto de arquitetura que envolve também uma abordagem urbana, é possível pensar em projeto de quadras generosas com a coexistência de diferentes modelos de protótipos de habitação e de equipamentos públicos que, por sua vez, também podem se reagrupar e gerar outras diferentes tipologias, além de se conectar com praças, espaços verdes e pátios internos. Outro ponto de destaque desta iniciativa, segundo Higonet (*Escuela de Formación Política Néstor Kirchner*, 2021), é que essa é uma estratégia capaz de simplificar e reduzir gastos com concursos e com confecções de novos projetos de arquitetura e de urbanismo a cada necessidade das províncias. Além disso, torna-se possível a otimização da construção de novas unidades habitacionais em grande escala sem, contudo, criar projetos massificados e sem riqueza tipológica.

De outro lado, as diretrizes do *Prototipos de la Dirección Nacional de Programas de Hábitat* (Argentina, 2024) também ressaltam que é importante que os projetos de construção de habitações, quadras e conjuntos prevejam uma correta integração com o entorno de inserção, podendo ser condicionantes urbanos, periurbanos, rurais-urbanos ou rurais, para cada um destes casos as entidades responsáveis por executar o projeto deverão atender condicionantes climáticos, paisagísticos, disponibilidade de materiais e condicionantes sociais e, em muitos casos, se preocupar com a transformação do contexto das condições existentes complementando-as e qualificando a área de intervenção.

modalidad A

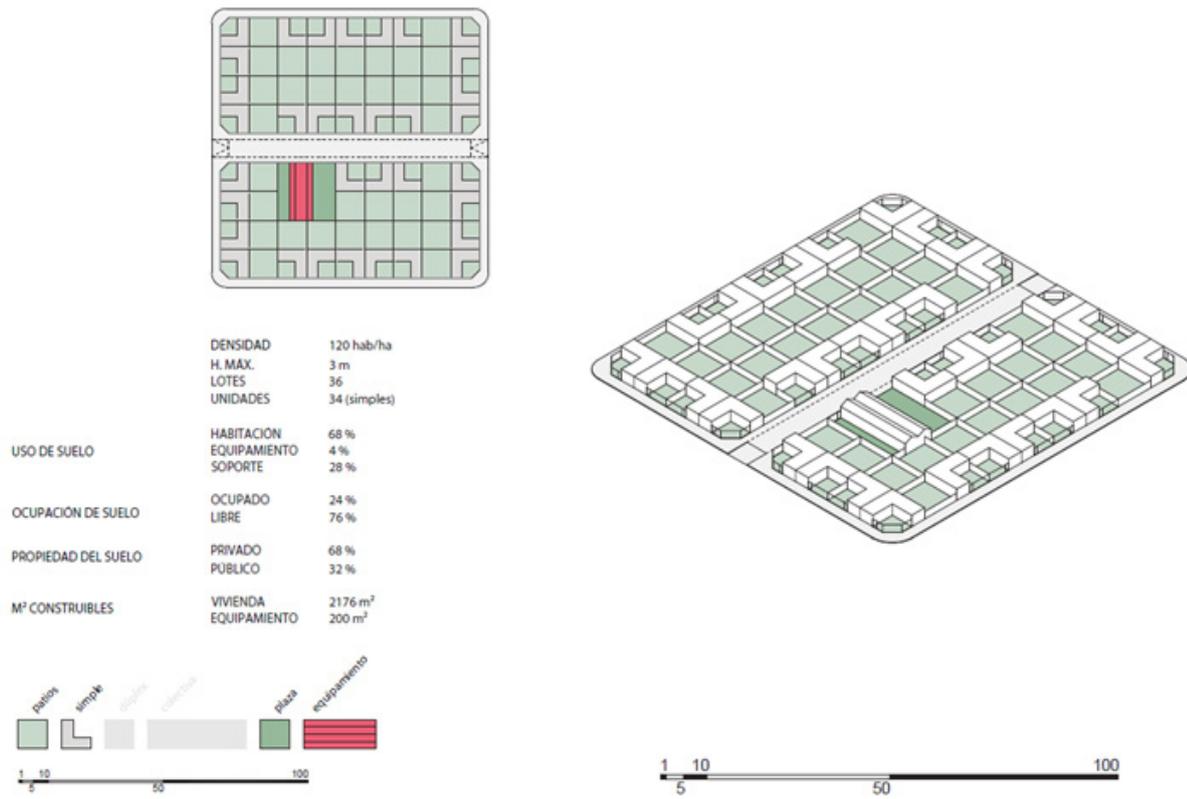


Figura 30: Modalidade A composta por um tipo de protótipo (passível de ampliação). Fonte: Argentina, 2024.

modalidad B

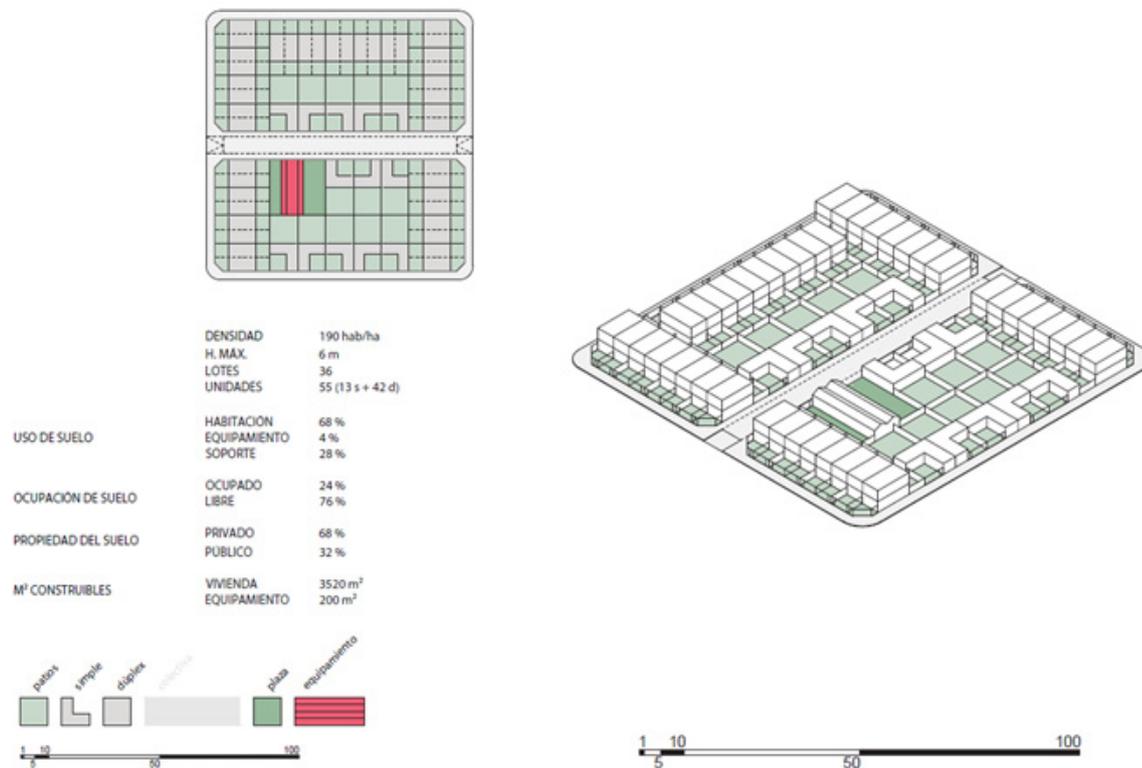


Figura 31: Modalidade B composta por três tipos de protótipos (passíveis de ampliação). Fonte: Argentina, 2024.

modalidad C

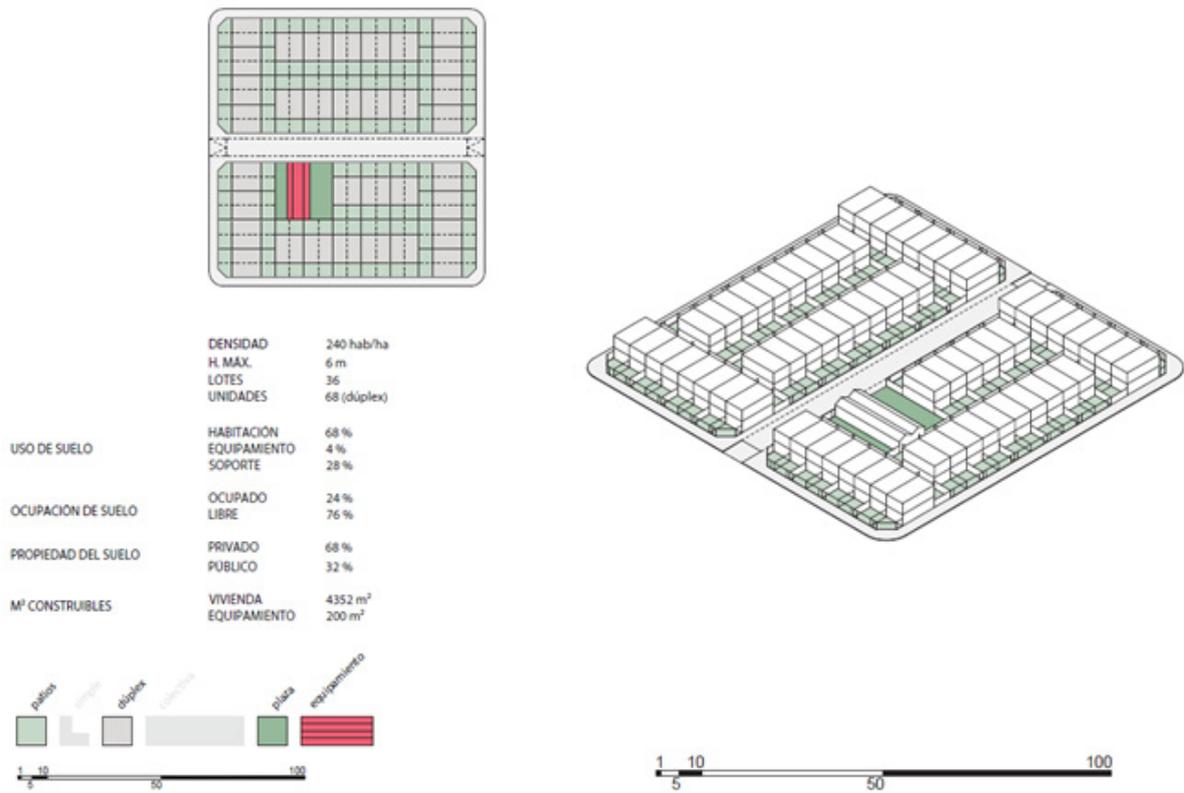


Figura 32: Modalidade C composta por três tipos de protótipos (passíveis de ampliação). Fonte: Argentina, 2024.

modalidad D

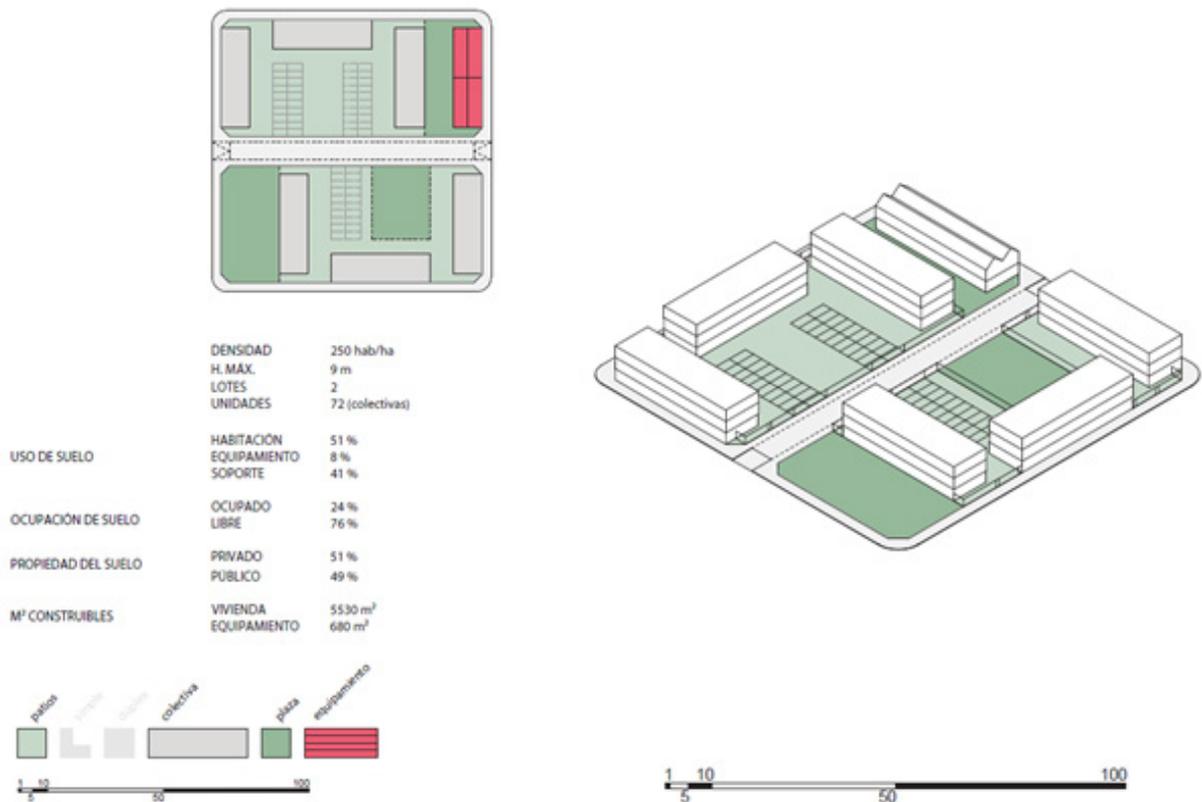


Figura 33: Modalidade D composta por três tipos de protótipos e possibilidade de maior densidade. Fonte: Argentina, 2024.



Figura 35: Isométrica da modalidade E. Fonte: Argentina, 2024.



Figura 36: Perspectiva de uma quadra da modalidade E com diferentes tipologias. Fonte: Argentina, 2024.

Apesar das diretrizes e dos estudos apresentados pelo *Prototipos de la Dirección Nacional de Programas de Hábitat* (Argentina, 2024), é preciso dizer que o desenho das quadras do *Renacer I* e *Renacer II* em La Rioja, não foram capazes de traduzir o anseio por variações tipológicas previsto, inicialmente, pelo *Ministerio de Desarrollo Territorial y Hábitat*. A modalidade escolhida para a distribuição das unidades em La Rioja foi a *Individual entre empenas cegas*⁴⁴ (*adjacente*), isso significa que os lotes das quadras são criados a partir de um elemento divisor (empenas cegas), dando origem a terrenos retangulares um ao lado do outro (contíguo) para a construção das habitações. A escolha deste elemento divisor (empena cega) se deu também por intermédio das diretrizes do ministério, já que é o modelo indicado para áreas que já possuem um contexto urbano consolidado e em expansão.

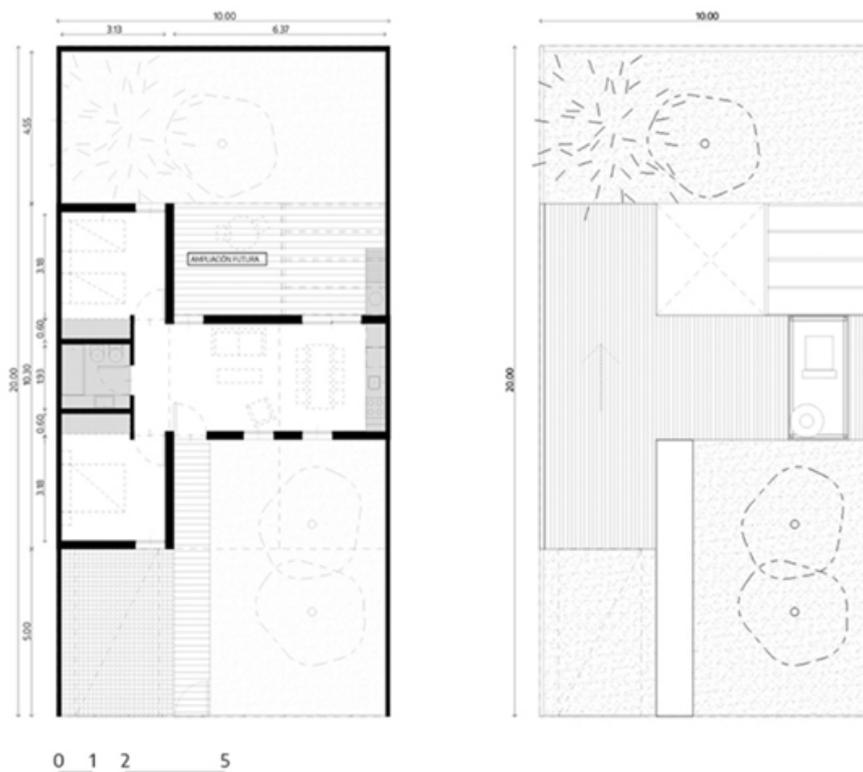
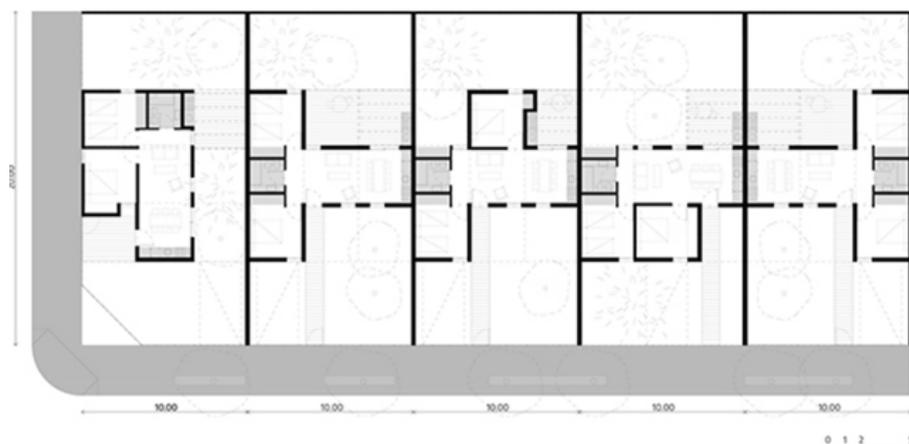


Figura 37: Planta baixa do protótipo de habitações individuais entre empenas cegas. Fonte: Argentina, 2024.

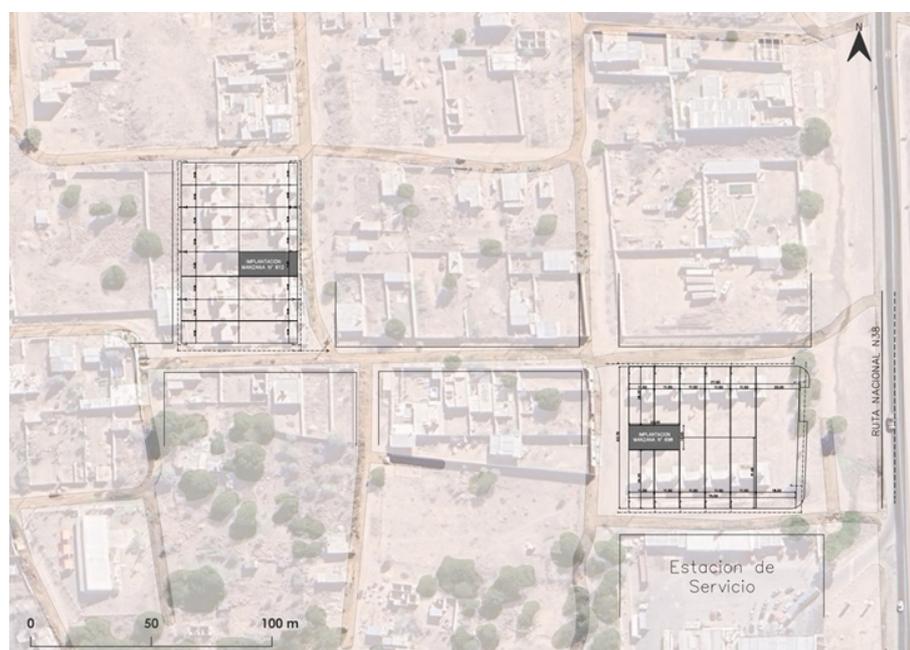
44 O nome original em espanhol é *Individual entre Medianeras (contígua)*, o termo *medianera* pode ser traduzida literalmente como um muro divisorio entre construções e sem aberturas, no Brasil, o termo empena cego é seu sinônimo mais difundido no campo da arquitetura e da construção. É preciso mencionar, no entanto, que na Argentina o termo também carrega um valor cultural e de vivência urbana, já que é um traço herdado por cidades de colonização hispânica que consolidaram em seus tecidos urbanos o desenho ortogonal e quadricular da Espanha.

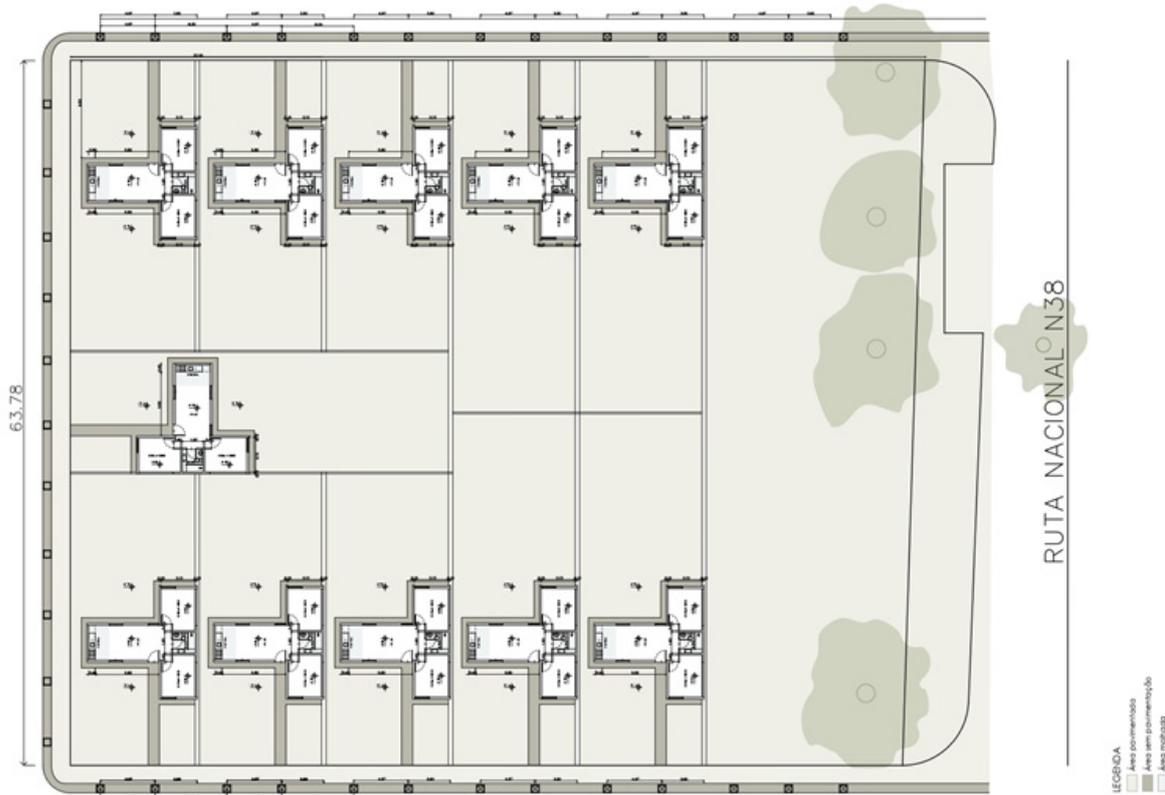
Figura 38: Planta baixa do conjunto de habitações individuais entre empenas cegas com variedades de arranjos. Fonte: Argentina, 2024.



Este modelo escolhido conta, além dos dois quartos, banheiro, cozinha integrada com sala, com uma pré-estrutura construída para uma futura ampliação da habitação, a depender da necessidade dos moradores. Além disso, as diretrizes do *Prototipos de la Dirección Nacional de Programas de Hábitat* preveem a entrega de paisagismo com solo natural permeável na parte anterior das unidades habitacionais, com piso permeável para estacionamento e área de solo permeável também na parte posterior das unidades habitacionais. O modelo disponibilizado também indica a necessidade de se respeitar a qualidade do espaço urbano, com calçadas acessíveis e arborização generosa para tornar o passeio público confortável. Entretanto, o modelo desenvolvido em La Rioja não implantou as unidades habitacionais com variações no arranjo tipológico, retirando das quadras a possibilidade de se tornar um marco interessante e dinâmico na paisagem de La Rioja.

Figura 39: Implantação geral dos conjuntos *Renacer I* e *Renacer II* em La Rioja, de acordo com o memorial descritivo do projeto disponibilizado pela FUNDAVA em 2024. Fonte: FUNDAVA (2024), adaptado pelo autor.





Além disso, é preciso mencionar que os materiais empregados no projeto final do *Renacer I e II* não correspondem aos previstos pelo *Prototipos de la Dirección Nacional de Programas de Hábitat* e nem às imagens de divulgação do programa *Habitar en Igualdad* em La Rioja. As unidades habitacionais que foram entregues em Abril de 2024 também não possuem os acabamentos previstos no projeto. É possível perceber, por exemplo, que as casas não foram pintadas em cores claras como previsto (o que ajudaria a reduzir os impactos do clima hostil de La Rioja), as superfícies externas foram deixadas sem tratamento contra intempéries (sem impermeabilização e sem pintura), o solo permeável foi entregue sem nenhum tratamento paisagístico, apenas com a terra compactada dificultando futuramente a absorção das águas pluviais e até cultivo de hortaliças ou plantio de árvores pelos futuros moradores. Gradis permeáveis, piso da garagem para unidades habitacionais também não foram entregues. Outro ponto preocupante é que, até o momento, as quadras não possuem arborização e o calçamento das vias não está finalizado e que os equipamentos sociais prometidos (praça, áreas de convívio e um salão para implantação de comércio e serviços locais a serem administrados pelos moradores) também não foram construídos, apesar de que, segundo a FUNDAVA (2024) ainda serão finalizados.

Figura 40: Planta baixa do conjunto de habitações do *Renacer I*, disponibilizada pela FUNDAVA em 2024. Fonte: FUNDAVA (2024), adaptado pelo autor.



Figura 41: Imagem inicial do modelo de casas do *Renacer* I e II. Fonte: Argentina, 2024.



Figura 42: Imagem inicial do modelo de casas do *Renacer* I e II com a pré-estrutura para futuras ampliações. Fonte: Argentina, 2024.



Figura 43: Imagem inicial com a previsão de praça e hortas comunitárias em *Renacer I e II*. Fonte: Argentina, 2024.



Figura 44: Imagem inicial com a previsão de equipamento urbano em *Renacer I e II*. Fonte: Argentina, 2024.

A dificuldade de implementar as diretrizes previstas no documento *Prototipos de la Dirección Nacional de Programas de Hábitat* (Argentina, 2024), no entanto, pode ser encarada também como uma dificuldade generalizada do país em implementar políticas progressistas como afirma Barreto (2022). A crise sanitária e econômica provocada pela pandemia do Covid-19, a ascensão de governos de extrema direita ao redor da Argentina, a dificuldade de gerir um país do ponto de vista de uma coalizão de partidos com interesses distintos aliados com os débitos herdados da gestão Macri e a crise habitacional também devem ser levados em consideração no cálculo da capacidade do *Habitar en Igualdad* em conseguir implementar todas as diretrizes previstas pelo governo federal em La Rioja. Neste sentido, o que pode apreender do não cumprimento fidedigno do projeto inicialmente pensado é que foram realizadas decisões políticas e administrativas para reduzir os gastos e priorizar a construção, ao menos, das duas quadras com as 25 unidades habitacionais. A expectativa, segundo a FUNDAVA (2024) é que, ainda em 2024, com a entrega das últimas unidades habitacionais, os equipamentos de uso comum, praça, paisagismo com arborização sejam entregues.

Outra dificuldade que merece ser abordada e que esteve muito presente em La Rioja foi o argumento de que a criação do primeiro bairro para mulheres e LGBTQIA + do país na cidade daria ensejo a formação de um gueto discriminatório. A crítica foi apropriada pelos movimentos de extrema direita crescente no país e polemizaram o programa fazendo com que diversos governos de províncias e prefeituras locais se afastassem do programa com receio de desagradarem seu eleitorado e perderem votos. Essa questão também apareceu em diversos momentos da presente pesquisa, tanto a partir das primeiras pesquisas de opinião pública, como em conversas com a deputada Hilda Aguirre, com membros da FUNDAVA e com depoimentos dos beneficiários do programa encontrados em redes sociais. Sobre essa crítica, antes de entrar em seu mérito trouxemos depoimentos de pessoas trans e travestis beneficiadas pelo programa e de militantes do coletivo trans e travesti de La Rioja. O primeiro deles, é o depoimento de Leo Grabauska (2024), pessoa trans não-binária e militante de La Rioja que refletiu sobre a polêmica em uma fala sobre a entrega

das primeiras unidades habitacionais em Abril de 2024 no programa *Radio La Torre Fm*⁴⁵ da cidade de La Rioja:

Neste dia 13 de Abril foi um dia que ficou para história. Ainda que haja aqueles que queiram apagar a história da comunidade trans, é preciso dizer que é um dia muito importante. Sobretudo para o Coletivo (*Chicas Trans Autoconvocadas*). Porque são meninas que sabem o que é viver nas ruas, que sabem o que é não ter um trabalho, não ter o que comer, e que precisam ter que pedir por favor e implorar, meninas que foram castigadas e violentadas fisicamente, mentalmente e economicamente. E que hoje tem um governo e que tem um governador, como Ricardo Quintela, que acompanha este tipo de políticas e que acompanha este tipo de inclusão. Quero esclarecer também, que isto não é um tipo de autodiscriminação. Não se trata de separar um coletivo em um bairro e deixá-lo lá. É uma questão social de ter companhia quando estamos em um momento de solidão, em um momento de dissociação, de não saber em que realidade estamos. É um momento íntimo de nossa sexualidade, é uma questão pessoal, mas que, no entanto, a sociedade torna pública a todo momento e sempre de uma forma violenta e para nos infligir espaços de dor. Assim, a única forma que encontramos é quando temos a companhia da própria comunidade LGBTQIA+ e dos coletivos trans. Então, eu que sou parte da comunidade posso falar da dor. Posso falar daqueles momentos que vocês não veem, aquele momento que o seu pai ou sua mãe dizem: "anda! sai da minha casa! você não é o que eu esperava", ou vão dizer: "você não era o que eu queria". Então, dizer que é uma discriminação porque elas tem seu bairro não é possível. É, antes de tudo, uma forma de encontrar companhia entre elas mesmas, ter a companhia de seu próprio coletivo, é, portanto, um projeto que nasce a partir desta perspectiva. (Grabauska, 2024, tradução nossa).

Outra fala importante é a de Solange Luna, representando, tanto o público beneficiado como o coletivo *Chicas Trans Autoconvocadas*, a fala de Solange foi realizada em um pequeno documentário intitulado *Construir en Igualdad*⁴⁶ de autoria de

45 Para ver a entrevista completa, acesse: <https://www.instagram.com/radiolatorrefm1019/reel/C5zomO6uGC7/>

46 Para ver o documentário, acesse: <https://www.youtube.com/>

Candela Hernandez (2022):

Eu quando era adolescente, visitava a casa das companheiras trans no bairro das Malvinas, um bairro muito populoso da nossa Província, onde eu posso dizer que nasceram as pioneiras desta luta e sempre as via alugando a três, a quatro ou a cinco em só apartamento. "Apartamento", que na verdade são as casas de bairro ou espaços que alguém tinha desocupado e que simplesmente alugava. Ver as companheiras alugarem esses espaços praticamente amontoadas e ainda assim receberem meninas vindas de outras províncias ou vilarejos mais pobres, e ver que ainda assim davam alojamento nesses lugares...isso e outras coisas mais. Por exemplo, a convivência que, logicamente, não pode ser amistosa se havia tantas pessoas amontoadas em um mesmo lugar, uma podia trabalhar mais do que a outra, ganhar mais do que outra e surgir problemas por convivência e divisão dos cuidados, então era imprescindível olhar para a situação da habitação destas pessoas para que tivessem também direito à sua moradia. Assim, além de ser um sonho que todas compartilhamos, também é um direito. Precisamos dizer que é um direito porque é um direito para qualquer cidadão de qualquer parte da Argentina, ter uma moradia e poder contar com governos que sejam de portas abertas para poder alcançar esse direito. Aqui na Província sempre se falou também de que é um gueto, de que isto não pode ser, de como é que vão trancá-las em um bairro...pois bem, sempre comentando coisas por aí que não vem ao caso hoje dar-lhes nomes porque para nós este é um direito e que, em verdade, temos as mesmas oportunidades que todos, é tratar também de dar um lugar confortável para todas nós, onde podemos nos sentir seguras com nossa família, que é nossa comunidade. (Solange Luna, 2024, tradução nossa).

As falas de Leo Gabrauska e de Solange Luna enfraquecem o argumento de que as novas unidades habitacionais foram criadas para segregá-las da sociedade e que constituem um gueto. Sobre isto, buscamos respostas também no pensamento de Wacquant (2004), onde este afirma que a utilização do termo gueto tem sido empregada de forma descritiva e não analítica pelas ciências sociais

e sociedade em geral. Isso importa dizer que, para Wacquant (2004) um determinado local só pode ser considerado um gueto quando se observa a presença de quatro elementos, sendo eles: estigma, fronteira, confinamento espacial e encapsulação institucional. Assim, um gueto deve materializar relações de poder assimétricas entre grupos étnico-nacionais (estigma), ter limites espaciais e psicológicos bem delimitados (limite), ser um espaço de confinamento imposto e abrangente (contenção espacial), e ter seu próprio sistema de gestão (encapsulamento institucional) que permita ao grupo isolar-se e reproduzir-se dentro do perímetro estabelecido por outro grupo dominante.

O *Renacer I* e o *Renacer II* em La Rioja não possuem fronteiras específicas. Na verdade, nem se configuram como um bairro, na verdade, são novas quadras implantadas entre outros dois bairros já existentes e já consolidados na cidade. Inclusive, de acordo com a FUNDAVA (2024), não houve relatos de discriminação dos antigos moradores dos bairros e nem manifestações contrárias à construção das novas quadras, o que tem ajudado a quebrar, ainda que pouco, o estigma social infligido às dissidências do gênero e da sexualidade. Outro ponto válido de comentar é que a área de implantação do *Renacer I e II* também está diretamente conectada ao centro da cidade. De acordo com Hilda Aguirre (2024) a escolha da área foi alterada a pedido do ex-ministro do governo federal Jorge Ferraresi, justamente para evitar segregação espacial e marginalização das meninas. Já em relação à questão do encapsulamento institucional, apesar das futuras moradoras e moradores serem acompanhados pelos serviços de assistência social e pela FUNDAVA, estes não possuem sistema próprio de gestão, apenas um coletivo organizado que organiza movimentos de luta social, política e tarefa de cuidados. A regularização fundiária e a necessidade de adaptação das quadras às normas urbanísticas- que comprovam a necessidade das quadras se enquadrarem a um sistema urbano maior - foram um pré-requisito para a construção das novas habitações e também desmantelam a questão do encapsulamento.

Ainda em conversa com Hilda Aguirre de Soria (2024), a deputada também abordou as críticas referentes à formação de um gueto. Para a deputada, estes questionamentos só surgiram porque se trata de uma política pública destinada, especificamente, para

um grupo marginalizado. De acordo com a mesma, pessoas de alta renda não são criticadas ou discriminadas por se fecharem dentro de condomínios privativos, clubes ou mansões. De acordo com a deputada, a mesma crítica também não é realizada para conjuntos habitacionais constituídos por povos originários, vilas operárias, comunidades de pescadores (ribeirinhos), já que nestes casos, o discurso que predomina é o de preservação de tradições e formas de viver ancestrais ou que, simplesmente, do exercício do direito de um grupo de pessoas viver entre a sua própria comunidade.

Ainda de acordo com De Soria (2024), seria possível pensar em estratégias mais diversificadas para implementar o direito à moradia desta população em províncias mais progressistas como Buenos Aires, onde há um consenso de que o ambiente é mais acolhedor e menos hostil à comunidade LGBTQIA+, principalmente à comunidade transsexual. Entretanto, a deputada ressalta que em La Rioja, o contexto social é conservador e hostil onde cerca de 90% das meninas transsexuais e travestis foram expulsas de casa após anos de violência psíquica, física e econômica. Neste mesmo sentido, a deputada esclarece que o primeiro pedido feito pelas componentes do *Chicas Trans Autoconvocadas* quando foram consultadas durante o processo de implantação do programa foi que morassem perto uma das outras, já que, para elas, fazia muito sentido uma vez que a maioria das meninas não possuem laços consanguíneos e nem rede de apoio familiar consanguínea.

A questão é sensível e, talvez, não se encerre em única resposta. De fato, pensar em criar bairros, condomínios fechados em si e em total desconexão com tecido das cidades, marcados pela predominância de determinados grupos sociais podem transformar áreas urbanas em áreas de exclusão e de segregação socioterritorial. Esse fenômeno poderá ocorrer independentemente da classe social, da etnia ou da identidade do grupo e é observado por diversos estudos da arquitetura e urbanismo. Farr (2013) e Rogers (2015), por exemplo, defendem que cidades se tornam mais inclusivas, sustentáveis e convidativas quando há mistura de diferentes tipos de usuários e de diferentes recortes populacionais, assim como diversidade de usos e proximidade entre as esferas de lazer, trabalho e moradia. Contudo, é preciso ter a compreensão que a questão assume diferentes níveis de complexidade a depender

do recorte territorial analisado. Esta tem sido a crítica realizada pelo campo dos estudos urbanos a governos locais do Sul Global, que muitas vezes almejam aplicar conceitos e práticas urbanas de experiências do norte global em contextos urbanos periféricos e de disputa por território e pelo direito à vida. Essa crítica vale, inclusive, aos estudos urbanos no Brasil que acabam, muitas vezes, privilegiando perspectivas dos Estados Unidos da América ou de países europeus ao invés de procurar por soluções, boas práticas e experiências exitosas em seus vizinhos sul americanos.

Partir da experiência e pontos de vista de cidades americanas ou europeias, portanto, não podem ser o único ponto de partida para pensar as questões habitacionais na América Latina, neste sentido, a estratégia traçada pelo *Habitar en Igualdad* de pensar em políticas públicas a partir do viés do gênero e adaptar à realidade de La Rioja, encravando quadras entre bairros, criando equipamentos de uso comunitário para todas as pessoas do entorno e, ao mesmo tempo, atendendo os anseios de uma comunidade por convivência entre si, dando oportunidade ao companheirismo e aos cuidados mútuos, tem a capacidade de se consolidar como uma boa referência para planejadores urbanos na promoção do direito à moradia para mulheres em violência doméstica e população LGBTQIA+, sem com isso, criar áreas excludentes, guetificadas ou segregadas do tecido urbano das cidades.

Políticas de habitação
e a perspectiva do
gênero: limites e
possibilidades a
partir da experiência

do *Habitar en Igualdad*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo central analisar as políticas habitacionais a partir de uma perspectiva de gênero, com especial enfoque nas mulheres cisgêneras em situação de violência doméstica e na população LGBTQIA+. A escolha de estudar o programa *Habitar en Igualdad*, da província de La Rioja, Argentina, como referência central, permitiu compreender como essas políticas podem ser articuladas para atender às demandas de grupos vulneráveis que historicamente foram excluídos das discussões urbanísticas e de moradia. Além disso, o trabalho também buscou explorar as interfaces entre arquitetura, urbanismo e estudos de gênero e sexualidade, contribuindo para um debate ainda pouco desenvolvido no Brasil e na América Latina.

A relevância dessa pesquisa reside no fato de que, em um contexto em que a moradia é um dos direitos fundamentais, discutir as necessidades específicas de mulheres e pessoas LGBTQIA+ não apenas enriquece o campo da arquitetura e do urbanismo, mas também evidencia as lacunas existentes nas políticas públicas de habitação. O foco em um referencial teórico *queer* não é meramente uma escolha teórica, mas uma necessidade de deslocar o olhar tradicional sobre a produção e organização do espaço urbano. Dessa forma, esta dissertação visa tensionar e expandir os limites das discussões sobre habitação, incorporando as perspectivas de gênero e sexualidade.

Ao longo desta pesquisa, a utilização de uma base teórica fundada nos estudos *queer* mostrou-se essencial para uma análise crítica das políticas habitacionais. A teoria *queer*, construída por autores como Judith Butler, Paul Preciado, Monique Wittig e contribuições de arquitetos e urbanistas engajados nas reflexões sobre gênero e sexualidade na arquitetura como Beatriz Colomina, Leslie Kern, Miguel Cortés, oferece ferramentas fundamentais para desconstruir conceitos arraigados nas políticas públicas, como as noções de família tradicional e os papéis de gênero normativos.

A contribuição do pensamento *queer* de que o gênero é uma construção social repetida através de atos cotidianos, permitiu, por exemplo, refletir a moradia como um espaço também performativo,

onde corpos e subjetividades são moldados e controlados. Numa escala maior, a biopolítica revela como o Estado regula as vidas das pessoas, inclusive por meio de políticas de habitação que normatizam quem merece ou não uma moradia digna. Assim, partimos do pressuposto que é fundamental criticar o discurso da heteronormatividade presente nas políticas públicas, em especial as de habitação, porque representa um regime político que oprime todas as formas de vida não-heterossexuais e precariza mulheres e os dissidentes do gênero e da sexualidade.

Ao longo desta dissertação, cada capítulo desempenhou um papel fundamental para alcançar os objetivos propostos. O primeiro capítulo, "*Construção de uma abordagem deslocada: habitação e questões de gênero*", foi crucial para que pudéssemos estabelecer um arcabouço teórico sobre as questões de gênero dentro da arquitetura e do urbanismo. Nele, argumentou-se que as discussões sobre habitação e gênero estão em constante transformação, e que o referencial *queer* oferece um novo olhar sobre essas questões. Já no segundo capítulo, "*Perspectivas contemporâneas de gênero e sexualidade em políticas de habitação*", nosso foco foi nas experiências internacionais, como Nova York, Barcelona e Berlim, mostrando avanços no campo das políticas habitacionais inclusivas. A comparação dessas experiências com o cenário da América Latina revelou as disparidades existentes, mas também apontou caminhos possíveis para adaptação dessas políticas ao contexto brasileiro e latino-americano. Esse capítulo foi essencial para entender as limitações e possibilidades que as questões de gênero e sexualidade enfrentam no campo habitacional, especialmente quando inseridas em realidades socioeconômicas distintas.

O terceiro capítulo e último capítulo, "*Habitar a partir da diversidade: limites e possibilidades a partir do caso-referência Habitar en Igualdad em La Rioja (Argentina)*", realizamos uma análise detalhada do programa argentino. A experiência de La Rioja mostrou-se extremamente valiosa para o campo das políticas públicas de habitação, não apenas na Argentina, mas também para países latino-americanos. A criação de moradias para mulheres e população LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade representa um exemplo concreto de como as políticas habitacionais podem ser transformadoras quando formuladas a partir de uma perspectiva de

inclusão e diversidade. A relevância deste caso reside no fato de que ele não apenas atende às necessidades imediatas de moradia, mas também oferece uma nova forma de viver e coexistir em sociedade.

A experiência de La Rioja oferece importantes lições para o campo das políticas públicas de habitação na América Latina. O Brasil, em particular, poderia beneficiar-se enormemente ao adaptar programas similares para atender sua vasta população de mulheres vítimas de violência doméstica e pessoas LGBTQIA + expostas à precariedade habitacional. A criação de espaços seguros e inclusivos não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma forma de garantir que todas as pessoas possam exercer seus direitos fundamentais em igualdade de condições. Contudo, é preciso reconhecer que o *Habitar en Igualdad* se desenvolveu em um contexto sociopolítico de instabilidade na Argentina e que isso comprometeu seu alcance, desenvolvimento e durabilidade. A falta de um marco legal que efetivasse o programa como um dever institucional, estabelecendo diretrizes e fluxos claros poderia ser um fato decisivo para a perpetuação do programa, independentemente do tipo de governo federal.

Outra reflexão possível de ser feita, se deu a partir das polêmicas em torno da hipótese da guetificação em La Rioja. Refletimos que, muitas vezes, estudiosos, arquitetos, urbanistas, planejadores e gestores urbanos tomam decisões a partir de um ponto de vista constituído a partir de suas vivências, estudos e perspectivas sem levar em consideração os anseios, interesses e necessidades do público-alvo. Abordar o discurso do gueto a partir do ativismo das mulheres transsexuais, travestis de La Rioja foi uma estratégia fundamental que nos indica que é preciso escutar (e se perceber escutando) grupos minorizados quanto a seus interesses em relação às políticas públicas, em especial as de habitação. Não se trata, contudo, de desconsiderar o conhecimento acumulado de outras experiências urbanas ou da formação acadêmica e profissional, mas acrescentar neste leque de possibilidade e aos estudos e práticas da cidade o componente essencial: os próprios cidadãos.

É preciso refletir que o habitar se constitui, antes de tudo, como elemento crucial para consolidação de direitos, que também envolve, além da moradia e da escala de produção de

idades, noções mais complexas como pertencimento, identidade, subjetividade, acolhimento, sentimento de segurança, comunidade e ajuda mútua. A experiência de La Rioja nos evidencia que políticas públicas habitacionais, a partir do enfoque do gênero e da sexualidade, podem então atuar diretamente nos processos de consolidação de identidades e de corpos, que são capazes também de orientar grupos e comunidades a reformularem suas convicções, respeitar as diferenças alheias e incentivar grupos antes excluídos e precarizados a cultivar autonomia e independência.

Esta discussão exemplifica também como o enfoque do gênero e da sexualidade, sobretudo da perspectiva das dissidências e desobediências, ainda é um campo pouco explorado por arquitetos e urbanistas, tanto no Brasil quanto na América Latina. As discussões sobre gênero e sexualidade, embora essenciais, ainda não são comuns nos debates sobre políticas habitacionais. Há, portanto, um grande espaço para contribuições futuras. Esta dissertação não tem a pretensão de fornecer um único caminho inquestionável para as políticas públicas de habitação, até mesmo porque o referencial teórico *queer* se baseia em noções de volatilidade, constante mudança e adaptação contínua. A própria ideia de identidade e gênero está em constante transformação, o que significa que as políticas habitacionais devem ser igualmente flexíveis e dinâmicas.

No entanto, é válido pontuar que não percebemos a volatilidade dos estudos *queer* como um obstáculo ou um problema insuperável dentro do campo teórico e prático da arquitetura e do urbanismo. Pelo contrário, esta pesquisa demonstra, a partir do entrelaçamento da teoria *queer* com a realidade de La Rioja que é possível falar em inovações em políticas habitacionais, que é possível expandir conhecimentos de forma democrática e mais inclusiva. O caráter fluido da teoria *queer*, com sua capacidade de desafiar normas e desestabilizar verdades estabelecidas, é, na verdade, o que torna o tema tão rico e vital para a compreensão das cidades contemporâneas. Novas realidades urbanas estão surgindo a todo momento, e é essencial que as políticas habitacionais acompanhem essas transformações, adaptando-se às necessidades emergentes de populações que até então estavam invisíveis ou à margem. Assim, esperamos que esta pesquisa possa ser um ponto de partida, ainda que deslocado/diferente, para que outras vozes, experiências e

conhecimentos se somem ao debate da habitação, permitindo que o habitat do futuro seja mais acolhedor para todos.

REFERÊNCIAS

ACONTECE ARTE E POLÍTICA LGBTI+, ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXOS. **Dossiê LGBTifobia Letal 2024**: mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil. Florianópolis: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2024.

ABLA, Marcela Marques. **Gênero e produção de habitação social**: uma perspectiva para o projeto urbanístico a partir do pensamento de Elizabeth Denby, Carmen Portinho, Margarete Schutte-Lihotzky e Catherine Bauer. 2017. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

AGREST, Diana. **Architecture from Without**: Theoretical Framings for a Critical Practice. Cambridge: MIT Press, 1993

ALEMANHA. **Bundesministerium für Wohnen, Stadtentwicklung und Bauwesen**. Soziale Wohnraumförderung. Berlim, 2024. Disponível em: <https://www.bmwsb.bund.de/Webs/BMWSB/DE/themen/stadt-wohnen/wohnraumfoerderung/soziale-wohnraumfoerderung/soziale-wohnraumfoerderung-node.html>. Acesso em: 02 jun. 2024.

ARAÚJO, João Gabriel Farias Barbosa de. **Cidade entendida**: os espaços de lazer de homo e bissexuais em São Paulo entre 1978 e 1987. 2023. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

ARGENTINA. **Ley Nacional 26.743, 9 de mayo de 2012**. Estabelece o direito à identidade de gênero das pessoas. Senado e Câmara dos Deputados da Nação Argentina: Buenos Aires, 23 de maio de 2012.

ARGENTINA. **Ley de Ministerios nº 22.520**, 28 de septiembre de 2020. Sobre formas de reducir las disparidades y segregaciones estructurales de género que existen en el mundo del trabajo, el empleo y la producción, desde una perspectiva interseccional y de derechos humanos. Ministerio de las Mujeres, Géneros y Diversidad. Disponível em: < <https://www.argentina.gob.ar/generos/programa-igualar> > Acesso em: 11 set. 2023.

ARGENTINA. **Resolución nº 4 de 12 maio de 2021**. Cria o Programa Interministerial Habitar en Igualdad. Buenos Aires: Ministerio de Desarrollo Territorial y Hábitat e Ministerio de las Mujeres, Géneros y Diversidad, 2021.

ARGENTINA. **Plan de participación de partes interesadas (PPPI)**. Buenos Aires: Ministerio del Desarrollo Territorial y Hábitat, 2023.

ARGENTINA. Resolução Ministerial nº 186 de 23 de abril de 2021. Crease el programa "producir" en el ambito de la direccion nacional de asistencia integral a las victimas de violencia por razones de genero de la subsecretaria de abordaje integral de las violencias por razones de genero. **Ministerio de las mujeres, Géneros y Diversidad**, 2021. Disponível em: < <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/349188> > Acesso em: 01 de set. 2023.

ARGENTINA. Habitar en Igualdad. **Argentina.gob.ar**, 2022. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/habitat/casapropia/convenios-con-organismos/habitar-enigualdad#:~:text=Junto%20con%20el%20Ministerio%20de,perspectiva%20de%20g%C3%A9nero%20y%20diversidad>. Acesso em: 20 mar. 2023.

ARGENTINA. Resolución nº 365. Créase en el marco del "programa casa propia – construir futuro", creado por resolución nº 16/21 del ministerio de desarrollo territorial y hábitat, el "subprograma habitar inclusión". **Ministerio de Desarrollo Territorial y Hábitat**, 2022. Disponível em: < <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/resolucion/C3%B3n-365-2022-375815/texto> > Acesso em: 17 set. 2023.

ARGENTINA. **Manual Operativo Segundo Proyecto de Hábitat y Suelo Urbano (PHayS)**. Buenos Aires: Ministerio del Desarrollo Territorial y Hábitat, 2023.

ARGENTINA. Ministerio de las Mujeres, Géneros y Diversidad. **Programa Nacional IGUALAR para la Igualdad de Género en el Trabajo, el Empleo y la Producción**. Buenos Aires: Ministério das Mulheres, Gêneros e Diversidade, 2020. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/programa_igualar.pdf. Acesso em: 12 de abril de 2024.

ARGENTINA. Ministério do Desenvolvimento Territorial e Habitat. **Modelos de Vivienda**. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/habitat/modelos-de-vivienda>. Acesso em: 11 ago. 2024.

ARIAS, Victoria Tapia; BERTOLO, Iara. El ministerio político durante la gestión de cambios: un recorrido del ministerio del interior, obras públicas y vivienda (2015 – 2019). In: CASALIS, Alejandro; FERRARI MANGO, Cynthia. **Transformaciones en la estructura del Estado en el gobierno de cambios (2015 – 2019). Un análisis de las funciones, el modelo de gestión y las políticas públicas**. Buenos Aires: Flacso Argentina, 2022.

ASSUNÇÃO, Joyce. Prefeitura faz o primeiro mutirão para cadastrar pessoas LGBTI+ no programa Minha Casa, Minha Vida. **Agência Belém**, 24 mar. 2023. Disponível em: < <https://agenciabelem.com.br/Noticia/232735/prefeitura-faz-o-primeiro-mutirao-para-cadastrar-pessoas-lgbti-no-programa-minha-casa-minha-vida#:~:text=Com%20o%20mutir%C3%A3o%20de%20cadastramento,essa%20parcela%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20belenense.> > Acesso em: 12 out. 2023.

AMESTI, Nadia. Mujeres, lesbianas y disidencias en cooperativa en construcción por ayuda mutua, Basquandé. **El Solidario**, 8 mar. 2023. Disponível em: <https://www.fucvam.org.uy/el-solidario/actualidad/mujeres-lesbianas-y-disidencias-en-cooperativa-en-construccion-por-ayuda>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ANDRADE, Luís Aureliano Gama de; AZEVEDO, Sérgio de. **Habitação e poder**: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011.

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera: The New Mestiza**. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

BARCELONA. **Plan por el derecho a la vivienda de Barcelona 2016-2025**: resum executiu. Barcelona: Gerència d'Habitatge, Drets Socials, 2016. Disponível em: https://dpn.gob.ar/documentos/Observatorio_Femicidios_-_Informe_Final_2023.pdf. Acesso em: 06 out. 2023.

BARRETO, Miguel Ángel. La política habitacional argentina en perspectiva histórica: entre las buenas intenciones y las restricciones estructurales. **A&P Continuidad**, Rosario, v. 9, nº 16, p.90-99, mar./abr., 2022. Disponível em: <https://www.ayp.fapyd.unredu.ar/index.php/ayp/article/view/375>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BARROSO, Carmen. **Sozinhas ou mal acompanhadas**: a situação da mulher chefe de família. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1978.

BASTOS, Adriana Ortiz; MACEDO, Thais dos Santos Vieira. **Políticas habitacionais na Argentina**. 2016. Disponível em: <<https://cchla.ufrn.br/argentina-Adriana-e-Thais>> Acesso em: 01 nov. 2023.

BARENBOIM, Cintia Ariana; ELINBAUM, Pablo. Plan Pro.Cre.Ar como instrumento de política habitacional e inclusión social a través del acceso a la vivienda. **El caso del área metropolitana Rosario, Argentina**. 2017. Disponível em: < chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.lincolninst.edu/sites/default/files/pubfiles/barenboim_wp17cb1sp-rev.pdf > Acesso em: 16 out. 2023.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. As transformações da economia capitalista no pós-guerra e a origem dos desequilíbrios globais. **Política Econômica em Foco**, nº 07, p. 24-41, nov. 2005/abr. 2006. Disponível em: < chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.eco.unicamp.br/cecon/images/arquivos/pesquisa-2003-2006/Secao_107-PEF.pdf> Acesso em: 20 out. 2023.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021. Brasília: Distrito Drag; ANTRA, 2022.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. Brasília: Distrito Drag; ANTRA, 2023.

BERLANT, Lauren; WARNER, Michael. Sex in public. **Critical Inquiry**, Chicago, v. 24, n. 2, p. 547-566, 1998.

BERLIM. § 27. Fördern von Wohnraum für benachteiligte Bevölkerungsgruppen. Wohngeldgesetz – WoGG, de 1 de janeiro de 2020. Disponível em: https://www.gesetze-im-internet.de/wofg/_27.html. Acesso em: 10 jul. 2024.

BERLIM. Allgemeines Gleichbehandlungsgesetz (AGG), de 14 de agosto de 2006. Disponível em: <https://www.gesetze-im-internet.de/agg>. Acesso em: 10 jul. 2024.

BETSKY, Aaron. **Building Sex**: men, women, architecture, and the construction of sexuality. Nova York: William Morrow & Co., 1995.

BETSKY, Aaron. **Queer Space**: Architecture and Same-Sex Desire. Nova York: William Morrow & Co., 1997.

BOGOTÁ. Casa Refugio LGBTI, un lugar para proteger. Disponível em: <https://www.gobier-nobogota.gov.co/noticias/casa-refugio-lgbti-lugar-proteger>. Acesso em: 25 jun. 2024.

BOGOTÁ. Consejo de Política Económica y Social del Distrito Capital. **Plan de acción de la política pública LGBTI de Bogotá 2021-2032**. Bogotá: Secretaría Distrital de Planeación, 2022.

BONDUKI, Nabil. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **arq.urb**, [S. l.], n. 1, p. 70-104, 2008. Disponível em: <https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/81>. Acesso em: 11 set. 2024.

BORGES, Fábio Mariano. **ECOIA UOL**. O que significa LGBTQIA+ e como a sigla dá visibilidade a diferentes lutas. UOL, São Paulo, 7 dez. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoia/ultimas-noticias/2021/12/07/o-que-significa-lgbtqia-e-como-a-sigla-da-visibilidade-a-diferentes-lutas.htm>. Acesso em: 9 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e institui o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: Brasília, DF, 17 jun. 2005. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm>. Acesso em: 11 mar. 2023.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Plano Nacional de Habitação (PlanHab): pacto nacional pela moradia digna**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/habitacao/planhab-2040/referencias/planhab-2009-2023>>. Acesso em: 16 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.620, de 13 de junho de 2023**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida. Casa Civil, 2024. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Lei/L14620.htm > Acesso em: 13 set. 2024.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 2327**, de 03 de maio de 2023. Dispõe sobre a inclusão de casais com união estável ou casamento homoafetivos e condições de acesso de pessoas travestis e transexuais ao direito de inscrição prioritária aos projetos governamentais de habitação. Brasília: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2359768> > Acesso em: 12 out. 2023.

BUENOS AIRES. Observatorio de crímenes de odio LGBT+: motivados por discriminación por orientación sexual, expresión e identidade de género. Buenos Aires, 05 jan. 2024. Acessado em 02 abr. 2024. Online. Disponível em: <https://falgbt.org/ultimo-informe/>

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARMONA, Jaime Solares. **Gênero e sexualidade na Teoria da Arquitetura**. 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

CARVALHO, Higor Rafael de Souza. **Habitação social no Brasil e no México: notas sobre transformações nas políticas e na produção de mercado da moradia**. 2016. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-02092016-142658/>. Acesso em: 22 mai. 2024.

CATTERALL, Pippa; AZZOUZ, Ammar. **Queering Public Space: Exploring the relationship between queer communities and public spaces**. Relatório de projeto. Westminster: Uni-

versidade de Westminster, 2021.

CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. **A plasticidade na teoria contratual**. 1993. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. **Direito à paisagem e práticas sociais instituintes**. Relatório de Pesquisa CNPq Proureb/UFRJ, Rio de Janeiro, CNPq, 2007.

CITIZENS HOUSING & PLANNING COUNCIL – CHPC. **A new lens for NYC's housing plan: housing plan for LGBTQ+ communities**. Nova York: CHPC, 2022.

COLÔMBIA. Hogares con jefatura femenina impulsan la compra de vivienda. **Ministerio de Vivienda, Ciudad y Territorio**, 07 mai. 2022. Disponível em: < <https://minvivienda.gov.co/sala-de-prensa/hogares-con-jefatura-femenina-impulsan-la-compra-de-vivienda> > Acesso em: 25 set. 2023.

COLOMBO, Arthur Osvaldo; SARTÓRIO, Sarah Gonçalves Patrocínio. Implementação das políticas neoliberais nas principais economias da América Latina: Alterações na condução de políticas e suas consequências. **Revista de Economia Mackenzie**, v. 19, n. 01, p. 269–295, 2022. Disponível em: < <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rem/article/download/15216/11416/66271> > Acesso em: 28 set. 2023.

COLOMINA, Beatriz. **Sexuality and Space**. New York: Princeton Architectural Press, 1992.

COLOMINA, Beatriz. **Privacy and Publicity: Modern Architecture as Mass Media**. Cambridge: MIT Press, 1994

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). Ao menos 4.091 mulheres foram vítimas de feminicídio em 2020 na América Latina e Caribe, apesar da diminuição de casos na pandemia. **CEPAL**, 24 nov. 2021. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/cepal-menos-4091-mulheres-foram-vitimas-feminicidio-2020-america-latina-caribe-apesar>. Acesso em: 16 fev. 2022.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). **Violência contra Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexos na América**. Washington, D.C.: Organização dos Estados Americanos (OEA), 2015. Disponível em: <http://www.cidh.org/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). **Avances y Desafíos hacia el reconocimiento de los derechos de las personas LGBTI en las Américas**. Washington, D.C.: Organização dos Estados Americanos (OEA), 2018. Disponível em: <https://www.cidh.org/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

CONNELL, Raewyn; ASHEDEN, Dean; DOWSETT, Gary; KESSLER, Sandra. **Making the difference: schools, families and social division**. Sydney: Allen and Unwin, 1982.

CONNELL, Raewyn. **Which Way is up? Essays on Sex, Class and Culture**. Sydney: Allen and Unwin, 1983.

CONNELL, Raewyn. **Gender and Power**. Sydney: Allen and Unwin, 1987.

CONNELL, Raewyn. **Masculinities**. Cambridge: Polity Press, 1995.

CORTÉS, José Miguel G. **Políticas do Espaço: Arquitetura, Gênero e Controle Social**. São Paulo: Editora Senac, 2008.

COSTA, Yuri Nascimento Paes da; LIMA, Carlos Henrique Magalhães de. National housing policies and gender issues: reflections on Argentina's *Habitar en Igualdad* program. **Advances in Social Sciences Research Journal**, v. 11, n. 2, p. 166-181, 2024. Disponível em: <https://journals.scholarpublishing.org/index.php/ASSRJ/article/view/16500>. Acesso em: 11 jun. 2024.

DEFENSORÍA DEL PUEBLO DE LA NACIÓN. **Informe final del Observatorio de Femicidios en Argentina**, 1 de enero al 31 de diciembre de 2023. Buenos Aires: Defensoría del Pueblo de la Nación, 2023. Disponível em: https://dpn.gob.ar/documentos/Observatorio_Femicidios_-_Informe_Final_2023.pdf. Acesso em: 18 mar. 2023.

DE SORIA, Hilda Aguirre. Entregaram as anheladas viviendas del barrio Victoria Romero. **Hilda "Beba" Aguirre de Soria**, 13 abr. 2024. Disponível em: <https://bebadectoria.com/2024/04/13/entregaron-las-anheladas-viviendas-del-barrio-victoria-romero/>. Acesso em: 11 ago. 2024.

DUARTE, Artur Souza; CYMBALISTA, Renato. A casa 1: habitação e diálogo entre público e privado na acolhida de jovens LGBT. 2018, **Anais**. Salvador: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2018. Acessado em 18 jun.2024. Online. Disponível em: <https://www.enanparq2018.com/copia-resultados>. Acesso em: 18 jun. 2024.

ESCUELA DE FORMACIÓN POLÍTICA NÉSTOR KIRCHNER. Talleres para la militancia. **YouTube**, 16 de junho de 2021. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=ZOBzSd-1qqIs> > Acesso em 20 jun. 2024.

ESPAÑA. **Ministerio de Transportes, Movilidad y Agenda Urbana**. Agenda Urbana Española. Madrid, 2019. Disponível em: <https://www.aue.gob.es/>. Acesso em: 9 set. 2024.

ESPAÑA. Ley 12/2023, de 24 de mayo, por el derecho a la vivienda. Boletín Oficial del Estado, Madrid, 25 maio 2023, nº 124, p. 71477-71492. Disponível em: <https://www.boe.es/eli/es/l/2023/05/24/12>. Acesso em: 9 jul. 2024.

ESTADO DE NOVA YORK. New York State Human Rights Law. Denomina a Lei dos Direitos Humanos e considera o exercício da lei como poder de polícia do Estado para a proteção do bem-estar público, da saúde e da paz do povo do Estado de Nova York. **Division of Human Rights**: Nova York, 1968.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Public Law 90-284, 82 Stat. 73. Aprova o ato de direitos civis de 1968. **U.S Government Information**: Washington, D.C. 11 abr. 1968.

FALÚ, Ana. **Ciudades para varones y mujeres**: herramientas para la acción. Buenos Aires: CISCESA, 2022.

FARR, Douglas. **Urbanismo sustentável**: desenho urbano com a natureza. Porto Alegre: Bookman, 2013.

FAVALE, José Ignacio. **La cuestión de la vivienda durante la gestión cambiamos (2015**

– **2019**): un análisis desde la perspectiva de la gubernamentalidad. Trabalho Final de Graduação (Licenciatura em Ciência Política) – Faculdade de Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade Nacional de Rosário, 2021.

FBSP. **Anuário brasileiro de segurança pública**. FBSP, 2022. Disponível em: < <https://forumseguranca.org.br/anoario-brasileiro-seguranca-publica/>> Acesso em: 15 abr.2023.

FEDERACIÓN ARGENTINA LGBT. **Observatorio de crímenes de odio LGBT motivados por discriminación por orientación sexual, expresión e identidad de género**. Buenos Aires: FALGBT, 2022.

FIOCRUZ BRASÍLIA. Edital Acolher+: confira as inscrições homologadas. **Fiocruz Brasília, 2024**. Disponível em: <<https://www.fiocruzbrasil.com.br/edital-acolher-confira-as-inscricoes-homologadas/>>. Acesso em: 12 out. 2024.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. **Social Text**, Durham, n. 25/26, p. 56-80, 1990.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit habitacional no Brasil. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2024. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>. Acesso em: 02 maio. 2023.

GIVISIEZ, Gustavo Henrique Naves; OLIVEIRA, Elzira Lúcia de. **Demanda futura por moradias: demografia, habitação e mercado**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Pós-Graduação e Inovação, 2018.

GODOY, Lorena. **Entender la pobreza desde la perspectiva de género**. Santiago de Chile: CEPAL-UNIFEM, 2004. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/5918/1/S0400008_es.pdf. Acesso em: 06 out. 2023.

GOMES, Larissa Nunes Sena. **O avesso do espaço doméstico moderno: divisão sexual do trabalho e a produção habitacional de interesse social**. 2021. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, 2021.

GONZAGA, Terezinha Oliveira de. **A cidade e a arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero**. 2004. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

HERNÁNDEZ, Candela. **Construir en igualdad**. La Rioja, 20 nov. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GrShgXA7jAw>. Acesso em: 21 jan. 2024.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. São Paulo: Editora Rosa dos Tempos, 2000.

HOLSTEIN, Emilia; CORA, Ishbel. Construir la vivienda en colectivo. **Altavoz LGBT+**, 20 fev. 2024. Disponível em: <https://altavoz.lgbt/construir-la-vivienda-en-colectivo/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

HOUSING FIRST EUROPE HUB. Germany – Housing First. Disponível em: <https://housing-first-europe.eu/country/germany/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

IGLA-EUROPE. **Rainbow Europe map and index 2023.** IGLA-Europe, 11 mai. 2023. Disponível em: < <https://www.ilga-europe.org/report/rainbow-europe-2023/> > Acesso em: 20 nov. 2023.

KERN, Leslie. **Cidade Feminista:** A luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

KULLOCK, David; MURILLO, Fernando. **Vivienda social en Argentina:** un siglo de estrategias espontáneas y respuestas institucionales 1907-2007. Salta: Eucasa, 2010.

LAURETIS, Tereza de. **Technologies of gender:** essays on theory, film and fiction. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

LOPES, Fabrício. Mutirão de cadastramento amplia oportunidades de pessoas LGBT no programa Minha Casa Minha Vida. **Agência Belém de Notícias**, 2024. Disponível em: <https://agenciabelem.com.br/Noticia/232619/mutirao-de-cadastramento-amplia-oportunidades-de-pessoas-lgbt-no-programa-minha-casa-minha-vida>. Acesso em: 21 jul. 2024.

LUDERMIR, Raquel; SOUZA, Flávio de. Moradia, patrimônio e sobrevivência: dilemas explícitos e silenciados em contextos de violência doméstica contra a mulher. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 23, 2021. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6593>. Acesso em: 14 jul. 2023.

MACHADO, Carolina Guedes. **O cooperativismo habitacional por ajuda mútua uruguaio:** da práxis ao modelo. 2023. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2023.

MARTINS, Carlos Gilberto de Sousa. **O neoliberalismo na Argentina (1976 – 2007).** 2019. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: < <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-22012021-193002/pt-br.php> > Acesso em: 05 set. 2023.

MANIAS, Federico Martins. Identidad de género y medidas de acción positiva. El caso de operadora ferroviaria sociedad del Estado. **Revista de la escuela del cuerpo de abogados y abogadas del Estado**, ano 7, nº 9, p. 159 – 187, Buenos Aires.

MESTRES, Gonzalo Ibáñez. **Políticas habitacionais na Argentina:** o padrão de intervenção estatal em habitação social no período 2003 – 2013. 2014. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, 2014.

MISKOLCI, Richard. Não somos, queremos – reflexões queer sobre a política sexual brasileira contemporânea. In: COLLING, Leandro (Org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011. p. 37-56.

MONTANER, Josep; MUXÍ, Zaida. **Política e arquitetura:** por um urbanismo do comum e ecofeminista. São Paulo: Editora Olhares, 2021.

MOTA, Cássio Henrique Naves. **Espaço urbano e subversão pela existência corporificada**

queer em Uberlândia/MG. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design, Universidade Federal de Uberlândia, 2019.

MUXÍ, Zaida. **Mulheres, casas e cidades.** São Paulo: Olhares, 2024.

NATAL. Lei nº 6.910, de 12 de junho de 2019. Dispõe sobre o direito das pessoas que mantêm união estável ou casamento homoafetivo à inscrição, como entidade familiar, nos programas de habitação popular, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Natal**, 17 de jun. 2019. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a1/rn/n/natal/lei-ordinaria/2019/691/6910/lei-ordinaria-n-6910-2019-dispoe-sobre-o-direito-das-pessoas-que-mantem-união-estavel-ou-casamento-homoafetivo-a-inscricao-como-entidade-familiar-nos-programas-de-habitacao-popular-e-da-outras-providencias?r=p> > Acesso em: 27 set. 2023.

NATANSON, José. Las batallas de Alberto Fernández. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, nº 292, p.01-08, mar./abr., 2022. Disponível em: <https://nuso.org/revista/292/etnicidades-y-racismo-en-america-latina/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

NEVES, Igor Vinicius Mendes de Araújo. **Territorialidades queer:** experiências urbanas de corpos dissidentes na área central de João Pessoa, Paraíba. 2024. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2024.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os estudos sobre a feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. In: ENCONTRO ANUAL ANPOCS, 28., 2004, Caxambu. **Anais[...]**. Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Social, 2004.

NYC COMMISSION ON HUMAN RIGHTS. Legal enforcement guidance on discrimination on the basis of gender identity or expression: local Law nº. 3 (2002); N.Y.C. Admin. Code § 8-102. **NYC Human Rights**, 15 fev. 2019. Disponível em: < <https://www.nyc.gov/site/cchr/law/legal-guidances-gender-identity-expression.page>> Acesso em: 20 nov. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Paris, 1948. Disponível em: <https://www.un.org/pt/documents/udhr/>. Acesso em: 12 de abril de 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.** Nova York, 1966. Entrada em vigor em 3 de janeiro de 1976. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/international-co-venant-economic-social-and-cultural-rights>. Acesso em: 12 de abril de 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres.** Nova York, 1979. Entrada em vigor em 3 de setembro de 1981. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-elimination-all-forms-discrimination-against-women>. Acesso em: 12 de abril de 2024.

PEARCE, Diane. **The feminization of proverty:** women, work and welfare. *Urban and Social Change Review*, Washington, p. 28-36, 1978.

PERLONGHER, Néstor. **O negócio do michê:** *prostituição viril em São Paulo*. 1986. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universi-

dade Estadual de Campinas, Campinas, 1986.

PINA, João Pedro. **Vaga-lumes**: a cidade noturna e os corpos dissidentes. 2023. Trabalho Final de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro, 2023.

PLAN B Noticias. Lezcano se reunió con Higonet por el programa Habitar en Igualdad. **Plan B Noticias**, 12 jul. 2021. Disponível em: <https://www.planbnoticias.com.ar/index.php/2021/07/12/lezcano-se-reunio-con-higonet-por-el-programa-habitar-en-igualdad/>. Acesso em: 11 abr. 2023.

PRECIADO, Paul B. **Pornotopia**. Barcelona: Editorial Anagrama, 2010.

PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. Additional Principles and State Obligations on the Application of International Human Rights Law in Relation to Sexual Orientation, Gender Identity, Gender Expression and Sex Characteristics to Complement the Yogyakarta Principles. Disponível em: <https://yogyakartaprinciples.org/>. Acesso em 17 set. 2024.

PUCCINELLI, Bruno; SIMÕES, Júlio Assis. Cidade nômade: contribuições de Néstor Perlongher para os estudos urbanos. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 66, p. e226605, 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8672233>. Acesso em: 02 abr. 2024.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

RÁDIO LA TORRE FM 101.9. Entrevista com Leo Grabauska. **Instagram**, 15 abr. 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/radiolatorrefm1019/reel/C5zomO6uGC7/>. Acesso em: 11 jun. 2024.

RAMOS, Diana Helene. "**Preta, pobre e puta**": a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 2015.

RANGEL, Nadya. Distrito firma decreto que facilita el acceso a vivienda a mujeres. **Bogotá.gov.co**, 6 maio 2022. Disponível em: <https://bogota.gov.co/mi-ciudad/habitat/distrito-firma-decreto-que-facilita-el-acceso-vivienda-mujeres>. Acesso em: 10 jun. 2024.

REDE SIN VIOLENCIA LGBTI+. Informe anual: homicidios de personas LGBTI+ en América Latina y el Caribe, 2023. Agosto de 2024. Disponível em: <https://www.sinviolencia.lgbt>. Acesso em: 20 ago. 2024.

REIS, Ramon Pereira dos. **Cidades e subjetividades homossexuais**: cruzando marcadores da diferença em bares nas periferias de São Paulo e Belém. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

ROCHA, Eduardo Lima; COSTA, Yuri Nascimento Paes da. Famílias afetivas e acolhimento habitacional da população LGBTQIA+: reflexões sobre vulnerabilidades e políticas públicas. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO (ENANPARQ)*, 8., 2024, Rio de Janeiro. **Comunicação [...]**. Eixo temático 8: Direitos, Identidades e Diversidades. Comunicação oral. Rio de Janeiro: UFRJ, 2024.

ROGERS, Richard. **Cidades para um pequeno planeta**. São Paulo: Gustavo Gilli, 2015.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROMERO, Adam P.; GOLDBERG, Shoshana K.; VASQUEZ, Luis A. **LGBT people and housing affordability, discrimination, and homelessness**. 2020. Relatório (Pesquisa em políticas de habitação para lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros) – Williams Institute, Universidade da Califórnia, Los Angeles, 2020.

RUBIN, Gayle. **Pensando o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade**. *In: RUBIN, Gayle. Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu Editora, 2017. Cap. 02, p. 62-128.

SANDERS, Joel. **STUD: Architectures of Masculinity**. Nova York: Princeton Architectural Press, 1996.

SANDERS, Joel. **STUD: Architectures of Masculinity**. Londres: Routledge Revivals, 2021.

SARDÁ VIEIRA, Marcos. **Cidade do desapego: o estar-queer na urbanidade contemporânea**. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

SCHULMAN, Sarah. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. **Bagoas**, Natal, v.04, n. 05, p.67-78, 2010.

SCHWULENBERATUNG BERLIN. **Lebensort vielfalt**. Schwulen Beratung Berlin, s/d. Disponível em: < <https://schwulenberatungberlin.de/angebote/lebensort-vielfalt/> > Acesso em: 10 out. 2023.

SCHWULENBERATUNG BERLIN. Housing First Queer. Disponível em: <https://schwulenberatungberlin.de/housing-first-queer-english/>. Acesso em: 10 out. 2023.

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DE PERNAMBUCO. Crimes violentos contra a população LGBTQIA+ - Secretaria de Defesa Social. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNTQ4Y2Y1ZDgtYWJmYiooODZjLWJhNmYtNDgoNDMxNWYwNjNiliwidCI6Ijlk3ZjdhNzBhLTQwMTEtNDUoNCo4MDRmLWQwNjcxZmMyYWYWFLOSIsImMiOjlg>>. Acesso em: 10 out. 2023.

SEDATU. Programa de vivienda para jefas de familia. **Secretaría de Desarrollo Agrario, Territorial y Urbano (SEDATU)**, 01 ago. 2014. Disponível em: < <https://www.gob.mx/epn/articulos/programa-de-vivienda-para-jefas-de-familia> > Acesso em: 25 set. 2023.

STEHKÄMPER, Bettina. Germany's government fails to slash growing homelessness. **DW News**, 25 out. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/en/germanys-government-fails-to-slash-growing-homelessness/a-67777139>. Acesso em: 12 jun. 2024.

TALVI, Ernesto; HARGUINDEGUY, Sofia. Unravelling Argentina's economic maze: raising prices to stop inflation. ARI 41/2024. **Elcano Royal Institute**, 5 abr. 2024. Disponível em: <https://www.realinstitutoelcano.org/en/report/elcano-report-32-why-does-latin-america-matter/>. Acesso em: 10 set. 2024.

TARANTO, Pablo. UNA POLÍTICA habitacional que sólo deja hipotecados. **Tiempo Argentino**. Política. Disponível em: < <https://www.tiempoar.com.ar/politica/una-politica-habitacional-que-solo-deja-hipotecados/> > Acesso em: 01 out. 2023.

TAVARES, Rossana Brandão. **Indiferença à diferença**: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero. 2015. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

TAVARES, Rossana Brandão; RAMOS, Diana Helene. **Feminismurbana**: um projeto teórico político. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023.

TRUJILLO, Gracia. **O feminismo queer é para todo mundo**. São Paulo: Editora Devires, 2022.

URUGUAI. Ministério de Habitação e Ordenamento Territorial. *Programa Cooperativas*. Disponível em: <https://www.gub.uy/ministerio-vivienda-ordenamiento-territorial/politicas-y-gestion/programa-cooperativas>. Acesso em: 09 jul. 2024.

VALLERAND, Olivier. Olhares queer sobre a arquitetura. **Archdaily Brasil**, 2021. Disponível em: < <https://www.archdaily.com.br/br/963057/olhares-queer-sobre-a-arquitetura> > Acesso em 14 de ago. 2024.

VERDÚN, Facundo; LIMA, Tonás. **Construir la vivienda en colectivo**. Altavoz LGBT+, 20 fev. 2024. Acessado em 03 abr. 2024. Online. Disponível em: <https://altavoz.lgbt/construir-la-vivienda-en-colectivo/>

VIRGILIO, Luciane Mota. **Financiamento para habitações populares no Brasil e no México**: uma análise comparada. 2010. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, 2010.

WACQUANT, Loïc. Que é gueto? Construindo um conceito sociológico. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 23, p.155-164, 2004.

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

Anexo I: Visita de Campo em La Rioja (Argentina) em janeiro de 2024

Fonte: O autor, 2024.

01. Registros da construção do *Renacer I* em Janeiro de 2024. De acordo com a *Fundación Vamos a Andar* (2024) as obras estavam em fase de acabamento, contudo, era perceptível a falta de pavimentação nas ruas, paisagismo, iluminação ao nível do pedestre, pintura e impermeabilização das paredes das casas e equipamentos comunitários.



02. Registros da construção do *Renacer I* em Janeiro de 2024, ao centro será construído equipamento comunitário (salas comerciais a serem geridas pelas moradoras do *Renacer I* e II, com salão de beleza e de costura e reparo de roupas e espaço para assembleia de moradores).



03. Registros da construção do *Renacer I* em Janeiro de 2024. Na parte posterior destas unidades habitacionais há espaço para futuras ampliações e para cultivo de hortaliças.





04. Registros da construção do *Renacer I* em Janeiro de 2024. Na parte anterior destas unidades habitacionais já existe passeio público com acesso para as unidades habitacionais e posteamento elétrico.



05. Em Janeiro de 2024, apesar da instalação, em alguns trechos, de passeio público, não havia pavimento no leito carroçável, nem calha para direcionar águas pluviais. Apesar disto, é válido mencionar que o projeto prevê porções generosas de solo permeável na parte anterior das unidades habitacionais e na parte posterior. Apesar disto, não há notícia de projeto de infraestrutura e de drenagem pluvial.



06. Algumas unidades, a partir de iniciativa dos futuros moradores iniciaram o plantio de árvores pela necessidade de embelezamento mas também para poder ter espécies frutíferas que permitissem consumo dos moradores.

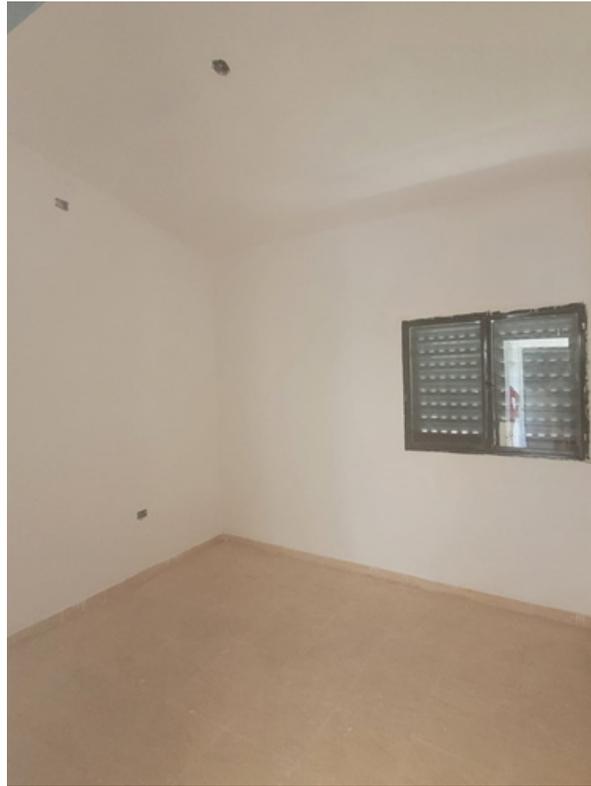


07. Em Janeiro de 2024, as obras do *Renacer II* estavam em estado mais atrasado do que as obras do *Renacer I*. Não foi possível acesso a estas unidades habitacionais, estavam isoladas por tocos de madeira e por cercas.



o8. O interior das unidades habitacionais em estado mais avançado de conclusão. Pisos com revestimento cerâmico na cor bege, revestimento cerâmico também na cor bege nas áreas molhadas (respaldo da cozinha e na área do banho). É preciso mencionar que as unidades estavam sem lâmpadas mas estavam com aquecedores elétricos de água (por energia solar), e móvel de cozinha.





09. Imagens do entorno do *Renacer I* (o conjunto mais próximo da principal via da área - a Rota Nacional). Se percebe que, apesar do conjunto ter sido movido para uma área mais próxima da cidade e por estar encravado entre dois bairros consolidados, a área ainda é carente de infraestrutura, sem vias pavimentadas, sem passeio público qualificado, sem paisagismo, sem iluminação pública adequada e sem áreas de descanso e de lazer públicas. Apesar disto, se o projeto do *Renacer I* e *II* for concluído, inclusive com obras de paisagismo e com a construção do equipamento comunitário, a área terá um grande ganho de qualificação urbana.



10. Vista do *Renacer I* a partir da Rota Nacional (principal via da área que interliga os bairros ao centro da cidade de La Rioja). Não há pontos de ônibus na proximidade e também não há iluminação pública adequada ao longo deste trecho da via. Apesar disto, a *Fundación Vamos a Andar* (2024), espera que no próximo ano, com a construção dos equipamentos comunitários e a finalização das unidades, que a população possa solicitar a instalação de pontos de ônibus. A Fundação destaca ainda que, a maioria dos futuros moradores do conjunto possuem motocicleta, já que grande parte trabalha como profissional de sexo e precisa de autonomia para se deslocar.



